UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Enio Viterbo Martins

CONFLITOS IDEOLÓGICOS NAS FORÇAS ARMADAS ENTRE 1961-1964

Niterói
2018

ENIO VITERBO MARTINS

LINHA DE PESQUISA

IDEOLOGIA E POLÍTICA

CONFLITOS IDEOLÓGICOS NAS FORÇAS ARMADAS ENTRE 1961-1964

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Marly Vianna

NITERÓI

2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

M386c Martins, Enio Viterbo.
Conflitos ideológicos nas Forças Armadas entre 1961-1964 / Enio Viterbo Martins. – Niterói, 2018.
127 p. : il.
Bibliografia: p. 90-94.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2018.
Orientador: Dsc. Marly de Almeida Gomes Vianna.

1. Brasil - História. 2. Brasil - Forças armadas. 3. Brasil - Forças armadas - Atividades políticas. 4. Partidos políticos - Brasil. 5. Brasil. Presidente (1961-1964 : João Goulart). 6. Brasil - Política e governo - 1961-1964. 7. Militarismo - Participação política - Séc. XX. Título.

CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

ENIO VITERBO MARTINS

"CONFLITOS IDEOLÓGICOS NAS FORÇAS ARMADAS ENTRE 1961-1964"

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 29 de agosto de 2018 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Marly de Almeida Gomes Vianna
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente
Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Prof. Dr. Jorge Luiz Prata de Souza
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Agradecimentos

Agradeço a Deus, sem o qual nada seria possível.

A minha família pelo apoio;

A Camila Viguier por estar sempre ao meu lado;

A Murillo Carneiro pela paciência;

A minha orientadora Marly Vianna pelos caminhos apontados.

Lista de Tabelas

Tabela 1: PARADIGMAS EM CONFRONTO..... 15
Tabela 2: Posição dos Partidos Militares em 1961..... 39
Tabela 3: Cargos dos Partidos Nacionalista/Legalista em 1961..... 39
Tabela 4: Cargos do Partido Sorbonne/anti-getulista em 1961..... 39
Tabela 5: Posição dos Partidos Militares em 1962.....46
Tabela 6: Cargos dos Partidos Nacionalista/Legalista em 1962..... 47
Tabela 7: Cargos do Partido Sorbonne/anti-getulista em 1962..... 47
Tabela 8: Posição dos Partidos Militares em 1963..... 55
Tabela 9: Cargos dos Partidos Nacionalista/Legalista em 1963..... 56
Tabela 10: Cargos do Partido Sorbonne/anti-getulista em 1963..... 57

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo avaliar os conflitos ideológicos dentro das Forças Armadas entre os anos de 1961-1964. Este estudo buscou a partir do conceito de Alain Rouquié de “partidos militares” e também de características adquiridas na formação profissional dos militares, analisar a participação política dos militares nos anos de 1961-1964.

Palavras-Chave: Forças Armadas, Ideologia, João Goulart.

Abstract

The present work aims to evaluate the ideological conflicts within the Armed Forces between the years 1961-1964. This study sought from the concept of Alain Rouquié of "military parties" and also of characteristics acquired in the professional training of the military, to analyze the political participation of the military in the years 1961-1964.

Keyword: Armed Forces, Ideology, João Goulart.

Sumário

Introdução 1

Capítulo I – Civis E Militares..... 6

1.1. As relações Civis-Militares na política brasileira..... 6

1.2. Partidos Militares..... 10

1.3. Mentalidade Militar..... 12

1.4. A Ideologia da Segurança Nacional..... 19

1.5. Influências Sociais Nas Intervenções Dos Militares na Política..... 22

1.6. Os Partidos Militares e as Eleições Do Clube Militar na Década de 1950..... 26

Capítulo II – De 1961 a 1963..... 30

2.1. A Renúncia De Jânio..... 30

2.2. Dos Ministros Da Guerra..... 37

2.3. 1962: A radicalização se prepara..... 40

2.4. 1963, Às Portas Do Ano Fatídico..... 47

Capítulo III – 1964, Jango e a Guerra Revolucionária..... 58

3.1. Janeiro..... 58

3.2. IPES/IBAD..... 62

3.3. Fevereiro..... 64

3.4. Os Relatórios da Cia..... 67

3.5. O Mês Fatídico, Março de 1964..... 73

3.6. Da Quebra de Hierarquia e da Guerra Revolucionária..... 77

Conclusão..... 87

Bibliografia..... 90

Anexos..... 95

Anexo 1 - Ofício CONFIDENCIAL nº 12 -2S/2109/62..... 95

Anexo 2 - Advice of Kubistchek to Jair Dantas Ribeiro Regarding His Remaining as Minister of War. Central Intelligence Agency. Intelligence Information Cable..... 99

Anexo 3 - SG/CSN-EMFA. DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS SI-1. Exemplar nº 2..... 102

Anexo 4 - OF SECRETO nº 65 –Gab/3114/62..... 114

Anexo 5 - OF/reservado nº 67-Gab/1116/62..... 116

Anexo 6 - OF SECRETO nº 90 –Gab/3152/62..... 118

Anexo 7 - OF SECRETO nº 91 –Gab/3153/62..... 119

Introdução

Por não ser uma classe homogênea as Forças Armadas tiveram ao longo de sua história conflitos ideológicos internos que muitas vezes transcenderam à própria caserna e influenciaram grande parte da história nacional, não sendo raro perceber a instituição militar como sendo força motriz e pedra angular de governos e governantes das mais variadas vertentes ideológicas.

Resta a dúvida, presente na literatura sobre o tema dos conflitos ideológicos dentro das Forças Armadas, se podemos dizer que existe uma ideologia própria da instituição militar, ou ainda, se as diversas ideologias externas, existentes na sociedade civil, se sobrepõem a esta possível ideologia propriamente militar.

As Forças Armadas são instituições antigas e sempre tiveram um papel político muito importante na história brasileira. Considero o ano de 1961 o início do recorte temporal da presente pesquisa por acreditar que este tenha sido um ano em que houve, até pelo contexto de guerra fria, um embate maior entre os militares do que os que houveram em anos anteriores.

A relevância do tema pode ser observada quando, a partir das manifestações populares em 2013, ter sido comum observarmos pedidos vindos de setores da sociedade civil de intervenção militar, como uma verdadeira súplica para que as forças armadas interviessem no governo democrático e expurgassem os supostos corruptos governantes.

Ocorre que, conforme pretendemos demonstrar no presente estudo, esta requerida intervenção militar dificilmente continuaria sendo pedida se houvesse o claro entendimento das diversas matrizes ideológicas historicamente presentes nas Forças Armadas.

Observo que tais instituições, principalmente o exército, não são homogêneas em sua visão de mundo e daí decorre a importância da identificação e análise dos diversos "partidos militares"(concepção de Alain Rouquié), existentes dentro das próprias Forças Armadas. Estas instituições militares são formadas por uma composição heterogênea tanto horizontal quanto verticalmente e os conflitos ideológicos são tanto entre praças e seus pares e oficiais e seus pares, quanto entre praças e oficiais.

Assim, de acordo com Alain Rouquié, dentro das próprias forças armadas são formados os denominados "partidos militares" que funcionam como verdadeiros

partidos políticos e que competem entre si pelo domínio do comando das forças armadas e usualmente acabam por também influenciar a política nacional, seja por dar sustentáculo aos mais variados governos civis ou ainda intervindo e depondo governos que estejam em desacordo com sua visão de mundo.

Para fundamentar este estudo sobre conflitos ideológicos entre os partidos militares serão utilizados os conceitos de diferentes autores. Inicialmente, para a questão dos "partidos militares" será utilizada a obra organizada por Alain Rouquié "*Os Partidos Militares no Brasil"*[1] em seu capítulo "Os processo políticos nos partidos militares do Brasil".

Será trabalhada a questão das concepções a) instrumental de Nelson Werneck Sodré em "*História Militar do Brasil*"[2], que coloca as forças armadas como instrumentos das elites políticas para a conquista de seus objetivos, e b) organizacional, constantes na obra de Edmundo Campos Coelho "*Em busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*[3]", que imputa às forças armadas objetivos próprios e uma certa autonomia diante das elites políticas dominantes. Para a conceituação de ideologia será utilizada principalmente a obra de Michel Löwy "*Ideologia e Ciencia Social: elementos para uma análise marxista"*[4], onde o autor expressa seu próprio conceito do tema.

Também será utilizada a obra de Alfred Stepan: "*Os Militares: Da abertura à nova república*[5]*"*, onde é exposta a questão de um novo tipo de profissionalismo que surgiu dentre os militares durante o século XX.

Em um esforço de demonstrar uma liderança militar mais situada à esquerda no recorte temporal de 1961-1964 será utilizado o livro "*Almirante Aragão, fragmentos de uma vida"*[6] de Antonio Duarte. E para analisar a questão da quebra da hierarquia e

[1]ROUQUIÉ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.
[2]SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
[3]COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* / Edmundo Campos Coelho. Rio de Janeiro: Record, 2000.
[4]LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social :elementos para uma análise marxista*. In LÖWY, Michael,-19ª. ed.- São Paulo: Cortez, 2010
[5] STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
[6]SANTOS, Antonio Duarte dos. *Almirante Aragão: fragmentos de uma vida*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

disciplina e posição política dos praças neste período será utilizado o livro "*Praças em pé de guerra"*[7], de Paulo Eduardo Castello Parucker.

Para a análise de uma possível ideologia das próprias Forças Armadas será analisada a ideologia da Segurança Nacional nas obras "*A ideologia da Segurança Nacional*[8]*"*, de Joseph Comblim, e "*Segurança e Democracia"*[9], de José Alfredo Amaral Gurgel.

Para tratar de Conflitos Ideológicos nas Forças Armadas entre 1961-1964 será utilizada a conceituação de ideologia de Michel Löwy:

> Para se tentar evitar essa confusão terminológica e conceitual, eu acho que é útil tomar a distinção feita por Mannheim entre ideologia e utopia, mas se deve procurar outro termo que possa se referir tanto às ideologias quanto às utopias, que defina o que há de comum a esses dois fenômenos. O termo que me parece mais adequado para isso, e que. proponho como hipótese neste momento é "visão social de mundo". Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.[10]

Especificamente sobre as Forças Armadas, parto da conceituação jurídica institucional utilizada por Jorge Luiz Nogueira de Abreu que assim define: "As Forças Armadas constituem um corpo especial da Administração que se distingue do setor civil pela militarização com enquadramento hierárquico de seus membros organizados em unidades armadas e preparadas para o combate"[11].

Para delimitação de grupos que contenham o mesmo viés ideológico, será utilizada a conceituação de "partidos militares" de Alain Rouquié.

Este trabalho tem como objetivo, partindo do pressuposto do conceito de partidos militares da obra Alain Rouquié, pesquisar as razões de em 1961 o "partido militar legalista" ter saído relativamente vitorioso diante da corrente anticomunista que

---

[7]PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

[8]COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na. América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

[9]GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia, uma reflexão política*. 3ª ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1978.

[10] LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.13.

[11] ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. *Direito Administrativo Militar*. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo : MÉTODO, 2010, p.35.

se rebelava diante da possibilidade de Jango assumir a presidência e em 1964, este mesmo "partido legalista" ter se submetido àqueles militares intervencionistas.

Formulo a hipótese de que o anticomunismo não foi o motivo principal da submissão dos militares legalistas aos objetivos dos militares anti-getulistas e intervencionistas quando da deposição de Goulart, mas sim a quebra de hierarquia e disciplina, vistas por todas as correntes militares como um valor supra "ideológico" que se relaciona intimamente à própria existência das instituições militares e que estava aparentemente sendo ameaçada pelo presidente e alguns militares de alta patente ligados à esquerda e que o cercavam.

Para análise da existência de ideologias nas Forças Armadas ao período de 1961-1964 será feito o estudo de fontes primárias tais como os discursos de oficiais difundidos pela grande mídia, bem como notas, panfletos e/ou documentos expedidos pelas organizações militares.

Contamos ainda com o acervo de documentos produzidos pelas forças armadas, reunidos por Elio Gaspari, referente ao regime ditatorial de 1964-85 que está disponível na internet no site https://www.arquivosdaditadura.com.br.

Também foram analisados documentos da Central Intelligence Agency, a CIA, dentre os quais foram retirados do próprio site da agência, a partir do endereço: https://www.cia.gov/library/readingroom/, do qual extraímos tipos diferentes de documentos:

1) *Current Intelligence Weekly Summary* - relatórios semanais de opinião, provavelmente direcionados a distribuição interna da própria organização e geralmente tinham como alvo a situação de um único país; 2) "*Central Intelligence Bulletin*" – relatórios com periodicidade não regular, contendo principalmente descrição de fatos políticos e militares que ocorriam no mundo inteiro e que tratava dos mais diversos países de maneira sucinta; 3) "*Special National Intelligence Estimate*" – relatório sobre determinado fatos e assuntos políticos, preparados em conjunto com outras agências e órgãos governamentais, projetava-se neste relatório alguma conjuntura política futura; 4) "*Intelligence Information Cable*" – Demonstra ser algum tipo de comunicação imediata via telégrafo/rádio; 5) "*Special Report*" – relatório detalhado produzido pela CIA, de modo não periódico, sobre determinado assunto político. Estes relatórios foram analisados de maneira cautelosa tendo em vista não possuirmos a possibilidade de

cruzarmos os dados e informações neles contidos por terem sido produzidos por agentes desconhecidos e conterem informações incompletas.

Sobre mais especificamente a posição ideológica dos oficiais e os partidos militares dos quais faziam parte, será utilizado o método de história oral quanto os principais jornais da época, como *Jornal do Brasil*, o *Última Hora* e *A Tribuna de Imprensa*. Sobre a história oral, cabe o ensinamento de Marieta de Moraes Ferreira:

> A história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos em uma dada sociedade.[12]

No primeiro capítulo irei tratar das concepções das relações entre civis e militares, indicando as concepções de Werneck Sodré, Edmundo Campos Coelho e Antonio Peixoto. Posteriormente explicarei a relação dos "partidos militares" de Rouquié com as possíveis ideologias presentes nas instituições militares.

No segundo capítulo trato dos anos de 1961 até 1963, explicando principalmente sobre a relação entre os quadros "partidários" militares, bem como da mudança de cargos entre os principais líderes e figuras destes mesmos "partidos".

No terceiro e último capítulo irei tratar dos meses de janeiro a abril de 1964, e os motivos que levaram o "partido legalista" a se submeter ao discurso do "partido da Sorbonne", que pregava cada vez mais que o presidente atacava a hierarquia e disciplina das Forças Armadas.

[12] MORAIS FERREIRA DE, Marieta. História Oral: um inventário das diferenças. In *ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral* /Marieta de Moraes Ferreira (Coordenação); Alzira Alvesde Abreu.... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p. il, p.12.

Capítulo 1 – Civis e Militares

1.1 As relações Civis-Militares na política brasileira

Inicialmente cumpre esclarecer que a historiografia militar tradicional brasileira não tinha como escopo a explicação estrutural das intervenções e conflitos ideológicos internos das Forças Armadas, tanto é que, na obra de Paula Cidade[13] de 1959, *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar*, não se encontra uma publicação historiográfica que tenha por objetivo o estudo da ideologia nas forças armadas.

Grande parte dos trabalhos de historiografia militar até a publicação da obra de Paula Cidade tinha viés literário, bibliográfico, narrava as grandes campanhas, batalhas, falava dos chefes militares, questões que dominavam a perspectivada época, o que podemos chamar de "história militar tradicional".

Tomamos por empréstimo o ensinamento de Celso de Castro: "Durante a maior parte do século XIX, a história militar foi frequentemente associada a outros campos da história e mesmo da literatura. Seria difícil dissocia-la desses gêneros para considera-la um campo próprio."[14].

Assim, os estudos históricos existentes sobre as intervenções das forças armadas na política divergem quanto ao papel político dos militares como atores principais da República brasileira. Se alguns autores, tal como Nelson Werneck Sodré, as expõem muitas vezes como peões no jogo da elite política civil brasileira, outros, tal como Edmundo Campos Coelho, os colocam como agentes independentes da política fora da caserna, como sendo verdadeiros agentes autônomos no tocante a influencia dos civis sobre as forças armadas.

Tais interpretações levaram à criação de dois modelos clássicos de interpretação das relações civis militares: a concepção instrumental e a abordagem institucional-organizacional.

---

[13] Francisco de Paula Cidade (1883-1968) foi um general brasileiro imprescindível para a literatura e pensamento acadêmico militar brasileiro, participou da criação da revista *A Defesa Nacional*, dirigiu a *Revista Militar Brasileira* quando chefiou a 5ª Seção do Estado-Maior do Exército, ensinou Geografia e História Militar na Escola Militar(Realengo) e na Escola de Estado-Maior. Encerrou a carreira militar na presidência da Biblioteca do Exército.

[14] CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor (Org.) ; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto, 2004. p. 13.

Em 1965, Nelson Werneck Sodré publicou a *História Militar do Brasil*. Nesta obra o autor, ligado ideologicamente à esquerda, explicava a história do Brasil sob um prisma marxista. Werneck Sodré apresentou também sua tese da "concepção instrumental das forças armadas". Para o autor, as Forças Armadas brasileiras, desde sua fundação até início da República, foram instrumentos de repressão das elites latifundiárias dominantes para reprimir os anseios populares.

Werneck Sodré parte da concepção marxista de que em uma sociedade capitalista o exército é o braço repressivo do Estado, o braço armado da classe política dominante. Tal consideração, que decorre o conceito de luta de classes, gerou a concepção instrumental das Forças Armadas, onde o exército é principalmente o instrumento dos desígnios das classes sociais dominantes.

O autor afirma que o latifúndio vai perdendo o domínio sobre as Forças Armadas, principalmente a partir do começo da independência, quando para o autor começa a "fase autônoma" do país, ao passo que a burguesia em ascensão substitui o latifúndio como força política que utiliza as Forças Armadas como instrumento de manutenção de poder:

> Pouco a pouco, as Forças Armadas vão se tornando, na longa fase a que nos referimos (fase autônoma), de instrumento inadequado do latifúndio em instrumento da burguesia em ascensão, participando de transformações em que esta participa, e até como de suas forças de vanguarda, até o Tenentismo, quando a fase se encerrara.[15]

Para Sodré, durante o que chama de "fase nacional", iniciada em 1930, o exército adquiriu características verdadeiramente nacionalistas e, consequentemente, a burguesia em ascensão no final do século XIX teve dificuldade em controlar as forças armadas, vejamos:

> A consequência futura dessa impossibilidade está nas dificuldades que a burguesia encontra, na fase nacional, para fazer das Forças Armadas instrumento específico da sua repressão: consegue essa finalidade em algumas circunstancias, para perder, depois, o domínio desse aparelho militar, progressivamente, processo que se concretiza na medida em que as Forças Armadas vão definir-se como nacionais.[16]

[15] SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p 288.
[16] Ibidem, p.287.

Ainda sob o prisma marxista de Werneck Sodré, que considera o capital estrangeiro contrário aos interesses nacionais, Werneck Sodré viu o imperialismo norte-americano como uma força que atrapalhava a expansão da economia nacional brasileira. O autor afirma que é necessário para as instituições militares, caso queiram se tornar verdadeiramente democráticas e ajudar na expansão da economia nacional, se desligarem de qualquer tipo de submissão ao latifúndio e ao imperialismo. Somente quando completado esse processo de desligamento, diz o autor, é que estas instituições começarão a ter traços verdadeiramente nacionais.

Forças armadas nacionais estão diretamente ligadas ao avanço do país, pois para que o Brasil se realize como nação, o autor afirma que é papel das Forças Armadas assegurar as instituições democrática e garantir a livre expansão econômica nacional, sem o capital estrangeiro imperialista, que por essência, seria antinacional.

> Ao participar, como instituições, da gigantesca tarefa de desenvolvimento em bases nacionais, pelo aproveitamento das riquezas naturais, em beneficio do país, e não de outros países, as Forças Armadas colocam-se inevitavelmente, do lado das forças populares, e distanciam-se, inevitavelmente, do latifúndio e do imperialismo, os interessados em transferir tais riquezas ao exterior, em entrega-las aos trustes e monopólios externos. Esse papel é fundamental, indissoluvelmente ligado ao de assegurar as liberdades democráticas, e define o caráter nacional das Forças Armadas, e tem um conteudo político profundo, sem ter, de outro lado, qualquer sentido de participação política, enquanto atividade partidária de sentido tradicional. As Forças Armadas são um partido político de conteúdo nacional(...) Sua sorte está ligada ao desenvolvimento do país, e esse desenvolvimento só é possível em bases nacionais[17]

Sobre o movimento tenentista, cabe dizer que tal movimento foi alvo de controvérsias entre os historiadores justamente por não se portarem conforme os desígnios da classe latifundiária ainda com muita força, pois tinham reinvindicações de cunho popular e economicamente se identificavam com um estado nacional forte e que interferisse diretamente na economia. Diz Celso Castro:

> O debate sobre a natureza daquele movimento atraiu a atenção de muitos historiadores desde a publicação, em 1932, de O sentido do tenentismo, de Virgínio Santa Rosa. Grande parte daquele debate girou em torno da questão de os tenentes representarem ou não as aspirações da classe média, insatisfeita com as condições da república oligárquica. Edgard Carone viu os tenentes como progressistas e

[17] Ibidem, p. 493

> antioligárquicos. Maria do Carmo Campelo de Souza enfatizou as ambigüidades daquele movimento, ao mesmo tempo reformista e aberto a métodos políticos autoritários. José Augusto Drummond argumentou que a rebelião dos tenentes não era dirigida contra as "classes dominantes", mas contra sua posição subalterna no aparato estatal.[18]

Já a concepção organizacional, defendida principalmente por Edmundo Campos Coelho, afirma que na verdade o exército não é tão influenciado pelas correntes políticas da sociedade civil, sendo quase como uma instituição fechada em si mesmo.

Nesse prisma organizacional as intervenções das Forças Armadas na política são guiadas pelos próprios interesses institucionais delas e não pelos objetivos desta ou daquela classe ou grupo político.

Em Edmundo Campos Coelho[19] podemos também observar uma análise da concepção instrumental, que ele define com diferentes vertentes, que seriam: oligárquica, setores médios e moderadora.

Na vertente "oligárquica", que é exposta principalmente por Nelson Werneck Sodré, as elites dominantes influenciam cristalinamente a posição e emprego das forças armadas, utilizando-as como uma proteção ao *status quo* quando de uma crise do sistema vigente.

Na vertente dos "setores médios", o exército é colocado como representante e agente político organizado pelas classes médias e por fim, na concepção "moderadora", o exército tem uma função de árbitro das disputas políticas nacionais, geralmente com a instituição militar pendendo para o lado de maior aceitação na opinião pública.

Para Campos Coelho, a teoria organizacional se sobressai diante de obstáculos teóricos enfrentados pela concepção instrumental, tais como a evolução do nível de abertura à sociedade civil por parte do Exército e uma explicação classista que os pressupostos desta concepção instrumental ocasionam. Deste modo, o autor expõem as bases da explicação organizacional:

> [...] sugerimos que três processos conexos marcam, historicamente, a evolução do Exército:
> a) o peso crescente dos interesses e necessidades próprios da organização como fatores de seu comportamento político;

[18] CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. FRAAY, Hendrik. Da história militar à "nova" história militar. p, 19. In *Nova história militar brasileira* / Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. 460p

[19] COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit., p.32.

> b) a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos particulares deste;
> c) um "fechamento" progressivo aos influxos da sociedade civil.[20]

Por último, é necessário apresentar a posição de Antônio Carlos Peixoto, para quem existe um triangulo nestas relações entre os civis e militares, com o autor identificando: "os civis (partidos políticos, grupos de pressão etc.), as correntes militares, e as estruturas do comando supremo (os mais elevados escalões da hierarquia militar)"[21].

Acredito que Peixoto seja o autor que melhor define o tipo de relação existente entre militares e civis, até mesmo por considerar que as pressões da sociedade civil não são um fator decisivo para as movimentações políticas militares, tendo em vista que estas pressões são na verdade, condicionadas pela relação de forças existentes dentro das próprias instituições das Forças Armadas.

As correntes políticas e ideológicas militares dentro das Forças Armadas tem, para o autor, o papel de canalizar, adaptar e transmitir estas pressões e exigências vindas da sociedade civil, e isto pode ser feito tanto por grupos que atuam dentro das organizações militares como também pelos setores da hierarquia que atuam junto a grupos civis.[22]

Que correntes militares são estas e que tipo de movimentação política elas realizaram na sociedade brasileira? Creio que a melhor explicação que se coaduna a visão de Peixoto seja o que Alain Rouquié denominou de "partidos militares".

1.2 Partidos Militares

O contexto da Guerra Fria, com a consequente divisão mundial entre os blocos capitalistas e comunistas, além da própria realidade história brasileira, (que colocava o Estado como um agente propulsor da economia em alguns setores não dominados pelos investimentos da iniciativa privada), trouxe ao exército uma divisão interna entre grupos que correspondiam às diferentes visões ideológicas existentes no cenário brasileiro.

[20] Ibidem, p. 41
[21] CARLOS PEIXOTO, Antonio. EXÉRCITO E POLÍTICA NO BRASIL. Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p.34
[22] CARLOS PEIXOTO, Antonio. Op. Cit, p.35.

Estes grupos serão abrangidos pela conceituação de Alain Rouquié através da ideia dos "partidos militares". O autor afirma que os grupos políticos dentro das Forças Armadas podem ser vistos como verdadeiros partidos políticos militares, tendo em vista que se comportam como tal ao buscarem seus próprios objetivos políticos:

> [...] as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, *por outros meios*, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo que conhecem em seu seio – tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica – processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais.[23]

Rouquié identifica também uma tendência dos militares de criar instituições não governamentais para influenciar a política, como o Clube de 3 de Outubro ou o Clube Militar[24] e tendo em vista os conflitos internos de tendências antagônicas que lutam pelo controle da corporação militar, existe também a luta pelo controle de tais instituições civis não governamentais

Tal concepção de diferentes grupos coexistindo no seio das Forças Armadas nos auxilia quando observamos que em 1961, data inicio do recorte deste presente trabalho, pode-se observar três partidos políticos militares com visões sociais de mundo diferentes e que interagem e se relacionam entre si.

O primeiro "partido político militar" que podemos observar é um partido que se pode denominar de "nacionalista". Este grupo, com uma posição mais alinhada à esquerda, vai ser um dos principais grupos de apoio de João Goulart e dentre os principais militares deste grupo estão o almirante Aragão e o general Assis Brasil.

O segundo partido militar identificável é um partido "legalista", que se posicionava no mais estrito respeito à Constituição e às normas legais vigentes, preocupando-se principalmente em manter o exército longe das disputas políticas da sociedade civil. Dentre os militares expoentes deste grupo temos expoente o marechal Henrique Teixeira Lott e o general Machado Lopes.

O terceiro e último partido político militar analisado é um partido de viés mais intervencionista, que denominamos de "Sorbonne", que possuía características anti-

[23] ROUQUIÉ, Alain. Os Processos políticos nos partidos militares no Brasil. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p.12.

[24] O Clube Militar foi fundado em 26 de junho de 1887, em assembleia sob a presidência do marechal Deodoro da Fonseca, e desde sua reunião inicial serviria como um fórum de debates sobre as grandes questões da política nacional. O Clube 3 de Outubro foi fundado em fevereiro de 1931 por apoiadores do governo provisório de Vargas, iniciado em 1930.

getulistas, com simpatia pelo capital estrangeiro no desenvolvimento nacional e um principio econômico mais liberal do que o partido "nacionalista". Era influenciado pela União Democrática Nacional e consequentemente por Carlos Lacerda, e pela Doutrina de Segurança Nacional advinda da Escola Superior de Guerra.

Estabelecidas as diferenciações entre os partidos militares, faz-se necessário analisar as características em comum que todos estes partidos compartilham. Para isto, iremos realizar uma breve análise do conceito de "mentalidade militar" de Samuel P. Huntington, que brevemente envolve a questão das relações civis-militares para este autor, e também da evolução do profissionalismo e a relação deste com a política nos quartéis.

A análise destas características é necessária para delimitarmos até que ponto os partidos políticos militares, nacionalista, legalista e da Sorbonne, possuem uma identificação institucional em comum, ou seja, como veem as próprias Forças Armadas institucionalmente, independentemente de suas ideologias políticas, e como estes partidos entendiam ser o papel correto dos militares na política no período pós Segunda Guerra.

1.3 Mentalidade Militar

A análise de relação das Forças Armadas na sociedade civil, para Samuel P. Huntington, passa pelo entendimento de que "em toda a sociedade a relação civil-militar deve ser entendida como um sistema composto por elementos independentes". Contudo é necessário esclarecer que para Huntington existem características nesse sistema, que são: "a posição formal e estrutural das forças armadas no governo, o papel informal e a influencia de grupos militares na politica e na sociedade como um todo, e a natureza das ideologias de grupos militares e não militares"[25].

Considerando o objetivo de estudar uma possível visão de mundo especificamente militar destaque-se a visão de Huntington de que "[...] qualquer sistema de relação civil-militar envolve um complexo equilíbrio entre autoridade, influencia e

[25] HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civís e militares.* Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1996, p. 16.

ideologia dos militares, por um lado, e autoridade, influencia e ideologia de grupos não-militares, por outro."[26].

Para o autor um dos aspectos da política de segurança nacional é a relação entre civis e militares, e deste modo são colocados dois imperativos que regem esta relação: um imperativo funcional, que advém das ameaças à segurança da sociedade, e um imperativo societário, proveniente das forças sociais, das ideologias e instituições dominantes dentro da referida sociedade.

Podemos identificar que no Brasil os partidos políticos militares de fato compartilham da proteção à segurança da sociedade e que o imperativo societário, decorrente das forças políticas da sociedade civil, também de algum modo influencia as instituições militares. Deste modo, a concepção institucional de Campos Coelho deve ser relativizada no tocante a influencia da sociedade civil nas Forças Armadas, pois, em que pese aquele autor ter construído uma ideia de que as Forças Armadas evoluem historicamente para serem "fechadas" em si mesmas, o imperativo societário de Huntington coaduna melhor com a realidade história brasileira das relações entre civis-militares.

Uma das posições que Huntington também assume é a de que os oficiais das forças armadas são os responsáveis pela segurança militar da sociedade e possuem uma posição dirigente ativa da estrutura militar. Os oficiais seriam um grupo funcional com características especializadas e profissionais no sentido de que possuem uma vocação com caráter de especialização, responsabilidade e corporativismo.

A especialização diz respeito à formação de um técnico com habilidades e conhecimentos especializados, o que só vem através de educação e experiências prolongadas que os militares adquirem durante sua formação.

A responsabilidade advém de uma resposta do profissional para a sociedade na qual trabalha e em que presta o serviço de segurança essencial para a manutenção da mesma. Para Huntington, diante de um quadro em que os militares ocidentais geralmente não recebem um bom pagamento, sua motivação não pode ser mercenária, com vista apenas em seus próprios interesses econômicos individuais, mas sim deve ser o amor técnico por sua habilidade e o senso de obrigação social para utilizar essa qualidade em beneficio da sociedade.

[26] HUNTINGTON, Samuel P. Op. Cit., p.16, grifo meu.

A corporatividade se refere ao *esprit de corps* que os membros de uma determinada corporação adquirirem depois de contraírem uma disciplina diuturna e o treinamento necessário para prestar o serviço pelo qual são responsáveis. Ainda sobre o caráter corporativo do oficialato, o autor diz que o oficialato é uma profissão pública burocratizada, sendo que sua estrutura não comporta apenas a burocracia oficial como também escolas, publicações, instituições, costumes e tradições próprios.

Assim os oficias possuem alto grau de treinamento especializado, tendo em vista que a administração das variáveis que envolvem o comando militar garante que o oficial na verdade desempenhe um papel intelectual avançando. A responsabilidade dos oficiais também está no fato de que a administração da violência deve ser feita com extrema cautela, com o objetivo de que seja utilizada apenas conforme os propósitos socialmente aceitos. A sociedade tem um interesse direto no emprego dessa administração de violência para sua própria segurança militar.

Acredito, no entanto, que é preciso esclarecer que tais características de profissionalização não são estritamente militares, considerando que outras instituições também podem possuir o mesmo grau de profissionalismo, não sendo caráter exclusivo das forças armadas a especialização, a responsabilidade e o corporativismo.

O profissionalismo do exército brasileiro, na verdade, foi aprofundado após mudanças na formação dos militares durante o século XX, pois no século XIX as escolas militares possuíam uma formação mais teórica do que prática.

Entre as características próprias dos militares que influenciam em uma possível intervenção na política, podemos destacar o profissionalismo, característica esta que Huntington afirma que é o que diferencia o oficial atual e o guerreiro de tempos antigos.

Para o autor, o profissionalismo dos militares, que se enquadra na visão econômica "desenvolvimentista", afastaria as Forças Armadas da prática política e as manteria sob o controle da sociedade civil. Quanto mais desenvolvida e moderna for a economia do país, menos prováveis serão as intervenções políticas das forças armadas[27].

Por outro lado, Rouquié argumenta que as características dos militares invocadas por Huntington se aplicam aos exércitos estatizados, onde se pode afirmar que os militares são profissionais técnicos, diferente de exércitos antigos, pré-profissionais.

[27] RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do. Exército brasileiro (1905-1946).* São Paulo: Paco Editorial, 2011,p.29.

Neste prisma, o autor apresenta uma cronologia de modernização do Estado, da qual a profissionalização militar faz parte.

Rouquié demonstra que desde épocas coloniais existe um militarismo presente na sociedade latino-americana, desde as lutas pela independência e posteriormente a partir da criação dos exércitos nacionais. Posteriormente a estes episódios, o autor afirma que a fase que então começa é a da profissionalização dos exércitos nacionais, movimento que acaba por aumentar suas intervenções na política. "Os militares são militarizados para se estatizar melhor as forças armadas, mas, com isso, se lhes proporcionam os recursos organizativos e morais – sobretudo em países onde o serviço militar, escola da nação, é obrigatório – para interferir na vida política."[28].

Alfred Stepan também trabalha com a ideia de que o profissionalismo afastaria os militares da política e os submeteria com maior facilidade ao controle civil, porém tal teoria ruiu com a intervenção militar no Brasil em 1964, forçando Stepan a conceber a ideia de um "novo profissionalismo", que pela figura da doutrina de segurança nacional no pós-guerra, levou os militares a uma mudança comportamental no tocante as suas relações com a sociedade política e civil bem como seus objetivos institucionais dentro do Estado[29].

Stepan argumenta que diferentemente dos outros autores, que entendem que o profissionalismo leva a um maior afastamento dos militares da política, no Brasil as mudanças do conteúdo do profissionalismo levam os militares a aumentar uma visão autoritária sobre o papel que acreditam ter na sociedade. Conforme pode ser observado na tabela:

PARADIGMAS EM CONFRONTO: O VELHO PROFISSIONALISMO DA DEFESA EXTERNA; O NOVO PROFISSIONALISMO DA SEGURANÇA INTERNA E DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

	Velho Profissionalismo	Novo Profissionalismo
Função dos militares	Segurança externa	Segurança interna
Atitudes dos civis para com o governo	Civis aceitam a legitimidade do governo	Segmentos da sociedade desafiam a legitimidade do governo
Capacitação militar exigida	Capacitação altamente	Capacitação política e

[28] ROUQUIÉ, ALAIN. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.
[29] STEPAN, Alfred. Op. Cit., p.22.

	especializada e incompatível com a capacitação política	militar profundamente inter-relacionadas
Raio de ação profissional militar	Restrito	Irrestrito
Impacto da socialização profissional	Torna os militares politicamente neutros	Politiza os militares
Impacto nas relações entre civis e militares	Contribui para a formação de um militar apolítico e para o controle dos civis	Contribui para o gerenciamento político-militar e para a sua expansão

Fonte*: Authoritarian Brazil*, New Haven, Yale University Press, 1973, p.52

Ainda dentro do objetivo de análise dos partidos militares e suas ideologias e características próprias, podemos observar que com todas as diferentes visões sociais de mundo dentro do exército, através das lições de Huntington, os partidos militares possuem um determinado nível de *esprit de corps* decorrente de sua formação profissional.

Tal concepção é essencial para a análise de como a quebra de hierarquia e disciplina pôde de fato dividir o exército em episódios a partir de 1961 e que perduraram até 1964.

Prosseguindo com a argumentação de Huntington, existem dois tipos de abordagem de uma "mentalidade militar" que são fundamentais em sua obra e que significam certo tipo de ideologia militar: a primeira afirma que a mentalidade militar diz respeito a determinados tipos de atributos ou qualidades mentais que compõem tal mentalidade, e a segunda que é formada pelas atitudes, valores, opiniões e a visão do próprio militar.

A análise das referidas atitudes deve ser feita através de dois métodos: o primeiro descreve determinados tipos de atitudes e valores como sendo propriamente militares e como tais, tem predomínio dentre os militares. Existem dois tipos de valores que merecem destaque dentro dos demais: a belicosidade e o autoritarismo, mas o

próprio autor reconhece que afirmar a existência de valores militares, e ainda a predominância destes dentre os militares em si, é arbitrário e altamente subjetivo[30].

A outra forma de analisar tais atitudes e valores militares seria admitir que qualquer expressão de atitudes e valores vinda de militares, ou seja, vindos de uma fonte militar, é automaticamente integrante de uma mentalidade militar. Considerando, entretanto, as diversas divergências dentro das próprias instituições militares, tais como étnicas, políticas, religiosas e etc... não podemos admitir que valores e atitudes provenientes de qualquer fonte militar possam ser consideradas próprias da mentalidade militares, integrando todos os militares homogeneamente.

Do mesmo modo podemos admitir que as características existentes nas diversas visões sociais de mundo civis, que permeiam as forças armadas, não podem ser vistas como essencialmente militares. Estas visões civis são de algum modo influenciadas por um belicismo e um autoritarismo próprios da função militar quando entram em contato com as instituições militares e passam a influenciar seus membros. Exemplo de quando o belicismo do militar se relaciona à sua própria visão é o projeto industrial desenvolvimentista de Góes Monteiro e a busca dos militares do Estado Novo pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional, vista tanto como fator industrializante brasileiro tanto quanto um projeto que auxiliaria na segurança nacional. Podemos também enxergar como estas características, belicista e autoritária, se relacionaram com o desenvolvimento econômico do país na doutrina de segurança nacional, que veremos adiante, o que influenciou o partido militar da "Sorbonne".

Deste modo, notamos que existe um diálogo importante entre o pressuposto de "mentalidade militar" de Huntington e a realidade dos pensamentos políticos existentes no exército.

O próprio autor define "mentalidade militar" como sendo um "tipo ideal à maneira de Weber, em que as crenças de homens e grupos reais podem ser analisadas".[31]Dentro desta chamada "mentalidade militar" o autor propõem que seja excluído qualquer tipo de concepção política externa aos valores e atitudes propriamente militares, pois identifica que a política poderia dividir a própria instituição militar:

[30]Ibidem, p. 78-79.
[31] HUNTINGTON, Samuel P. Op. Cit., p.80

> A política se situa além do escopo da competência militar e a participação de militares na política enfraquece-lhes o profissionalismo, reduz a competência profissional, divide a profissão contra si mesma e substitui valores profissionais por valores estranhos. Politicamente, o militar tem é que permanecer neutro.[32].

Entendo que isso seja uma certa simplificação da "mentalidade militar" exposta pelo próprio autor, pois considero que as instituições militares são permeáveis tanto pelas próprias ambições, conflitos e aspirações das próprias instituições quanto pelas da sociedade civil. Além do que, politicamente, a invocada "neutralidade profissional" também é uma forma de posição política, que inclusive podemos observar ser defendida pelo partido identificado como "legalista".

Esta possível busca pela neutralidade no cenário brasileiro pode ser vista já no Relatório do Ministro da Guerra de 1938, no qual o Ministro Eurico Gaspar Dutra assim se manifestou:

> Pode-se já afirmar que o Exército não mais se interessa pelas questões de política partidária.
> Tão reduzido é o número de oficiais que se deixam fascinar pelos atrativos do poder, afastando-se do cumprimento de seus deveres profissionais, que conforta ter a confirmação do que tive a oportunidade de dizer a V. Exa:
> "A despeito dos ruidosos embates de competições políticas nacionais ou regionais, o Exército se vai mantendo delas afastado, somente intervindo raras vezes, sob o comando de chefes autorizados, para assegurar liberdade, manter o império da ordem, contra os excessos e desmandos que a nossa educação política ainda não pôde de todo sopitar"
> [...]
> Mantendo-se em posição de mero espectador do cenário político, acompanhando, de fora, o desenrolar dos acontecimentos, o Exército, cada vez mais, se constitui o apôio com que pode o Governo contar, sempre que elementos nocivos procurem subverter a ordem atentando contra a integridade da Pátria.[33]

Assim sendo, concluo que podemos identificar, salientando o aspecto de subclasse social dos militares, não uma, mas sim diversas ideologias ou "visões de mundo" militares, sendo estas a síntese da influencia de características próprias das Forças Armadas, advindas principalmente da formação e função militar na sociedade, sobre diferentes aspectos políticos macroeconômicos. Cito como exemplo que o

[32] Ibidem, p.89.
[33] Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Eurico Gaspar Dutra, ministro do estado da guerra em maio de 1938. Imprensa Militar, Rio de Janeiro – 1938, p.7.

nacional desenvolvimentismo da década de 1940 e 1950 pôde ser observado nas forças armadas sob uma roupagem belicosa e autoritária, bem como o caso da ideologia da "Segurança Nacional", que era extremamente semelhante à doutrina desenvolvida por Góes Monteiro e que influenciaria as Forças Armadas durante boa parte do século XX.

1.4 A Ideologia Da Segurança Nacional

Esclareço inicialmente que não é o objetivo deste estudo a pormenorização desta doutrina, o que já se encontra em vasta bibliografia, mas tão somente explicitar brevemente de que ela consiste e como influenciava os militares brasileiros durante a década de 1950 e início de 1960.

A ideologia da segurança nacional surge da necessidade, para os países capitalistas ocidentais, sob a influência norte-americana[34], de se combater o comunismo soviético, considerando para esse "combate" um cenário de guerra total, onde o comunismo pretenderia acabar com as nações que adotavam o modo de vida ocidental e capitalista. Sob um ponto de vista econômico internacional, podemos perceber que a "Aliança para o Progresso", programa de desenvolvimento econômico lançado pelos Estados Unidos para as nações americanas subdesenvolvidas, pode ser vista também como um programa aliado a intenção de evitar que o comunismo fosse implantado nas nações americanas, com base no subdesenvolvimento que atravessavam.

Esta doutrina possui quatro elementos fundamentais: "Objetivos Nacionais", "Segurança Nacional", "Poder Nacional" e a "Estratégia Nacional"[35].

"Objetivos nacionais" são as metas da guerra e da política e, neste sentido, se a meta da nação é relacionada também à guerra, não haveria sentido para que esta nação se comportasse diferentemente do exército, o que pode ser visto como um dos motivos do porque esta doutrina leva a uma militarização da sociedade[36].

Considerando a Geopolítica, José Alfredo Amaral Gurgel estabeleceu uma compilação dos "objetivos nacionais" brasileiros, quais sejam:

[34] Diferente do que expõem Comblin sobre a doutrina da "Segurança Nacional" acredito que a doutrina da Guerra Revolucionária, que é a doutrina que de fato foi introduzida no meio acadêmico militar, teve na verdade origem francesa. Esta doutrina será tratada no terceiro capítulo de modo mais aprofundado.
[35] COMBLIN, Joseph. Op. Cit. p.50.
[36] Ibidem, p, 51-52.

> Integridade territorial: preservar o território nacional em toda sua extensão, mantendo suas fronteiras atuais.
> Integridade nacional: consolidar toda a comunidade nacional (língua, ascensão moral, mistural racial e supressão das desigualdades sociais) graças a um espírito de solidariedade crescente entre todos os seus membros, sempre preconceitos de qualquer natureza, com uma participação consciente e ativa no esforço comum para preservar o valores que caractereizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã.
> Democracia: adotar como regime político aquele que é baseado nos princípios democráticos, em concordância com a realidade brasileira.
> Progresso: conquista, em todos os planos da atividade nacional, de níveis de vida compatíveis com os melhores modelos existentes no mundo e realizados graças aos recursos materiais e humanos do País.
> Paz social: estabelecer um sistema de vida fundamentado na harmonia e solidariedade e resolver os conflitos de interesses entre os indivíduos, grupos e classes sociais sob a égida do Direito, da Justiça social, do Valores Morais e espirituais.
> Soberania: manter a Nação intangível, assegurando sua capacidade de autodeterminação e sua coexistência com as outras nações em termos de igualdade de direitos e possibilidades[37].

"Segurança nacional", apesar de ser um termo vago e de difícil conceituação, foi melhor definida por Amara Gurgel: é "a garantia proporcionada pelo Estado para a conquista e/ou manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos ou pressões"[38]. Expomos ainda a definição de Joseph Comblin "A Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes."[39].

O "Poder Nacional" é o instrumento que a nação utiliza com fins de alcançar os "objetivos nacionais", e um dos poderes, dentre os poderes político, econômico e o social é o poder militar[40].

A "Estratégia Nacional", expressa como o país irá utilizar seu poder nacional para alcançar seus objetivos, e varia de país para país.

Atualmente, a Escola Superior de Guerra modificou o conceito de Segurança Nacional para: "Segurança Nacional é a sensação de garantia para a Nação da conquista e manutenção dos seus Objetivos Fundamentais, proporcionada pela aplicação do seu Poder Nacional."[41]. E também atualizou os "objetivos nacionais" de Gurgel, que foram

[37] Ibidem, p, 52.
[38] GURGEL, José Alfredo Amaral. Op. Cit., p. 138.
[39] COMBLIN, Joseph. Op. Cit., p.54.
[40] Ibidem, p.58
[41] Manual Básico / Escola Superior de Guerra. Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014.4 v Op. Cit., p. 81.

substituídos por: Soberania, Democracia, Integração Nacional, Integridade do Patrimônio Nacional, Progresso e Paz Social[42].

Tradicionalmente na historiografia[43] é dito que a introdução desta ideologia nas Forças Armadas brasileiras deu-se através da criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, quando a ideologia da segurança nacional, advinda dos Estados Unidos, passou ser repassada aos militares brasileiros de alta patente. Sobre a evolução da Doutrina da Segurança Nacional e de Guerra Revolucionária no Brasil, o general Antonio Carlos Murici, em entrevista ao CPDOC, afirmou que os estudos na ESG sobre Segurança Nacional retroagem a 1951-1952, com um grupo de estudos que faziam parte os generais Orlando e Ernesto Geisel, e também os generais Bizarria Mamede, Golberi do Couto e Silva, Rodrigo Otávio e Eduardo Domingues de Oliveira[44].

A escola foi influenciada diretamente pelos norte-americanos que enviaram uma missão militar para implantação da escola, composta pelo coronel William J. Werbeck, coronel aviador Alvord Van Patten Anderson Jr. e capitão de mar e guerra Lowe H. Bibby[45]. No entanto, o anticomunismo presente nas forças armadas no período pós-criação da Escola Superior de Guerra não foi importado da visão macarthista americana, pois este anticomunismo já estava presente nas forças armadas desde pelo menos 1935, quando da tentativa de golpe liderada por Luiz Carlos Prestes e pela Aliança Nacional Libertadora.

O general Cordeiro de Farias, tido posteriormente como um dos generais da linha da "Sorbonne", foi o primeiro comandante da Escola Superior de Guerra e o general Humberto de Alencar Castelo Branco, em abril de 1956, passou a dirigir o departamento de estudos da escola.

A doutrina de Segurança Nacional é comumente colocada como aspecto mais amplo de uma outra doutrina, de influencia francesa, que é a da "Guerra Revolucionária", da qual falarei mais adiante.

Apesar de ter grande influência entre uma parte da alta cúpula militar, que ou passava pelos cursos da Escola Superior de Guerra ou era diretamente influenciada por docentes e estagiários que por lá já tinham passado, existia também, diferentemente do

[42] Idem.
[43] COMBLIN, Joseph. Op. Cit., p. 151 e 155
[44] MURICY, Antônio Carlos da Silva. *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat, p.254.
[45] ARRUDA DE, Antônio. *A Escola Superior de Guerra: Origens*. In: Revista da Escola Superior de Guerra. — v. 28, n. 57 (jul./dez.) 2013 – Rio de Janeiro: ESG, 2015, p.17.

que se acredita, uma grande maioria dos oficias que não fora diretamente influenciada por ela.

> A ESG, a imprensa e a historiografia ideológica que se instalou com os diversos movimentos que surgiram a partir do governo Juscelino,[...], pintaram a ESG, como se a ESG fosse..[...] parecendo que era uma usina de um pensamento subordinado, alinhado, até conduzido pelos EUA e visceralmente anticomunista e totalitário. A ESG não é nada disso, nunca foi, a ESG sempre foi um fórum de debates de assuntos nacionais num nível governamental, ela foi criada para ter esse papel de fórum e produzir trabalhos e propostas para o governo federal e ela cumpriu esse papel. Isso é um estereótipo, o anticomunismo existente na ESG era o anticomunismo que existia nas Forças Armadas. [...]Como se a ESG fosse uma Gestapo nacional, e não é verdade, não era verdade naquele tempo e não é verdade hoje. [46]

1.5 Influências Sociais Nas Intervenções Dos Militares Na Política

Explicitada a hipótese de diferentes visões de mundo entre os militares, é necessário identificar como estas visões os influenciaram, a ponto de abandonarem uma neutralidade institucional, como vista por Huntington sob aspecto de profissionalismo, e os impulsionaram a intervir na vivencia democrática em cenários não somente brasileiros como também sul-americanos.

Existe uma literatura de brasilianistas, autores de diversas obras sobre as relações entre civis-militares, quase excluídos pela historiografia brasileira, ressalvados os casos de Samuel P. Huntington e Alfred Stepan. Tais brasilianistas produziram importante historiografia na década de 1960 sobre intervenções militares na América Latina bem como uma possível explicação sociológica-histórica para tais movimentos.

Menos conhecida, porém não menos importante, é a proposta teórica de Robert D. Putnam, em *Toward Explaing Military Intervention in Latin American Politics* de 1967, em que o autor elenca quatro causas de intervenção ou abstenção dos militares na política: (1) aspectos socioeconômicos de desenvolvimento; (2) aspectos políticos de desenvolvimento; (3) características ideológicas, econômicas e políticas dos próprios militares e (4) influências externas e/ou estrangeiras[47].

Putnam dá exemplos de Finer e Johnson, que relacionam a diminuição das intervenções militares na política com o aumento da participação popular nela, bem

[46] Depoimento do Tenente-Coronel Luiz Carneiro dado ao autor no dia 10 de novembro de 2017.
[47] PUTNAM. Robert D.. *Toward Explaining Military Intervention in Latin American Politics*. World Politics [Internet]. 1967;XX (October 1967) :83-110.

como a partir do fortalecimento dos partidos políticos, grupos de interesse político e instituições civis governamentais.

Sobre a relação entre a questão socioeconômica e as intervenções militares, podemos entrar na controvérsia sobre se intervenções militares na política ocorrerem em maneira proporcional ao nível de desenvolvimento econômico no país ou não.

Para isso, Martin C. Needler afirma que analisando os golpes de estado de 1935-1964 na América Latina, seria inicialmente possível afirmar que é menos provável que ocorram tais intervenções militares se as condições econômicas do país estiverem melhorando no período de tensão social[48].

Não obstante, Needler conclui que a confiança dos investidores geralmente aumenta após a queda de instabilidade decorrente de um golpe de Estado bem sucedido, que remove um governo tido como incompetente. No entanto o autor admite que existem condições além das econômicas que levam a intervenção dos militares na política, os chamados "fatores sociais".

Como primeiro deles, o autor diz que as intervenções militares não são feitas estritamente por militares. Os militares normalmente consultam políticos civis para contar com sua assistência para justificar o golpe perante a opinião pública e ajudar a guiar o governo do país posteriormente[49].

Como segundo fator social, o autor argumenta que dentre o leque de conspiradores, aqueles entre os quais os objetivos e aspirações podem ser identificados com a posição dominante fora da caserna, ou seja, na sociedade civil, seriam aqueles mais fortalecidos[50]. Porém, na história do conspiracionismo militar brasileiro, em 1954 apenas parte dos militares participaram de um movimento golpista que resultou no suicídio de Getúlio, seguido de fortes revoltas populares que demonstravam o prestígio que tinha o presidente. Até em 1964 é discutível se de fato, devido a grande popularidade de que gozava o presidente João Goulart, o movimento conspiracionista contaria com o apoio da maioria da população.

Deste modo, me parece que os militares não necessariamente precisam aguardar qualquer tipo de identificação com os objetivos majoritários da sociedade civil para a deflagração de qualquer movimento intervencionista, muito pelo contrário, tal

[48] NEEDLER. C. Martin. *Political Development and Military Intervention in Latin America*. The American Political Science Review, Vol. 60, nº3 (Set., 1966), p.616-626, p. 617.
[49] Ibidem, p.618.
[50] Idem.

identificação com os objetivos civis mostra muito mais um adicional de legitimidade do que uma autorização tácita da elite civil ao movimento intervencionista.

O terceiro fator social dado pelo autor é de que a autonomia da decisão das Forças Armadas em intervir pode ser diminuída pela possibilidade de que a situação política que precedeu a essa intervenção tenha sido engenhada por determinados atores com o intuito justamente de ocasionar esta intervenção militar[51].

Exemplo disso são os atentados terroristas realizados por militantes adeptos de ideologias de direita para que partidos políticos e indivíduos "comunistas" fossem culpados pelo atentado e assim se gerasse um clima de instabilidade favorável a uma intervenção.

Acredito, no entanto, que tal lógica gera imediatamente conclusões refutáveis e que historicamente não coadunam com a hipótese levantada, pois, em primeiro lugar, a lógica de que agentes civis gerem um determinado quadro político que seja favorável a intervenção dos miliares na política não necessariamente é fruto de uma relação entre os militares e estes agentes civis, que diminua a autonomia dos primeiros.

E em segundo lugar, esse raciocínio leva a crer que as forças armadas seriam um tipo de organização homogênea. Não necessariamente atentados realizados por militantes de qualquer espectro político, com o objetivo que seu adversário ideológico leve a responsabilidade, podem ser encarados como fatos influenciadores das forças armadas.

Lembre-se que dentro das casernas, entre os oficiais superiores, muitas vezes serão encontrados militares alinhados com ambos os espectros do quadro ideológico: não era o almirante Aragão mais alinhado à esquerda nacional? Que tipo de influencia um atentado supostamente perpetrado por militantes comunista poderia gerar no almirante? O próprio general Nelson de Melo como será visto no próximo capítulo, foi alvo de um atentado terrorista em 1962, o que não foi suficiente para mobilizar os generais que não se identificavam com sua ideologia para algum tipo de união institucional.

O principal objetivo da exposição destas possíveis causas para as intervenções militares apontadas tanto por Putnam quanto por Needle no presente trabalho é demonstrar que estudar os fatores sociais, socioeconômicos e influências estrangeiras de

[51] Idem.

um país é importante para contextualizar como se manifestam as ideologias políticas nas Forças Armadas e o quanto estas ideologias interferem na política local.

Todavia, acredito que ainda mais essencial que as ideologias militares presentes dentro das Forças Armadas, há dois fatores basilares que jamais podem ser atingidos por movimentos políticos de diversas ideologias: a hierarquia e a disciplina No momento em que esses fatores basilares são atacados, os militares unem-se para defendê-los a despeito das ideologias que possuam.

E deste modo é imprescindível a explicação de quais grupos internos nas Forças Armadas se comportaram de fato como partidos políticos durante os anos de 1961-1964 e dividiram de tal forma as instituições militares a ponto de fazer com que o exército interviesse na política nacional para reestabelecer a hierarquia e disciplina que, como será visto, foi constantemente atacada durante estes anos.

Assim, no período estudado, as divisões políticas podiam ser vistas no tocante ao modelo de desenvolvimento econômico, ligadas à política externa e ainda à organização política, de tal forma que poder-se-ia inicialmente supor que as divisões entres os partidos militares identificados como "nacionalista", "legalista" e da "Sorbonne", seriam inconciliáveis. Todavia, estas divisões não eram engessadas e absolutas, pois não necessariamente um militar contrário à tese do monopólio do petróleo seria automaticamente a favor de sua exploração por companhias internacionais. Conforme prossegue Peixoto:

> Uma tentativa de classificar as correntes militares, a partir de opções referentes aos três grandes conjuntos de questões apresentadas, choca-se com um primeiro obstáculo. De fato esses três níveis não se articulam linearmente e a correspondência entre cada uma das alternativas nos diversos níveis sugeridos é imperfeita. Sobre esse ponto de vista, ser contra ou não a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial do país não significava, forçosamente, uma tomada de posição em favor de uma determinada forma de organização do poder[..]. O problema se complica bastante quando consideramos a fidelidade constitucional de boa parte da instituição militar, independentemente de simpatias individuais por uma ou outra das soluções aventadas pelos grupos mais atuantes.[52]

Em seguida, faz-se necessária a avaliação tanto histórica quanto ideológica presentes nesses denominados partidos militares, para que o conflito ideológico

[52]PEIXOTO, Antonio Carlos de Faria Pinto. Op. Cit, p.77

existente desde a década de 1950, no Clube Militar, que chegou ao período turbulento de 1961-64, possa ser compreendido.

1.6 Os Partidos Militares e as Eleições do Clube Militar na Década de 1950

Retomando e nos aprofundando na conceituação dos "partidos militares", o partido militar "nacionalista", que entre 1961-1964 teve como principais expoentes o almirante Aragão e o general Assis Brasil, tem raízes na década de 1950, quando a ala nacionalista das Forças Armadas disputava o controle do Clube Militar com a Cruzada Democrática, ala das forças armadas mais ligada a UDN e à direita.

Neste grupo identificam-se os militares com um viés econômico nacional desenvolvimentista[53], com adesão, por exemplo, às teses protecionistas relativas a extração do petróleo. Como ensina Antonio Duarte sobre as discussões dentro do Clube Militar neste período: "A parte dissidente dos oficiais identificados com o nacionalismo, uma mistura que ia de Horta Barbosa a Estilac Leal, aderiu a um movimento que ficou conhecido como a Campanha do Petróleo"[54].

Acredito que a melhor definição do grupo nacionalista parte de Peixoto:

> Malgrado as dificuldades que uma polarização dicotômica das Forças Armadas brasileiras apresenta, é possível afirmar a existência de uma corrente nacionalista dentro da máquina militar, que fazia da luta contra o capital estrangeiro e contra a subordinação do Brasil aos Estados Unidos o tema central de sua ação política.[55]

A partir de 1961, os integrantes deste partido podem ser também identificados por seu apoio e sustentação ao governo de João Goulart e suas reformas de base. Os generais nacionalistas eram colocados na chefia dos principais postos do Exército brasileiro e vieram a se tornar o que foi chamado de "dispositivo militar" de Goulart. Por outro lado, os praças nacionalistas eram também identificados com o governo Goulart e apoiavam suas reformas de base principalmente por serem em sua grande maioria de origens socioeconômicas simples e serem beneficiados por essas reformas.

Já os militares legalistas são principalmente vistos como apartidários, por serem a favor de que os militares se abstivessem de participar das disputas políticas e

[53]Ibidem, p. 79
[54]SANTOS, Antonio Duarte dos. Op. Cit., p.94.
[55]Ibidem. 1980, p.77

partidárias. Os militares de alta patente que possuíam o viés legalista frequentemente puniam seus subordinados que se manifestassem politicamente em público ou que estivessem envolvidos em movimentos de subversão independente de que espectro político fosse.

Conforme visto, os militares deveriam, em tese, ser legalistas por seu dever de cumprimento de suas atribuições constitucionais, mas devido às inúmeras ideologias existentes dentro da sociedade, que acabavam também chegando às Forças Armadas, a missão dos militares legalistas de conterem a participação do exército na política era cada vez mais difícil.

Já o partido da "Sorbonne" possuía raízes tanto na referida Doutrina de Segurança Nacional quanto na doutrina da "Guerra Revolucionária", ambas advindas da Escola Superior de Guerra (ESG), e para esta corrente, a segurança nacional tinha um significado diferente do que entendia ala nacionalista.

> Na realidade, conspirava-se por vários lados ao mesmo tempo: civis e militares preparavam um golpe de Estado para derrubar João Goulart. Os oficiais do grupo da Escola Superior de Guerra eram apenas um dos grupos conspiradores. (...).
> Ascendo ao poder, tinham duas idéias muito claras: sua Doutrina da Segurança Nacional lhes proporcionava finalmente um instrumento para governar o país, e o destino do Brasil estava ligado ao dos Estados Unidos, no seio da guerra fria: esses dois motivos haviam-nos levado a optar pela Doutrina da Segurança Nacional[56].

Embora economicamente tivesse grande semelhança com a doutrina nacional-desenvolvimentista de Góes Monteiro, para a corrente nacionalista de Góes Monteiro a segurança nacional simbolizava uma possibilidade de desenvolvimento nacional afastado das grandes potencias do capitalismo internacional. Já para o grupo advindo da ESG, o mundo se dividia em dois blocos, o soviético e o capitalista norte-americano, o que possibilitava para o Brasil a uma integração desenvolvimentista com o capital estrangeiro[57].

Se economicamente possuíam alguma semelhança, o mesmo não pode ser dito sobre suas relações com a sociedade civil. Conforme explica Peixoto:

[56] COMBLIN, Joseph., Op. Cit., p.155.
[57] PEIXOTO, Antonio Carlos de Faria Pinto. O Clube Militar e o confronto no seio das Forças Armadas (1945-1964), In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p. 86.

> As diferenças entre a Doutrina de Segurança Nacional e as bases ideológicas do nacionalismo determinam em certa medida a evolução e o tipo de relações com os grupos civis. [...] Para as correntes militares nacionalistas, a questão da hegemonia das Forças Armadas dentro da coligação nacionalista nunca foi considerada indispensável. Em troca, a questão da hegemonia militar tornava-se mais explícita para o grupo antinacionalista da ESG[58].

Faz-se importante neste momento delimitar um breve histórico dos conflitos entre estes partidos, principalmente entre o de viés nacionalista e o da "Sorbonne", que ocorreram dentro do Clube Militar durante a década de 1950 e que iriam finalmente extravasar de modo mais profundo para a política nacional a partir de 1961, quando os grupos estavam divididos de tal forma que não seria mais possível conte-los apenas na política institucional do Clube Militar.

Quanto aos conflitos existentes no Clube Militar, Rouquié esclarece que inicialmente as instituições representativas-corporativas começaram a abrigar os conflitos de tendências ideológicas quando suas diretorias passaram a ser eleitas e não mais designadas de acordo com a hierarquia.

Por ser a instituição representativa-corporativa militar brasileira por excelência, e na qual o exército fazia grande parte de sua política interna, e considerando ainda que a hierarquia era relativizada pela constantes revoltas militares, era fundamental para os governos civis de 1930 à 1964 ter o apoio do Clube Militar.

Dentro do Clube Militar, o grupo nacionalista e o grupo que viria a ser o partido "Sorbonne", denominado naquele período pejorativamente pelos nacionalistas de "entreguistas", disputariam entre si o comando da diretoria do Clube Militar durante toda a década de 1950.

O grupo "entreguista" era constituído principalmente pela Cruzada Democrática, um grupo de militares antigetulistas e aliados a UDN, como Eduardo Gomes, Góis Monteiro e o almirante Penna Botto.

A partir da campanha pela nacionalização do petróleo o Clube Militar dividiu-se entre as correntes que defendiam posições antagônicas. Entre 1950-52 quando Estillac Leal exerceu a presidência do Clube, enxergava-se uma tentativa de unidade de pensamento entre a chefia da instituição militar e a do próprio Clube, pois Estillac fora escolhido por Getúlio como Ministro da Guerra.[59].

[58] PEIXOTO, Antonio Carlos de Faria Pinto. Op. Cit. p.87
[59] PEIXOTO, Antonio Carlos de Faria Pinto., Op. Cit, p. 93.

Na eleição de 1952, a Cruzada Democrática apresentou como candidatos à presidência e à vice-presidência, respectivamente, os generais Etchegoyen e Nelson de Melo e a corrente nacionalista apresenta novamente o general Estillac. A Cruzada saiu vencedora da disputa.

Em 1954, novas eleições e a Cruzada Democrática conseguiu eleger novamente uma chapa, desta vez formada pelos generais Canrobert Pereira da Costa para a presidência e Juarez Távora para a vice-presidência.

Lembremos que de 24 de agosto de 1954, quando do suicídio de Getúlio, até o 11 de novembro de 1955, data do movimento do então general Teixeira Lott, a facção nacionalista não tinha o domínio da instituição militar e nem do Clube Militar, período que coincidiu com preparação da conspiração que seria impedida por Lott no 11 de novembro.

Após o movimento de novembro de 1955, Lott se tornou o líder das correntes nacionalistas e legalistas que, fortalecidas pelo contragolpe, lançam como candidato a presidência do Clube em 1956 o general Segadas Vianna, que ganhou a eleição.

Já em 1958, o candidato da ala nacionalista/legalista, general Justino Alves Bastos derrotou o candidato da Cruzada Democrática, general Humberto de Alencar Castello Branco e em 1960 se reelegeu, derrotando o novo candidato da Cruzada, o general Peri Bevilacqua, que não se candidatou formalmente por discordar do procedimento eleitoral.

O Clube Militar no período anterior a 1961 teve grande influencia na vida política do país, tornando-se muitas vezes, durante o período em que era comandado pela Cruzada Democrática, um baluarte contra o que o getulismo representava, chegando a se opor a eleição de Juscelino.

Temos então uma instituição civil que os militares frequentemente utilizavam para se manifestar e reunir-se no intuito de influenciar os acontecimentos políticos nacionais.

Capítulo 2 - De 1961 a 1963

Uma vez estudado no capítulo anterior os diversos "partidos políticos militares" que existiam nas forças armadas por volta da década de 1960, pretendo agora analisar os anos de 1961-1964, data das sucessivas crises governamentais que iriam culminar no golpe de 1964.

2.1 A Renúncia de Jânio

Quando iniciada a corrida política pela sucessão presidencial de Juscelino Kubitschek, ainda em 1959, Jânio Quadros era deputado federal pelo Estado do Paraná e estava viajando pelo exterior. Como deputado, não compareceu a nenhuma sessão da Câmara e evitou debates parlamentares para não desgastar a sua imagem.

Já em 20 de abril daquele ano, um grupo de apoiadores de Jânio reuniu-se na Associação Brasileira de Imprensa e lançou a sua candidatura, criando deste modo o Movimento Popular Jânio Quadros. No dia seguinte, com Jânio ainda em viagem pelo exterior, o Partido Trabalhista Nacional lançou oficialmente a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República.

Neste cenário, onde dois dos três maiores partidos políticos já tinham eleito um presidente da Republica, o Partido Trabalhista Brasileiro com Getúlio Vargas e o Partido Social Democrático com Juscelino, o então presidente da República resolveu intervir no jogo político para que a UDN, que tinha um ressentimento pelas sucessivas derrotas nas eleições presidenciais, não radicalizasse.

Surgiu então a ideia de uma candidatura única das três principais forças políticas, o PSD, o PTB e a UDN, em torno de um político da UDN. Como afirma Hélio Silva: "Daí a ideia de conciliar as três poderosas correntes em um candidato udenista, capaz de assegurar, por sua tradição, a continuidade da democracia, acabando com a agitação que alimentava as conspirações dos políticos e motivava os pronunciamentos dos militares."[60]. Tal candidato seria Juracy Magalhães, que era governador da Bahia e presidente da UDN.

No entanto, a UDN mostrou-se dividida quanto à ideia, uma vez que os apoiadores da posição conciliatória se chocavam principalmente com Carlos Lacerda,

[60] SILVA, Hélio. *A Renúncia de Jânio - 1961* - nº 17. São Paulo: Editora Três.1ªEd, 1998, p.37

um dos principais líderes políticos da época e que capitaneara boa parte dos militares ligados à UDN, formadores daquele partido militar autoritário da "Sorbonne" a que nos referimos.

Assim, uma vez destruída a possibilidade conciliatória, o PSD focou seus esforços na candidatura de Henrique Teixeira Lott, visto com desconfiança por militares ligados à ala da Sorbonne e também por parte dos legalistas, pelo episódio da "Novembrada" de 1955, quando foi evitado um golpe de políticos golpistas ligados a UDN. A candidatura de Lott, que neste período era ministro da Guerra de Juscelino, era vista como um candidato "da esquerda ou de esquerda"[61], embora o general fosse profundamente anticomunista e contrário ao reatamento de relações diplomáticas com a URSS.

> A grande maioria da oficialidade, não estou falando dos generais, de certa forma se sentiu traída pelo Lott,[...] o Lott soldado general, deixa o ministério pra ser candidato? Aí tem logo uma grande manifestação promovida pelos sindicato e os caras dão uma espada de ouro pra ele e ele aceita? Esse episodio da espada de ouro desgastou muito o Lott junto a oficialidade de um modo geral, como militar, sem entrar na parte política[62]

Enquanto a UDN abrigava uma disputa interna pelo nome a ser indicado, pois Lacerda apoiava Jânio para a presidência e Juracy Magalhães queria ser o candidato do partido, o Partido Democrata Cristão realizou uma convenção nacional na qual apoiou oficialmente a candidatura de Jânio, lançando como candidato a Vice Presidência da República o deputado federal Fernando Ferrari.

Na convenção nacional da UDN foi confirmada a força política de Lacerda e por 205 votos contra 83 foi lançada a candidatura de Jânio Quadros para a presidência da República, tendo como vice-presidente, o governador de Sergipe, Leandro Maciel.

Nesta convenção ficou ressaltada a identificação da candidatura de Jânio com a UDN e a ligação desta com o que representava o brigadeiro Eduardo Gomes, conforme o discurso de Magalhães Pinto que encerrou a convenção:

> O deputado Jânio Quadros, ao aceitar sua candidatura pela legenda do partido de Eduardo Gomes – cuja presença nesta sessão de encerramento é a confortadora certeza da fidelidade de nossas

[61] Depoimento do Tenente-Coronel Luiz Carneiro de Paula dado ao autor em 10 de Novembro de 2017.
[62] Depoimento do Tenente-Coronel Luiz Carneiro de Paula dado ao autor em 10 de Novembro de 2017.

> decisões às origens cívicas da UDN – assume, perante a nação, graves responsabilidades. Responsabilidades que lhe põe nas mãos o maior partido de homens livres do Brasil – o Partido da Oposição.[63]

Assim, uma vez identificado o cenário político dentre os partidos civis, faz-se necessária a mesma análise quanto aos partidos militares e ainda quanto aqueles altos oficiais que iriam compor os ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica de Jânio.

Uma vez que a candidatura de Lott à presidência, identificado com os partidos militares legalista e nacionalista desde o movimento de 11 de Novembro de 1955 disputava com a candidatura de Jânio Quadros, apoiado principalmente pela UDN, de viés econômico mais liberal e politicamente anti-getulista, os militares do partido militar da "Sorbonne", ligado à UDN, apoiaram a candidatura de Jânio Quadros.

> Os militares estavam engajados – e divididos. Ao terminar o expediente nos quartéis, oficias da ativa rumavam para os comitês eleitorais de seus candidatos e ali davam ordens, formulavam planos de campanha, elaboravam sistemas de segurança para os comícios, quantificavam as possibilidades eleitorais de seus candidatos. Os membros da Cruzada Democrática comandada pelo grupo do general Osvaldo Cordeiro de Farias, trabalhavam na campanha de Janio, enquanto os chamados nacionalistas, ligados ao movimento de 11 de novembro, estavam à frente dos escritórios de Lott.[64]

Considerando ainda que Lott formava chapa com a candidatura à vice-presidência de João Goulart, do PTB e fortemente ligado à herança varguista, visto com desconfiança por parcela da oficialidade - que inclusive tirou-o do posto de ministro do Trabalho de Vargas em 1954 -, os comunistas, através do Partido Comunista do Brasil, apoiaram a candidatura de Lott como também o fez a maioria dos sindicalistas.

Uma vez eleito, Jânio, na formação de seu gabinete, prestigiou a UDN com as pastas da Fazenda, Relações Exteriores, Minas e Energia e Agricultura.

Durante o governo de Jânio, ocorreu um fato que iria gerar inúmeras críticas dos militares ligados à "Sorbonne": a condecoração de Che Guevara. Após a Conferencia da Organização dos Estados Americanos, onde os Estados Unidos tinham como objetivo lançar a "Aliança para o Progresso", Che, que era o representante de Cuba na

[63] SILVA, Hélio. Op. cit. p. 48.
[64] MARKUN, Paulo. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 37-38

conferencia, parou em Brasília antes de retornar à Cuba e foi recebido por Jânio. Na oportunidade foi condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, personagem anticomunista que, como visto anteriormente, influenciava fortemente parcela das Forças Armadas, chegou a condecorar o líder anticastrista Manuel Antonio Varona, em clara crítica a condecoração de Guevara.

Destacamos as consequências deste episódio nas forças armadas:

> A crise ultrapassou o cenário político, atingindo as Forças Armadas. Contrariados com a condecoração do revolucionário, generais, almirantes e brigadeiros que já tinham recebido a Ordem do Cruzeiro ameaçaram devolver suas condecorações. O chefe do Estado-Maior do Exército, general Emílio Ribas, e o comandante da Vila Militar, Ademar de Queirós, reclamaram. Outros generais e almirantes também fizeram críticas à decisão de Jânio, levando o ministro da Guerra, Odílio Denys, a advertir seus subalternos.[65]

Jânio Quadros manteve Odílio Denys como Ministro da Guerra, militar este que era identificado como legalista por ter apoiado Lott quando da "Novembrada" de 1955. Odílio Denys esteve envolvido com revoltas militares desde a década de 1920, e já tinha se manifestado contrário ao marxismo quando repudiou a adesão de Luís Carlos Prestes à doutrina marxista em 1930. Com a vitória do movimento de 1930, com imprescindível apoio dos tenentes, Denys foi alçado ao comando da Escola de Sargentos de Infantaria da Vila militar e no ano seguinte foi transferido para o 2º Regimento de Infantaria (2ºRI), na também na Vila Militar, chegando ao Ministério da Guerra com Juscelino após Lott exonerar-se para candidatar-se a presidência.

Os ministros Sílvio Heck e Grün Moss (da Marinha e da Aeronáutica respectivamente) eram, além de amigos, contemporâneos de tempo de escola militar de Denys. O pai de Silvio Heck, Conrado Heck, inclusive já havia sido ministro da Marinha de Getúlio entre dezembro de 1930 e junho de 1931.

Os três ministros defenderam o governo de Getúlio durante a revolta constitucionalista de 1932, porém a diferença entre eles começou no final do governo de Getúlio, pois, se por um lado Denys tinha se recusado a participar da conspiração para a derrubada do governo, Heck se envolvera na conspiração udenista do final de 1955,

[65] MARKUN, Paulo. Op. Cit., p. 80.

quando ao assumir o comando do cruzador Tamandaré, passou a responder diretamente ao vice-almirante Carlos Pena Boto, notório anticomunista[66].

Sobre as posições conspiracionistas de Silvio Heck:

> Crítico severo do governo JK, envolveu-se em várias conspirações contra o presidente, perdendo algumas promoções. Em janeiro de 1957, ao lado de alguns oficiais da armada, planejou prender o presidente a bordo do cruzador Barroso, durante viagem que JK faria do Rio a Santos e em cujo transcurso deveria ser homenageado pela Marinha. Mas a falta de apoio de outros oficiais levou o plano ao fracasso. Inconformado, Heck lançou um manifesto à nação no qual responsabilizava aqueles que se recusaram a participar da conspiração pelo "triste espetáculo" da homenagem a Juscelino. Depois dessas declarações, foi punido pelo governo com cinco dias de prisão a bordo de um navio. [...]. Em setembro, recebeu mais dez dias de prisão por declarações contrárias ao governo.[67]

Moss, ao contrário de seus dois colegas ministros, não figurava nos acontecimentos políticos que vez ou outra ocorriam, mas se identificava com a área mais "brigadeirista"[68] da Força Área Brasileira[69].

Um ponto nevrálgico que deve ser considerado é que dado o histórico de apoio ao getulismo e o legalismo do ministro Odílio Denys, poderíamos presumir que ele fosse apoiar a posse de Goulart na renúncia de Jango. Mas durante a disputa eleitoral entre Jânio e Lott, frequentemente alguns militares davam declarações públicas e eram punidos disciplinarmente a mando de Denys e para surpresa dos militares ligados a área nacionalista, seus partidários foram os mais punidos por Denys.

> Ao assumir o ministério, Denys começou a aplicar sanções disciplinares aos oficiais empenhados na luta eleitora. No entanto, ao compor seu gabinete, deu preferencia à turma da Cruzada Democrática, fazendo do general Orlando Geisel, irmão de Ernesto, seu chefe de gabinete. Desse Modo, as medidas só atingiam os partidários de Lott, que viam nesse comportamento uma mudança radical nas posições de Denys, provavelmente já persuadido pela inevitável vitória de Janio.[70]

---

[66] MARKUN, Paulo. Op. Cit, p. 127.
[67] Ibidem, p. 127-128.
[68] Grupo político da aeronáutica influenciado pelo brigadeiro Eduardo Gomes.
[69] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.115.
[70] Ibidem, p. 128-129.

Denys, inclusive, formou seu Estado Maior com Orlando Geisel, que por sua vez era ligado ao grupo da Cruzada Democrática e irmão de Ernesto Geisel, que foi nomeado por Jânio comandante militar de Brasília e era integrante da ESG desde 1952.

Assim, quando Jânio resolveu renunciar, com a intenção de que o congresso fosse mais maleável a suas iniciativas, pois desejava supostamente governar com poderes mais absolutos, poucos poderiam esperar que Denys se mostrasse contra a posse de João Goulart.

Os ministros militares apresentaram ao Congresso, em agosto de 1961, sua recusa à posse de João Goulart e foram imediatamente alvo de mensagens de repúdio de vários congressistas devido ao evidente desrespeito ao texto constitucional. E existia nos ministros a vontade de apoiar a permanência de Jânio, tendo tentado inclusive dissuadi-lo da renuncia[71].

João Goulart não se encontrava no Brasil, tinha ido meses antes a uma viagem internacional à China comunista com fins comerciais, e dado o cenário existente no Brasil, possuía informações de que se voltasse seria imediatamente preso. Jango, como era chamado, já tinha sido alvo político dos militares desde quando assumiu o Ministério do Trabalho do segundo governo de Vargas, quando foi tirado do cargo por Getúlio praticamente a pedido dos militares, quando sugeriu um aumento de 100% no salário mínimo sendo então acusado de ser conivente com uma suposta infiltração comunista nos sindicatos.

Outro episódio digno de nota foi quando Jango, na época vice-presidente, resolvera entregar a espada de ouro ao ministro da Guerra, Lott, em 1956, quando do aniversário do movimento de 11 de Novembro de 1955. Inúmeros oficiais se manifestaram publicamente contra e foram devidamente punidos disciplinarmente, o que gerou uma profunda crise no governo e nas Forças Armadas, pois presentear Lott pelo comando daquele episódio militar que já era figura detestada por alguns oficiais da ala udenista, era simplesmente inaceitável.

Porém as circunstancias eram outras, e desta vez Jango, presidente de acordo com a Constituição Federal, não poderia ser facilmente descartado do jogo político.

Leonel Brizola, cunhado de Jango e político do PTB, começou a fazer campanha para que Jango assumisse a presidência e deste modo fosse respeitada a Constituição. Sua posição como governador do Rio Grande do Sul o permitiu mobilizar a Brigada

[71] MARKUN, Paulo. Op. Cit., p.91.

Militar (polícia militar do RS) e atrair para seu lado legalista o general Machado Lopes, comandante do III Exército.

Machado Lopes já tinha consultado o ministro Odílio Denys sobre o cenário político e tinha recebido ordens deste para impedir o movimento encabeçado por Brizola utilizando ataques aéreos a sede do governo gaúcho, onde Brizola estava entrincheirado.

O comandante do III Exército negou-se a cumprir tais ordens que julgou inconstitucionais e se dirigiu ao palácio de Piratini para se entender com Brizola, momento em que se acordou que o III Exército integraria o movimento da legalidade.

Neste momento destaca-se a participação dos sargentos na crise de comando. Em um cenário onde o ministro da Guerra teria (pois não encontrei comprovação documental desta ordem) mandado bombardear a sede do governo de Brizola, os sargentos não só se recusaram a realizar tal ordem, como uma vez identificados com o setor nacionalista do exército, também impediram que seus superiores a cumprissem, desarmando os aviões caças da base de Canoas[72].

Posteriormente, Machado Lopes foi informado que seria demitido do comando do III Exército por Denys e que seu substituto seria o general Osvaldo Cordeiro de Farias. O general, além de não aceitar sua demissão, informou que apenas cumpriria as ordens do presidente, e também declarou que se Osvaldo Cordeiro de Farias fosse para o Rio Grande do Sul seria preso.

Era uma crise militar gravíssima, em que a própria corporação foi dividida entre militares identificados com o partido legalista, locados principalmente no Rio Grande do Sul, e aqueles influenciados pelo partido da "Sorbonne" brasileira, ligados ao anticomunismo e o anti-getulismo, como Silvio Heck e Osvaldo Cordeiro de Farias entre outros.

Pelo setor legalista, a participação de Henrique Teixeira Lott não destoou de seu compromisso com a legalidade e além de se recusar a aderir ao movimento dos ministros militares, lançou um manifesto onde publicamente condenava tal atitude e incentivava aos militares da corporação a descumprirem tais ordens dos ministros e a aderir ao apoio à posse de Goulart.

[72] SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* 4ª Ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014, p.115

O confronto entre o partido legalista e o partido anti-getulista da Sorbonne estava finalmente escancarado. O ministro Denys tentou o máximo possível evitar a divulgação do manifesto de Lott e chegou inclusive a prendê-lo disciplinarmente.

Porém, em que pese a recusa de Machado Lopes em cumprir as ordens de Denys e quase a ocorrência de uma guerra civil entre as forças legalistas do III Exército e as tropas que obedeceriam a hierarquia de comando cumprindo as ordens de seus ministros, a situação foi resolvida com a proposição de um regime parlamentarista, solução esta aceita por ambos os lados para evitar um confronto maior.

2.2 - Dos Ministros da Guerra

Considerando que pretendo traçar uma cronologia de trocas de comando e cargos no exército e realizar um apontamento de quais cargos ocupavam as principais lideranças militares da época, faz-se imperativo inicialmente, devido a importância do cargo, uma análise dos Ministros da Guerra entre 1961-1964. Também destacamos nesta breve explanação sobre os ministros militares episódios em que, apesar de serem Ministros da Guerra de um governo tido como "progressista", houve discussões e até repreensões a militares apoiadores do governo quando estes realizavam manifestações públicas que podiam ser encaradas contrárias a hierarquia e disciplina.

O primeiro Ministro da Guerra deste período foi Odilio Denys, que já ocupava o cargo desde o governo JK, sendo mantido no ministério por Jânio a partir de sua posse como presidente em janeiro de 1961.

O general Segadas Viana, que tinha sido presidente do Clube Militar pela ala nacionalista, assumiu a pasta em 9 de Setembro de 1961 e a deixou em 27 de Junho de 1962.

Em seguida, o general Nélson de Melo tornou-se ministro em 15 de julho a 15 de setembro de 1962. Ele já havia pertencido a ala militar ligada a UDN e depois de deixar o governo há indícios de que participou das conspirações para a derrubada de Jango. Nelson de Melo chegou a repreender Jair Dantas Ribeiro quanto este, então comandante do III Exército, afirmou que não poderia garantir a ordem e segurança dentro de sua região caso o Congresso não concordasse em realizar o plebiscito que devolveria os poderes presidenciais à Goulart. Nelson de Melo, apesar de repreender seu

subordinado, era a favor do plebiscito, porém tal manifestação de Dantas Ribeiro foi encarada como uma afronta a disciplina no Exército.

Amauri Kruel assumiu o ministério em 18 de setembro de 1962 até 15 de janeiro de 1963. O general era amigo pessoal de Goulart e tido como legalista, chegando a se indispor publicamente com o general Osvino Ferreira Alves, que pertencia a ala nacionalista, por divergências políticas. Era considerando também anticomunista e frequentemente as forças políticas da esquerda pressionavam o presidente para substituí-lo.

Jair Dantas Ribeiro, último Ministro da Guerra de Goulart, teve um ministério de apoio ao governo e ligação com os setores nacionalistas das forças armadas. O próprio ministro frequentemente buscava uma ligação com os sargentos nacionalistas, tentando aproxima-los do governo. Era tido como um militar legalista, com um apoio quase incondicional ao governo de Goulart e que possivelmente seguiria o governo em suas supostas aspirações golpistas(o que é em parte questionado por documentos da CIA apresentados no capítulo seguinte).

> Falava muito em nacionalismo, dando a entender que as Forças Armadas deviam apoiar incondicionalmente o Governo. Havia aquela inclinação do general para elogiar os sargentos como "vigas-mestras", "ligação entre os oficiais e a tropa", sustentáculo do nacionalismo, da legalidade e da Petrobrás, conceitos que os oficiais consideravam nocivos à disciplina e à hierarquia por serem discriminatórios, desenvolvendo aquele temido sentido de "class" dos sargentos, esvaziando o papel do Exército como instituição e a classe militar como um todo[73].

Dantas Ribeiro advertiu o general Peri Bevilaqua, então comandante do II Exército, quando este último, em 1963, divulgou uma nota na qual repudiava: a rebelião dos sargentos em Brasília, a atuação do Comando Geral dos Trabalhadores e a infiltração política nos quartéis.

Por fim, sobre a movimentação e a posição nos principais elementos políticos, podemos elaborar a seguinte tabela sobre os partidos militares ao final do ano de 1961:

[73] PEDROSA, José Fernando de Maya. *A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil, 1930-1968*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998 , p.301.

Posição / Partidos	Crise da Renúncia de Jânio	Eleições no Clube Militar em 1960
Nacionalista	Apoiaram a posse de João Goulart	Apoiaram Justino Alves Bastos
Legalista	Apoiaram a posse de João Goulart	Apoiaram Justino Alves Bastos
Sorbonne	Apoiaram os Ministros militares	Apoiaram Peri Bevilacqua

Cabe também traçar um breve apanhado sobre as principais lideranças destas correntes, de 1961 até 1964, para ser possível analisar a trajetória de comandos e cargos destes militares durante estes acontecimentos políticos do país. Assim pretendemos demonstrar que militares que estavam ligados originalmente às alas nacionalistas e legalistas trocaram de lado em março de 1964 e ajudaram a derrubar Jango, devido ao que acreditavam ser uma grave quebra na hierarquia e disciplina nas forças armadas. Comecemos com o final do ano de 1961:

Partido Nacionalista/Legalista	Cargo
Peri Bevilacqua	Comandante da Terceira Divisão de Infantaria, em Santa Maria.
Amauri Kruel	Chefe do Gabinete Militar da Presidência
Costa e Silva	Comandante do IV Exército
Osvino Ferreira Alves	Comandante do I Exército
Nelson de Melo	Comandante do II Exército
Segadas Viana	Ministro da Guerra
Machado Lopes	Chefe do Departamento de Provisão Geral do Exército
Jair Dantas Ribeiro	Comandante do III Exército

Partido da Sorbonne/anti-getulista	Cargo

Cordeiro de Farias	Chefe do Estado Maior das Forças Armadas
Ernesto Geisel	Chefe do Gabinete Militar da presidência da República[74]
Orlando Geisel	Chefe do Gabinete de Odílio Denys
Castelo Branco[75]	Diretor de Ensino e Formação do Exército
Olímpio Mourão Filho	Comandante da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria (RS)
Golbery do Couto e Silva[76]	Passou para a reserva

Contornada a questão da sucessão de Jânio, o ano de 1962 foi marcado nos meios militares por principalmente pela disputa eleitoral sobre a direção do Clube Militar e da formação do gabinete de Auro de Moura Andrade.

2.3 1962: A radicalização se prepara.

Uma vez que Jango perdera seus poderes presidenciais com o advento do parlamentarismo, o ano de 1962 pode ser visto como um ano conturbado para a sua governabilidade. Se por um lado ele tentava realizar o mais rápido possível o plebiscito no qual seria votada a manutenção ou não do sistema parlamentarista, por outro ele tinha dificuldade em nomear um primeiro ministro e consequentemente, um gabinete ministerial.

Considerando a grave crise de 1961 e o movimento dos sargentos de 1963, o ano de 1962 muitas vezes é encarado como um ano apático, de simples passagem, o que não condiz com a realidade. Logo em janeiro de 1962 ocorreu um atentado terrorista executado, supostamente por agentes de extrema direita, à sede da União Nacional dos

[74] Além do cargo supra citado, ocupado durante a presidência interina de Ranieri Mazzilli, no ano de 1961, Ernesto Geisel foi oficial-de-gabinete do então Ministro da Guerra, Odílio Denys, chefiou o Comando Militar de Brasília e a 11ª RM,

[75] Apesar de não ter posição de destaque e/ou comando no final de 1961, Humberto Castelo Branco, gozava de grande prestígio e liderança no Exército. Já tinha participado, principalmente, da Escola Superior de Guerra na década de 1950, chegando inclusive a concorrer à presidência do Clube Militar pela Cruzada Democrática em 1958, o que iria aproxima-lo de Golbery, que fora o coordenador de esforços da Cruzada.

[76] Embora tenha passado para a reserva ainda em 1961, Golbery seria um grande articulador político dos conspiradores, sendo uma das lideranças militares do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, que por sua vez era um grande núcleo de desestabilização do governo Goulart.

Estudantes do Rio de Janeiro e à Rádio Farroupilha, em Porto Alegre, com inclusive revólveres calibre .38 fornecidos pela "União dos Patriotas Anticomunistas"[77].

A questão logo transformou-se em um problema de segurança nacional, com o Ministro da Guerra determinando a instauração de uma investigação para saber se exista o envolvimento de elementos militares dentre os terroristas.

A mobilização política era naquele início de ano intensa:

> Existem tanto no Exército, quanto na Marinha e especialmente na Aeronáutica, grupos descontentes identificados com os objetivos golpistas. Algumas reuniões de oficiais tem se realizado, até mesmo em quartéis, como recentemente no Galeão e em Santa Cruz, nas quais se discutiu a maneira mais fácil de derrubar o governo e de implantar um regime de força, por meio de uma ditadura militar[...].[78]

Posteriormente, em fevereiro o general Nelson de Melo foi alvo de um atentado contra sua vida. Nelson de Melo foi vice-presidente do Clube Militar de 1952-1954, eleito pela Cruzada Democrática, e em janeiro de 1956 fora alçado a chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, função que exerceria durante todo o governo de Juscelino.

Podemos observar a preocupação do ministro da Guerra de Jango, Segadas Viana, em junho de 1962, em pacificar os ânimos das correntes internas das Forças Armadas, pois o chefe do exército planejava uma mudança nos altos postos do Exército para reforçar o ameaçado governo Goulart, nomeando o general Jair Dantas Ribeiro para o comando do III Exército. Também planejava atender à corrente anti-getulista nomeando o general Osvaldo Cordeiro de Farias para a chefia do Departamento de Produções e Obras. Sobre este último, o próprio presidente João Goulart já havia negado sua nomeação para compor uma comissão do governo[79].

A radicalização política chegara a tal ponto, que em junho daquele ano foi denunciado pelo Departamento Federal de Segurança Pública a existência de guerrilhas organizadas no interior do Estado de Goiás, contando com aproximadamente 5 mil homens. Ainda em questões de inteligência e assessoramento, o Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional informou ao Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional a questão da subversão dentro do movimento

[77] Última hora, 8 de janeiro de 1962, p.4
[78] Última hora, 30 de janeiro de 1962, p.10.
[79] Tribuna da Imprensa, 13 de Junho de 1962, p. 2

trabalhista e o possível risco a autoridade do presidente pelo fortalecimento de tais associações de trabalhadores:

> Cumpre acentuar que vários sindicatos já estão bastante infiltrados — quando não dominados mesmo — por elementos subversivos, que, justamente, são os que maior atividade desenvolvem na organização de tais associações sindicais não previstas nas nossas leis.
> Por outro lado, não seria preciso recorrer a exemplos -- a última greve geral, embora fracassada em parte, e a recente paralisação de Santos, em solidariedade aos trabalhadores petroquímicos, são exemplos frizantes! — para avaliar o perigo que representaria, para a Segurança do país e do povo, uma Central Sindical de caráter nacional e mesmo, embora em menor escala, os Pactos Intersindicais já existentes.
> Pois, se hoje, de um modo geral, tais associações apoiam o Presidente JOÃO GOULART, não é impossível que a ambição de determinado grupo trabalhista ou de algum líder eventualmente forte, conduza a um desafio à autoridade do Presidente, ameaçando paralizar a nação. O mesmo pode ocorrer se um grupo interessado em subversão se infiltrar na cúpula desses Pactos Intersindicais, o que poderia levar o país a grave convulsão interna.[80]

Ainda em junho, Jango resolveu mudar o comando do exército trocando o general Segadas Viana pelo general Nelson de Melo, o que foi apontando como uma solução conciliatória entre as alas nacionalistas-legalistas e da Sorbonne, representadas respectivamente pelo próprio general Segadas Viana e pelo general Osvaldo de Farias, que tentavam indicar o sucessor de Segadas[81].

Também em 1962 Segadas Viana já tinha convocado o general Peri para confirmar a autoria de uma carta onde supostamente este último teria apoiado Brizola na encampação da empresa telefônica de Porto Alegre, IT&T[82].

Peri confirmou a autoria da carta, o que além de aumentar a intranquilidade nos meios militares, ocasionou também sua prisão domiciliar por 48 horas decretada pelo Ministro da Guerra. Saliente-se ainda, a título de demonstração da identificação dos sargentos com a área nacionalista do general Peri, o manifesto dos sargentos do 18º RI, liderados pelos sargentos Almoré Zoch Cavalheiros, Benito de Brito, Helio Bengochea entre outros.

[80] Ofício CONFIDENCIAL nº 12 -2S/2109/62. Rio de Janeiro, GB. 12 de Julho de 1962.
[81] Tribuna da Imprensa, 16-17 de junho de 1962, p. 3.
[82] Tribuna da Imprensa, 13 de março de 1962, p. 1.

Conforme visto anteriormente, dentro do Clube Militar existiam diversas tendências políticas e para a eleição de 1962, foram candidatos pela ala nacionalista o general Peri Bevilacqua para a presidência e o general Silvio Castor da Nóbrega como candidato à vice-presidência, já pela ala da "Sorbonne" foram candidatos: Augusto da Cunha Magessi à presidência, e para vice, o general Armando Noronha.

Ora, relembremos que a divisão partidária entre estes militares não era absoluta e o próprio general Peri Bevilacqua já fora candidato pela Cruzada Democrática em 1960, mas em 1961 posicionou-se contrário ao movimento dos ministros militares na renúncia de Jânio e apoiou abertamente a posse de João Goulart para a presidência da República, fato que o colocara, conforme Rachel Motta, como "um líder legalista, tanto no meio militar como no civil"[83].

Esclarecemos o quão importante fora tal eleição para os militares engajados politicamente:

> Discutir política no Clube é posicionar-se diretamente a favor ou contra o governo instituído. Consideramos que dentre o corpo que participa efetivamente das discussões políticas, podemos classificar como minorias que defendem ou não o governo. Todavia, o Clube Militar reflete o pensamento da oficialidade e estabelece um diálogo entre grupos rivais. Se até aquele momento prevalecia o ponto de vista dos nacionalistas nas discussões a respeito da política nacional, dever-se-ia controlar seu principal palco de discussões: o Clube Militar. Ao focar suas atividades para assuntos não relacionados com a política nacional, os militares pertencentes ao grupo de Magessi estariam buscando uma outra forma de mobilizar sua classe: estabelecendo ligações com os militares da cúpula fora de um ambiente "democrático" de discussões políticas[84]

Retornando aos quadros da política nacional, a governabilidade de Jango fica seriamente abalada neste ano quando sequer consegue indicar para primeiro ministro San Tiago Dantas, que foi rejeitado pelo Congresso Nacional. Sobre esta indicação, uma verdadeira crise se instala no começo de julho neste episódio que acredito ser mais polarizador do que a eleição no Clube Militar, que foi a rápida indicação de Moura Andrade para o cargo de primeiro ministro.

Com a negativa do congresso em aceitar San Tiago Dantas para o cargo, Jango tentou colocar Auro de Moura Andrade, tendo em vista que este tinha fácil transito pelo

[83] CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*/ Rachel Motta Cardoso. – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008. p.102
[84] CARDOSO, Rachel Motta. Op. Cit., p. 96.

PSD, principal opositor da indicação de San Tiago Dantas e que poderia montar um gabinete em conjunto com o presidente.

Ocorre que Auro de Moura Andrade, que tinha garantido que indicaria militares legalistas para a chefia dos ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, mudara de opinião e aproximara-se da UDN, gerando grave preocupação na cúpula dos militares legalistas e nacionalistas além de no próprio presidente da República.

Jango afirma ainda no dia 03 de julho: "Alguns setores políticos inconformados ou frustrados manobram para que as pastas militares sejam empalmadas por homens que participaram ou inspiraram no passado movimentos golpistas, especialmente o de agosto de 1961".[85].

No dia seguinte, dia 04 de julho, a crise do governo atingiu os meios militares quando o general Osvino Ferreira Alves colocou de prontidão sua tropa do I Exército, tendo a atitude apoiada pelo comandante do II Exército, general Nelson de Melo, pelo comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, e pelo comandante do IV Exército, Artur Costa e Silva.

Note-se que o general Costa e Silva não era identificado com as conspirações políticas tal como se imaginava do general Cordeiro de Farias, que despontava como principal expoente da ala anti-getulista, e apoiou publicamente o ministro da Guerra Nelson de Melo, demonstrando um viés legalista que iria ser revertido em 1964[86]. Explicamos a preocupação do general Osvino:

> O General Osvino comunicou a dois oficiais que o foram visitar as razões de sua posição: está convencido de que agora viria o golpismo, com a indicação ministros militares não legalistas; depois do golpismo viria o "gorilismo", com pressões para mudar a atual política exterior, com pressões para substituir este ou aquele ministro, e acabariam até querendo prender o Presidente da República[87].

Enfrentando grande reação e oposição do próprio governo de João Goulart e seu dispositivo militar, Auro de Moura Andrade entregou sua carta de renúncia após estes acontecimentos, dando fim a crise da formação de seu gabinete.

Goulart buscou ao longo de 1962 fortalecer os militares ligados a ala nacionalista e legalista os colocando em postos importantes e de comando, além de

[85] Última Hora, 05 de julho de 1962, p. 4.
[86] Última Hora, 20 de agosto de 1962, p.4
[87] Última Hora, 05 de julho de 1962, p. 4

realizar ocasionalmente mudanças de comando entre os seus generais de confiança: o II Exército ainda em meados de julho, passaria ao general Levi Cardoso que, identificado a ala nacionalista, participara das eleições ao Clube Militar daquele ano e era partidário do governo janguista.

> Somente agora, com a reforma ministerial, pôde o Governo do Presidente João Goulart montar seu dispositivo militar, que abrange Exército, Marinha e Aeronáutica. Tal ação começou com a escolha dos atuais Ministros militares, todos eles completamente identificados com a orientação do Presidente da República, não só nos planos de defesa da legalidade - a qualquer custo – mas, também, no apoio à realização das reformas de base que a Nação reclama. [88]

Jango deixava clara e explicita sua opção por pressionar o Congresso a realizar o plebiscito que lhe devolveria os poderes tomados pelo adoção do parlamentarismo em 1961, quando seu ministro da Guerra, general Nelson de Melo, surpreendeu o país com declarações que poderiam ser encaradas como um ultimato ao Congresso para a realização do plebiscito.

> [...] Reside o motivo profundo da crise no fato de se ter mudado o sistema de Governo sem que até agora o povo brasileiro fosse chamado a opinar sobre transformação tão radical. Seria alimentar a crise institucional se constituíssemos o novo Congresso na base de um sistema de governo de cuja adoção o povo não participou.[89]

Tal posicionamento em favor do governo de Goulart encontrava apoio também nos ministros da Marinha e Aeronáutica[90], e como afirmou o então ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Reinaldo de Carvalho:

> Como um dos responsáveis pela preservação da ordem pública, tenho o dever de permanecer atento aos anseios nacionais, principalmente nesta hora em que mais se fazem necessários o entendimento e a compreensão. Por esta razão, julgo oportuno manifestar aos brasileiros nossa perfeita identidade com o pensamento expresso por meu eminente colega Nélson de Melo, Ministro da Guerra, sobre a conveniência de uma consulta plebiscitária pela qual o povo se pronuncie quanto ao regime de governo.[91]

[88] Última hora, 31 de julho de 1962.
[89] Última hora, 07 de agosto de 1962.
[90] Tribuna da Imprensa, 08 de agosto de 1962.
[91] Última hora, 08 de agosto de 1962, p. 1.

Em agosto de 1962 Jango recebeu uma homenagem e uma pública declaração de apoio no Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, (pelas entidades: Clube dos Subtenentes e Subsargentos do Exército; Associação dos Suboficiais e Sargentos da Armada; Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara e Clube dos Sargentos do Corpo de Bombeiros da Guanabara), por cerca de oito mil suboficiais, subtenentes e sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros da Guanabara, onde também compareceram o general Osvino Ferreira Alves, Augusto Magessi, Almirante Candido Aragão, Nelson de Melo, Amaury Kruel, Henrique Teixeira Lott, entre outros[92]. Ainda sobre estre encontro, vale destacar que o presidente Getúlio Vargas foi citado em todos os discursos dos sargentos.

Neste ano de 1962 o general Osvino Ferreira Alves se tornara uma das grandes lideranças dos partidos militares nacionalistas e legalistas, e substituía o marechal Henrique Teixeira Lott como o expoente destas correntes, e o general Kruel se tornara o Chefe do Gabinete Militar de Jango. Kruel e além de ter uma amizade pessoal com o presidente, era apontado como um de seus principais defensores, sendo indicado novo ministro da Guerra em setembro de 1962. Kruel chega a declarar em dezembro daquele ano: "O Exército está coeso, firme e pronto para esmagar qualquer golpe, da esquerda ou da direita."[93].

Ao final de 1962, chegamos aos seguintes quadros:

Posição / Partidos	Crise da Formação de Gabinete	Eleições no Clube Militar em 1962
Nacionalista	Contrários a Auro de Moura Andrade	Apoiaram Peri Bevilacqua
Legalista	Contrários a Auro de Moura Andrade	Apoiaram Peri Bevilacqua
Sorbonne	Tentativa de entrar no governo via gabinete de Auro de Moura Andrade	Apoiaram Augusto da Cunha Magessi

[92] Última hora, 27 de agosto de 1962, p.4.
[93] Tribuna da imprensa, 07 de dezembro de 1962, p.1.

Principais trocas de comando e mudanças de cargo:

Partido Nacionalista/Legalista	Cargo
Peri Bevilaqua	Comandante do II Exército
Amauri Kruel	Ministro da Guerra
Costa e Silva	Departamento Geral de Pessoal do Exército
Osvino Ferreira Alves	Comandante do I Exército
Nelson de Melo	Ex-Ministro da Guerra
Segadas Viana	Diretoria de Produção e Obras
Machado Lopes	Chefia do Estado Maior do Exército
Assis Brasil	Estado Maior do III da 3ª Região Militar[94]

Partido da Sorbonne/anti-getulista	Cargo
Cordeiro de Farias	Chefe do Estado Maior das Forças Armadas
Ernesto Geisel	Chefia da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria (Curitiba)
Castelo Branco	Comandante do IV Exército

2.4 1963, às portas do ano fatídico

Em 1963 o lacerdismo passou a influenciar profundamente uma parcela da alta oficialidade militar, sendo um dos principais baluartes contra o comunismo e a "subversão" que ocorreria no país em decorrência do governo de Goulart. Militares como Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel, Orlando Geisel e Silvio Heck teriam inclusive assinado um manifesto no início de 1963, em que apoiavam o então governador do Estado da Guanabara no episódio dos assassinatos de mendigos por funcionários ligados à polícia[95].

[94] Seria enviado para chefiar o Estado-Maior da Divisão Blindada, com sede na Guanabara em setembro de 1962.
[95] Jornal do Brasil, 24 de fevereiro de 1963.

Neste ano ocorreu um dos episódios que dividiria a alta cúpula militar de vez, e que iria transformar um período de crise governamental e política em um período de intranquilidade hierárquica, pois os sargentos, em setembro de 1963, realizariam um movimento de rebelião armada na própria capital do país. Porém apesar de já termos mencionado os sargentos das Forças Armadas anteriormente, como de fato estes sargentos estavam caracterizados no espectro político nacional?

O general Lott quando foi ministro da Guerra era frequentemente associado aos sargentos por ter dado a essa classe benefícios que incomodaram profundamente alguns oficiais que viam nisso uma aproximação dele com os sargentos. Chegava-se a dizer que Lott tratava melhor os sargentos do que seus próprios pares, oficias. Assim, quando Lott se candidatou à presidência da República em 1960, os sargentos não apenas votaram nele como participaram ativamente de sua campanha[96].

Na crise de 1961 os sargentos ficaram, em sua grande maioria, ao lado da legalidade, chegando a impedir tanto a Operação Mosquito, que visava derrubar o avião que transportaria Goulart de volta ao Brasil, como também ficaram contra a operação ordenada pelo ministro da Guerra, Odilio Denys, de bombardear a sede do governo gaúcho.

Como narra Werneck Sodré:

> [...] Porque o mais sério, o que faria tremer a cúpula militar, incapaz de compreender essa transformação e de sentir-lhe o profundo conteúdo, estava na posição dos sargentos. Durante toda a crise, e nas três Forças Armadas, em episódios escandalosos, os sargentos, a que só se conferia o direito de cega obediência, e com muito mais fortes razões que aos oficiais, manifestaram a firma vontade de desobedecer, por terem entendido que obedecer, no caso, era ir contra o país e o povo. Penetraram, assim, no conteúdo da obediência militar e da hierarquia militar.[97]

E também Almoré Zoch Cavalheiro, um dos mais politicamente ativos sargentos da época:

> Simultaneamente, ocorriam dezenas de incidentes nos quartéis em que os sargentos expressavam a sua inconformidade com o golpe, passando com clareza para os comandos a posição de que os sargentos

[96] ALMORÉ ZOCH, Cavalheiro. *A legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos*. Porto Alegre, RS: AGE, 2011, p. 46.
[97] SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p .458-457.

> não cumpririam ordens golpistas, ou seja, o comando não comandaria suas tropas, se fossem colocadas a serviço do golpe.[98]

Posteriormente, ainda em 1962, os sargentos, altamente envolvidos na vida política do país, começam a expressar o desejo de eleger um político que representasse seu próprio grupo na hierarquia militar.

Os sargentos nesta época tinham pautas específicas de sua categoria hierárquica, como promoções, aumento de salários, direito de casar, direito de frequentar cursos superiores, estabilidade do emprego, o direito de votar e ser votado, dentre outros tantos que lhes eram negados.[99]

Contudo, pela radicalização da época, os militares mais conservadores associavam tais reinvindicações à insubordinação e também lhes causava inclusive certa estranheza e repulsa que militares nacionalistas apoiassem de modo velado, quando não explicito, tais reinvindicações.

> Sargento pensar, sargento estudar, sargento participar, sargento ter direitos de julgamento pareceram formas subversivas, a que era necessário atender de pronto, não no sentido de encaminhá-las, de coloca-las a serviço da estrutura militar e do país, mas no sentido de reprimi-las, de vigia-las, de considera-las marginais e condenáveis.[100]

Apesar de haver exceções, como o sargento Leão Serrano de Oliveira Brito, que concorreria a deputado federal pelo Partido Democrata Cristão, a maioria dos sargentos se candidatou por legendas de esquerda, principalmente pelo PTB, como Antonio Garcia Filho, que elegeu-se para deputado federal, e Almoré Zoch Cavalheiro, que seria eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul.

No entanto, havia forte divergência jurídica a respeito da elegibilidade dos sargentos, como, por exemplo, a posição da justiça eleitoral do Rio de Janeiro reconhecendo a elegibilidade e a justiça eleitoral do Rio Grande do Sul não reconhecendo tal possibilidade.

Em novembro de 1962 o Tribunal Superior Eleitoral julgou improcedente, por quatro votos a dois, a causa dos sargentos. O que fez com que estes militares recorressem ao Supremo Tribunal Federal. Diante do apoio dado expressamente pelo próprio presidente João Goulart a causa dos sargentos, além de colocar à disposição a

[98] ALMORÉ ZOCH, Cavalheiro. Op. Cit. p. 54
[99] Ibidem., p.65
[100] SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 460.

estrutura partidária do PTB para a eleição deles, podemos notar a vontade do governo Goulart em construir uma base de apoio junto a estes militares de baixa patente.

Em 11 de maio de 1963 foi prestada uma homenagem dos sargentos ao general Osvino Ferreira Alves, ligado a área nacionalista. O general não compareceu ao evento, provavelmente para contornar o clima de tensão que existia no exército. Então, diante da recusa de Osvino a comparecer à homenagem, o sargento/deputado Garcia Filho manifestou publicamente sua insatisfação com tal posicionamento de seu superior e como Garcia de certa maneira representava os sargentos, tal manifestação pública de desaprovação direcionada a um general preocupou a alta oficialidade.[101].

Além do apoio às políticas do governo, neste evento de homenagem a Osvino, os sargentos também trataram de outras reinvindicações, e um dos principais oradores da noite foi o subtenente Gelcy Rodrigues Correa que teria sugerido uma insubordinação da categoria.

Conforme explicado anteriormente os oficias possuem tamanho apreço pela hierarquia e disciplina, advindas da essência de sua própria profissão e formação técnica que uma vez ameaçada tal ordem hierárquica, imediatamente colocam suas ideologias de lado e unem-se pela preservação aos valores da instituição militar – e diante do pronunciamento de Gelcy, não poderia ser esperada reação diferente. O ministro da Guerra Amaury Kruel ordenou a prisão do subtentente Gelcy e também de uns poucos oficiais presentes ao evento por não terem prendido os sargentos insubordinados. Como já mencionamos, Kruel era estreitamente ligado ao presidente Goulart, sendo padrinho de seu filho, mas também era um militar legalista: no final de 1962 tinha ameaçado qualquer setor, de esquerda ou direita, que tentasse um golpe de Estado.

> Pela atitude, Kruel recebeu imediata solidariedade de seus pares, tendo 51 generais, sobretudo de guarnições da Guanabara, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná.[...]. Entre eles estavam nomes como Estêvão Taurino de Rezende, Aurélio de Lyra Tavares, Orlando Geisel, Bizarria Mamede, Santa Rosa e Nicolau Fico[...]. Vale notar, pela composição das presenças, mesclando antijanguistas ferrenhos e elementos atuantes na resistência legalista de 1961, que a questão havia ferido gravemente a instituição militar, cada vez mais abalada com a crescente politização dos graduados.[102]

[101] PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. Cit, p. 65.
[102] PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. Cit.,p. 67.

Uma vez que questionamos a respeito de qual seria a ideologia destes praças, sobre qual visão de mundo os movia e quais eram suas posições na política nacional, Almoré Zoch Cavalheiro afirma categoricamente: "No aspectro político, entre DIREITA, CENTRO e ESQUERDA, a tendência era por um posicionamento voltado para a esquerda.[103]".

Paulo Eduardo Parucker esclareceu que apesar da pouca influencia que o Partido Comunista exercia sobre as lideranças dos sargentos, pois eram de fato mais alinhadas ao nacionalismo de Jango, o ano de 1963 foi um divisor de águas para os militares de alta cúpula, que identificaram aquele ano como um de início de subversão dos praças, tendo até mesmo os militares do espectro nacionalista se afastando do movimento sindical. Prossegue Parucker:

> O ano de 1963 assistiria a um duplo movimento: o afastamento entre o movimento sindical e as chamadas lideranças nacionalistas nas Forças Armadas e a aproximação daquele aos subalternos politizados[...].A crise desencadeada pela manifestação dos sargentos no IAPC, em maio, teria ocupado lugar de destaque nesse sentido, apenas suplantado pela crise de setembro, com o levante de Brasília.[104]

Sem dúvida os generais do partido nacionalista tinham mais afinidade com os sargentos e por eles eram procurados para resolverem seus problemas com o resto da oficialidade. Até mesmo oficias como Osvino Alves e Candido Aragão começaram a se tornar incômodos para os praças mais radicalizados - a hierarquia estava cada vez mais comprometida[105].

Posteriormente, ainda em 1963, quando o Supremo Tribunal Federal julgou inelegíveis os sargentos, um grupo de sargentos reuniu-se em Brasília e decidiu, no mesmo dia do julgamento, pela revolta armada.

Cabe dizer que embora a historiografia tenha tratado este acontecimento como um tipo de "protesto armado", Paulo Parucker considera que pela leitura de um dos documentos apreendidos na repressão do movimento, denominado "Plano de Ação Subversiva", pode-se ampliar a percepção sobre o movimento como uma tentativa de conquistar o governo pela via insurrecional[106].

---

[103] CAVALHEIRO, Almoré Zoch. Op. Cit., p.46. (O destaque está no original)
[104]PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. Cit.,p. 81.
[105] Ibidem, p. 86
[106] Ibidem, p. 137.

O movimento conseguira dominar alguns locais de Brasília, tendo efetuado o absurdo para a hierarquia militar: a prisão de alguns oficiais e ainda de um ministro do Supremo Tribunal Federal, tendo inclusive sublevado o Ministério da Marinha, onde houve intensa troca de tiros com as forças legalistas.

A hierarquia estava definitivamente ameaçada: "Em que pesassem as especificidades de cada corporação, a conjugação das forças legalistas era um imperativo à repressão: a ruptura estabelecida pelos revoltosos no meio da cadeia hierárquica inevitavelmente produziu a aglutinação da oficialidade."[107].

Como já era de se esperar, o movimento de insubordinação fez aqueles oficiais que nutriam algum tipo de simpatia pelas reivindicações dos sargentos se afastarem do movimento em prol da manutenção da hierarquia e da disciplina, que se sobrepõem a quaisquer ideologias sempre que o fundamento da instituição militar ficava ameaçado. Podemos dizer que a hierarquia e disciplina tornam-se, na verdade, um dos fundamentos de quaisquer possíveis ideologias militares.

> Entretanto, a sublevação, como se apresentou – um movimento frontalmente contrário à hierarquia e à disciplina militares -, teve seu impacto sentido também no campo que lhe era mais próximo. Muitos oficiais que nutriam alguma simpatia pelas bandeiras reformistas abraçadas pelo movimento dos sargentos passaram a temer que a radicalização dos graduados, nos termos em que passava a ser colocada, levasse efetivamente a instituição militar à desagregação ou, quando menos, a que enfraquecesse gravemente[108].

Derrotado o movimento dos sargentos, em outubro daquele ano o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, deu uma entrevista a um periódico americano na qual teceu críticas contundentes ao governo federal, o que causou indignação ao presidente e principalmente a seu dispositivo militar.

A entrevista levou ao episódio da tentativa de prisão do governador Carlos Lacerda por forças do Exército. Não se sabe exatamente o quão o presidente João Goulart estava envolvido neste episódio, todavia há documentos que mostram que a ordem teria partido do próprio Ministro da Guerra[109].

---

[107] Ibidem, p. 179.
[108] Ibidem, p. 188.
[109] Disponível em: http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/jango-planejou-sequestrar-carlos-lacerda#pagina-3. Acesso em 10 de Janeiro de 2018.

Este episódio começou na verdade com a greve dos ferroviários em São Paulo, governado por Ademar de Barros que também era oposição ao governo Goulart, e foi agravado com a dita entrevista de Lacerda que, recheada de críticas, foi vista pelas lideranças nacionalistas como uma tentativa de desestabilizar o regime, sendo até se discutido em enquadrar tais declarações na Lei de Segurança Nacional. A prisão do governador não foi efetuada, devido a alguns militares encarregados da operação terem questionado a legalidade da medida.

O equilíbrio de forças entre os diversos partidos militares era tão grande, que havia na verdade um impasse. Aqueles que apoiavam Jango e aqueles que planejavam derrubá-lo tinham, aparentemente, a mesma força militar. Noticiou o *Jornal do Brasil* de 01 de Outubro de 1963:

> O equilíbrio de forças, na opinião dos setores militares considerados "progressistas", impede que qualquer dos grupos idelógicos que atualmente se chocam, no Brasil, possa obter êxito em algum movimento fora dos quadros constitucionais. (...) Uma alta patente militar, atualmente sem comando, disse que a intranquilidade reinante nos quartéis é, obviamente, decorrente da própria intranquilidade nacional (...).[110]

Simultaneamente a tentativa de prisão de Lacerda, o governo enviava ao Congresso um pedido de Estado de Sítio em todo o país, baseando-se numa suposta conspiração de Lacerda e Ademar de Barros; no perigo de decretação de greves, que teriam o intuito também de atrapalhar a governabilidade de Goulart e nas divisões internas que permeavam tantos as instituições militares quanto as polícias militares.

A ala legalista, que já tinha iniciado um distanciamento dos nacionalistas por temerem que as reivindicações dos praças sublevassem a hierarquia e disciplina das Forças Armadas, se levantou contra a medida de Goulart. O jornal *Tribuna de Imprensa*, de Carlos Lacerda, afirmou que "vários generais com comando de tropa fizeram sentir ao general Jair Dantas Ribeiro que não pegariam em armas contra a legalidade. Não dariam ordem de fogo para proteger a subversão e a indisciplina."[111], Todavia, como não foram identificados estes generais legalistas, coloco em dúvida tal afirmação jornalística.

[110] Jornal do Brasil, 1 de outubro de 1963, p.5.
[111] Tribuna de Imprensa, 04 de outubro de 1963, p.3

Segue a transcrição do manifesto dos ministros militares de Goulart, em apoio a decretação do Estado de Sítio:

> Senhor Presidente. Ninguém desconhece neste País a grave conjuntura econômica-social que estamos vivendo há longo tempo. A inflação incontida a resistir às medidas postas em prática pelo Govêrno; a radicalização das posições políticas, a exarcebação das paixões, a dificultar a ação governamental e a perturbar o trabalho construtivo de grande parte da população que aspira por paz e tranquilidade. O campo militar ameaçado em seus próprios por fenômenos e circunstancias que, na maioria das vêzes, fogem à esfera a cada dia que passa; as greves se sucedem e servem de pretexto para a conspiração política; grupos inconformados pregam a violência e a subversão da ordem como solução para problemas que afligem as classes trabalhadoras; largo circulo da área político partidária, dominado por paixões insopitadas, lança-se na conspiração contra o Govêrno e a ordem legal. Governadores de Estado olvidam a responsabilidade do cargo a que o povo os elevou e se rebelam contra a legalidade democrática, tentando destruir a ordem jurídica, que não poderia sobreviver sem a permanência de Vossa Excelencia à frente da República até o término de seu mandato. Até mesmo as polícias militares, tradicionalmente ordeiras, têm praticado atos de indisciplina.
> [...]
> Tal conjuntura não poderia deixar de refletir-se no seio das Fôrças Armadas – felizmente ainda possuídas da consciência do seu dever de guardiãs das instituições legais e de mantenedoras da ordem – mas onde episódios isolados têm perturbado o espírito de disciplina indispensável à sobrevivência de qualquer organização armada.[112]

Em que pese a aparente força do dispositivo do presidente da República, o apoio ao Estado de Sítio ruiu, pois tanto os sindicatos, quanto os governadores da situação e da oposição rejeitaram a medida. Sequer Luís Carlos Prestes, o mais famoso líder comunista, foi a favor da medida[113].

Note-se que apesar de haver grande expectativa de intervenção na Guanabara, também a havia no Recife, governado por Miguel Arraes e em São Paulo, governado por Ademar de Barros. Ressalvadas as exceções, o próprio PTB fora contra a medida, se aliando ao PSD e a UDN para rejeitar o pedido. Para evitar a derrota, Goulart desistiu do pedido.

Conforme foi visto, um dos principais motivos apresentados pelos ministros militares era a grave crise de indisciplina que rondava as Forças Armadas. Isto demonstra que pelo menos o dispositivo de Jango julgava que pacificar os ânimos nos

[112] Última hora, 05 de outubro de 1963, p.1
[113] Tribuna da imprensa, 5/6 de outubro de 1963, p.2.

quartéis era no mínimo tão importante quanto reagir às provocações ao governo pelos governadores estaduais. Segundo noticiado pelo jornal *Última Hora* sobre os motivos do Estado de Sítio: "Há ainda, outro problema grave que tem preocupado os Ministros das Forças Armadas: as demonstrações de indisciplinas registradas em alguns quartéis e que são consequências da própria crise que aflige a Nação."[114].

Este pedido de Estado de Sítio não agradou nem a esquerda, que via esta medida como um atropelo do Congresso Nacional, com o risco inclusive de que Goulart se perpetuasse no poder, como também não agradou a direita, pois os principais candidatos à presidência nas eleições que ocorreriam em 1965, Carlos Lacerda e o ex-presidente Juscelino Kubistchek, viam a medida como absurda: o primeiro por sentir que havia uma ameaça de intervenção federal em seu Estado, a Guanabara, medida que de fato era desejada pelos governistas mais radicais, e o segundo por desejar concorrer na eleição de 1965 e ver essa medida como uma possível tentativa de Goulart se perpetuar no poder. Chegamos ao final de 1963 com o governo janguista visto como um governo que apoiava a subversão nas Forças Armadas e desrespeitava a hierarquia e disciplina tão fundamentais para aquelas instituições.

Ao fim de 1963, chegamos ao seguinte quadro dos partidos militares e de suas lideranças políticas:

Posição / Partidos	Revolta dos Sargentos	Estado de Sítio
Nacionalista	Parcela ficou a favor dos sargentos e outra parcela se afastou do governo e dos praças.	Os ministros militares foram a favor da medida, porém em sua grande maioria o restante da corporação não aceitou.
Legalista	Militares que eram	Conforme visto

[114] Última hora, 05 de outubro de 1963, p.8

	identificados como legalistas se alinharam foram mais suscetíveis ao discurso anticomunista e de combate a subversão da ala da Sorbonne após o episódio	pelas manchetes da época, os militares legalistas demonstraram ser contra a medida, de forma rara publicamente, mas principalmente nos bastidores
Sorbonne	Agravaram a radicalização e tentaram arregimentar militares legalistas utilizando o discurso da quebra de hierarquia e disciplina nas Forças Armadas	Foram contra a medida por entender que tratava-se de uma medida extrema do governo Goulart beirando o golpismo.

Partido Nacionalista/Legalista	Cargo
Peri Bevilaqua	Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)
Amauri Kruel	Comandante do II Exército
Osvino Ferreira Alves	Passou para a Reserva
Segadas Viana	Diretoria de Produção e Obras
Machado Lopes	Chefe do Estado-Maior do Exército
Assis Brasil	Gabinete Militar da Presidência da República

Partido da Sorbonne/anti-getulista	Cargo
Cordeiro de Farias	Chefe do Estado Maior das Forças Armadas
Ernesto Geisel	Subchefe do Departamento de Provisão Geral do Exército
Castelo Branco	Chefe do Estado-Maior do Exército[115]
Olímpio Mourão Filho	Comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, ambas sediadas em Juiz de Fora (MG)
Nelson de Melo[116]	Transferido para a reserva
Costa e Silva[117]	Chefia do Departamento de Produção e Obras
Jurandir Mamede	Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

[115] Assume no lugar de Machado Lopes já no final do ano.

[116] Em 1963, Nelson de Melo já começou a frequentar reuniões conspiracionistas lideradas por Odílio Denys. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO,%20N%C3%A9lson%20de.pdf. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2018.

[117] Em maio de 1963, o general Antônio Carlos da Silva Murici foi criticado publicamente pelo deputado federal Leonel Brizola, Costa e Silva manifesta solidariedade à Murici através de um telegrama. Essa atitude teve como resultado sua transferência para a chefia do Departamento de Produção e Obras em agosto de 1963.

Capítulo 3 - 1964, Jango e a guerra revolucionária

Com as crises políticas que aconteceram desde que Jango assumiu o governo como presidente, 1964 começou com impasse no Congresso sobre as reformas de base, pois, se por um lado o presidente não as definia claramente, por outro lado os congressistas mais conservadores do PSD e UDN as rejeitavam intransigentemente.

Tendo em vista que o ano de 1964 foi o ano de movimentação política nos quartéis e de conspiração civil e militar, que se formava tanto na direita, quanto na esquerda, pretendo aqui detalhar mais o período.

3.1 Janeiro

O ano de 1964 começou assolado por uma inflação de 78% e por um pífio crescimento econômico de 1%, vindo de 1963. Jango, com sérios problemas de governabilidade, buscava se apoiar em seu "dispositivo militar" e nos setores mais à esquerda afastando-se lentamente do PSD, já desde 1963.

Uma breve retrospectiva da situação dos ministros militares que foram contra a posse de Jango em 1961 nos mostra que estes começaram e continuaram a conspirar contra o governo no momento em que saíram de seus ministérios: Silvio Heck, o ministro da Marinha em 1961, tinha sido preso disciplinarmente no final do ano de 1963 por declarações que foram vistas como contrárias ao governo e em janeiro de 1964 era esperada uma nova prisão por suas declarações de ser "contra a comunização do País"[118]; Denys era um dos principais líderes dos conspiradores em 1963; e Hugo Moss supostamente estava, junto com os outros dois ministros, ligado a atividades desestabilizadoras do governo organizadas pelo complexo IPES/IBAD.

Quanto aos ministérios civis, no início de janeiro de 1964 o governo se movimentava para realizar uma mudança no seu gabinete. Apesar de uma tentativa de Jango de apresentar um ministério mais técnico, Brizola pressionava para obter três ministérios para a Frente Nacionalista(frente formada por parlamentares apoiadores do governo). O presidente sinalizou que poderia atender aos pedidos do PSD para recompor o apoio ao seu governo. Havia então três possibilidades aventadas na época:

[118] Tribuna da Imprensa, 2 de janeiro de 1964, p.2.

1- um ministério apolítico, técnico, de homens de confiança de Jango, 2- um ministério composto puramente por indicações partidarismo, como as do PSD e quem mais pudesse fortalecer o governo e 3- um ministério radical de esquerda, com Brizola e os setores mais revolucionários[119].

Por outro lado, o principal adversário político de Jango, Carlos Lacerda, também não gozava de estabilidade em seu governo da Guanabara. Apesar da reforma da administração pública que promovia, o governador já tinha sido alvo de uma tentativa de *impeachment* e em 1964 a oposição ao seu governo tentava reprovar suas contas na Assembleia Legislativa. Seu próprio partido, a UDN, no qual tinha uma forte liderança, tinha discordâncias com ele, como a ala dos "Bossa Novas", que apoiava a candidatura presidencial do governador Magalhães Pinto, e a sua própria facção de apoiadores.

Brizola, apesar de ter um relacionamento conflituoso com Jango, já que se aproximava e se afastava do governo frequentemente, em uma entrevista ao jornal *Tribuna da Imprensa* denunciava a possibilidade de um golpe dos setores mais reacionários:

> A legalidade está ameaçada em nosso País, porque as minorias privilegiadas, no momento ainda divididas entre PSD e UDN, entre reacionários de dentro e de fora do Governo, tendem a se unir, e com o agravamento da crise econômica precisarão de uma ditadura como quem precisa de um copo d'agua, por estar louco de sede.[120]

Demonstrou ainda, na mesma entrevista, toda a insatisfação dos setores de esquerda com o governo:

> (...) Até chegar ao Governo, Jango era um afirmativo líder popular, mas depois que atingiu a Presidência, adotou essa política conciliatória que o esta enfraquecendo e frustrando a todos nós. A razão dessa mudança só ele a conhece, mas talvez – quem sabe? – esteja queimando todos os cartuchos.[121]

A reforma ministerial do governo sofreu um impacto grave quando Jango concordou publicamente com o decreto da Superintendência da Reforma Agrária(SUPRA) que desapropriava terras a beira de estradas com fins de iniciar uma tímida reforma agrária. Obviamente esta iniciativa deixou os setores conservadores do

[119] Tribuna da Imprensa, 6 de janeiro de 1964, p. 3.
[120] Tribuna da Imprensa, 4 e 5 de janeiro de 1964, p.2.
[121] Idem, p.2.

PSD mais distantes de Jango, o que enfraquecia a possibilidade de apoio ao seu governo.

Uma vez que o decreto da SUPRA encontrou fortes obstáculos no PSD, Jango se recusou a receber oficialmente a minuta do decreto e adiou a assinatura do decreto o quanto pôde, com o objetivo de ter tempo de negociar apoio junto aos parlamentares daquele partido.

No mês de janeiro, além de começar a contar com uma oposição organizada dentro do próprio PTB, Jango se indispôs com o PSD, que após mostrar-se contra o decreto da SUPRA, não aceitou também as outras reformas de base apresentadas por Goulart.

O medo de um golpe vindo do governo era tamanho, que parlamentares da Câmara dos Deputados realizaram em janeiro uma "vigília cívica", que consistiu em um rodízio de parlamentares em Brasília para, durante uma convocação extraordinária da Câmara, evitar um golpe de Jango[122].

Enquanto a *Tribuna de Imprensa* frequentemente atacava Goulart, acusando-o de preparar um golpe, os deputados mais exaltados da UDN também o acusavam da tribuna da Câmara, como fez o deputado Flores Soares, UDN-RS, em 17 de janeiro de 1964: "(...) esse plano que visa fechar o Parlamento e implantar uma ditadura sindicalista ou ditadura comunista é chefiado pelo Sr. João Goulart."[123]. Havia inclusive um plano da UDN de armar seus apoiadores contra o que acreditavam ser um plano de João Goulart para armar os sindicatos que lhe apoiavam e criar milícias que supostamente apoiariam um golpe pró Goulart[124].

Sob o ponto de vista militar, os tempos de radicalização e politização se tornaram tão abertos que o partido legalista das Forças Armadas vinha gradualmente perdendo influencia. Seus integrantes não se sentiam mais obrigados a honrar o juramento de legalidade que prestaram. Muito pelo contrário, para os conspiradores contra o governo estava formada uma "síndrome de desobediência justificada e necessária, quiçá obrigatória, compulsiva, condenando-se de forma até insultuosa os que ainda se apegavam ao conceito legalista e o afastamento do Exército da política."[125].

[122] Tribuna da Imprensa, 15 de janeiro de 1964, p.6.
[123] Diario do Congresso Nacional, (Seção I), 17 de janeiro de 1964, p. 159.
[124] Tribuna da Imprensa, 16 de janeiro de 1964, p.7.
[125] PEDROSA, José Fernando de Maya. Op. Cit. , p. 308.

Nos setores militares nacionalistas, a Frente Parlamentar Nacionalista tentava obter a anistia aos sargentos que tinham se rebelado em 1963. Dentro da Marinha, almirantes se recusaram a servir no Estado Maior do militar nacionalista Candido de Aragão. Estava instalada a crise no interior do Corpo de Fuzileiros Navais.

O almirante Candido de Aragão tinha um histórico de oposição à sua figura dentro do corpo naval. Ainda em 1962, quando fora condecorado pela Marinha em dezembro, um número expressivo de oficiais devolveu suas próprias condecorações em sinal de protesto pela homenagem à Aragão. Quando foi promovido de contra-almirante para vice-almirante por Jango, Aragão enfrentou forte resistência de seus pares:

> A promoção do contra-almirante Cândido Aragão para vice-almirante gerou uma crise de indisciplina muito grande com os oficias devolvendo medalha de mérito militar ou diplomas assemelhados tudo em protesto pelo que definiam como promoções de cunho político. João Goulart parecia não se deixar impressionar pelo que o general Octavio Costa chamava de perigo bonapartista, por isso elevou Aragão a vice sabendo que seria contestado.[126]

O almirante Candido de Aragão era considerado um ameaça tão grande para os setores mais conservadores entre os militares, que a *Tribuna de Imprensa* noticiou em 15 de Janeiro de 1964:

> Um louco comanda uma tropa de assalto" é como o almirante Acyr Dias de Carvalho vê o almirante Candido de Aragão à frente do comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, a tropa mais bem preparada e aguerrida do país. Não só o comandante do 6.º Distrito Naval, mas toda a corrente democrática das Forças Armadas vivem em sobressalto, a partir do momento em que o almirante Aragão assumiu o comando-em-chefe dos fuzileiros navais. São 13 mil homens, dos quais 9 mil concentrados na Guanabara e adjacências. Um deles, em condições as mais diversas, vale por quatro soldados de qualquer outra unidade, de qualquer arma.[127]

Se Aragão não era visto com bons olhos pelos militares ligados a UDN, por ser identificado com os setores de esquerda e gozar de popularidade com os praças de sua força, Jango não ajudou a acalmar os ânimos decorrentes da promoção de Aragão. Passados apenas alguns meses da revolta dos sargentos de 1963, o jornal *Última Hora*

[126] SANTOS, Antonio Duarte dos. Op. Cit., p.160.
[127] Tribuna da Imprensa, 15 de janeiro de 1964, p.8.

indicava que Goulart desejava propor uma emenda constitucional para garantir o direito de voto aos praças[128].

Cabe esclarecer que alguns destes militares oposicionistas se reuniam frequentemente com personalidades da sociedade civil em organizações civis para conspirar contra o governo. As principais organizações da sociedade civil nas quais ocorriam estes encontros eram no IPES e no IBAD.

3.2 IPES/IBAD

O IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, foi formado em fevereiro de 1962 por grupos de empresários reunidos em Rio de Janeiro e São Paulo e visava estudar as propostas de reforma de João Goulart e das esquerdas sob um ponto de vista técnico-liberal-empresarial. O IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, era utilizado como unidade tática do IPES, tomando a iniciativa em atividades práticas em que o IPES não tinha interesse de expor-se.

Rene Armand Dreifus afirma que era frequente a ida de militares aos escritórios do IPES-Rio e IPES-São Paulo, para desenvolver articulações contra o governo Goulart. Para intensificar a atuação do IPES dentro das Forças Armadas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, foi formado um grupo denominado de "Grupo de Levantamento e Conjuntura".

Um dos integrantes do Grupo de Levantamento e Conjuntura localizado em São Paulo teve particular influencia nos acontecimentos de 1964. O general Octávio Marcondes Ferraz, que frequentava o grupo ipesiano de São Paulo, disponibilizava a sua residência para encontros onde eram sincronizados os esforços e planos políticos de militares conspiradores ligados ao partido da Sorbonne e que dialogavam com o IPES, tais como o general Cordeiro de Farias, o marechal Denys, o almirante Penna Boto, o brigadeiro Grum Moss, entre outros[129].

O plano conspiracionista dos militares anti-getulistas ia de encontro aos esforços do IPES, que buscava desestabilizar o governo. Inclusive, era frequente que militares que tinham participado da ESG integrassem os quadros do IPES/IBAD, e exemplo desta integração foi o caso do general Jurandir Bizarria Mamede.

[128] Última Hora, 17 de janeiro de 1964, p.6.
[129] DREIFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 363.

O general Mamede era um notório anticomunista e tinha sido um dos idealizadores da ESG desde sua fundação em 1949. Teve inclusive fundamental importância nos acontecimentos da "Novembrada" de 1955, uma vez que o episódio desencadeou-se a partir de um discurso seu no sepultamento do general Canrobert, que foi visto como um discurso que afrontava a hierarquia e disciplina pelo então ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott. Já em 1963 Mamede foi indicado por Goulart para a chefia da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). A ECEME era subordinada ao Estado-Maior do Exército, comandado na época por Castello Branco.

> É possível depreender, da lista de oficiais acima, que militares das três Armas trabalhavam com o IPES. Muitos deles haviam deixado a ativa. Entretanto, eram figuras de prestigio entre os militares e sua opinião era de peso. Muitos desses oficiais, como se poderia esperar, eram formados pela Escola Superior de Guerra, mas outros militares influentes que não receberam treinamento da ESG também faziam parte da rede IPES/IBAD(...). Muitos desses oficiais eram conhecidos oponentes do regime de João Goulart, fazendo parte do grupo de coronéis e majores que publicou o manifesto anti-Getúlio Vargas em 1954 e sendo também membros da Cruzada Democrática, o agrupamento político de oficiais de centro-direita que disputou eleições no Clube Militar.[130]

A atividade do complexo IPES/IBAD no interior das Forças Armadas tentava induzir os militares destas forças utilizando-se de uma campanha de filmes, palestras e cursos - entre outras medidas - a fim de desacreditar e desestabilizar o governo de João Goulart. Prova de que existiam interesses conjuntos entre o IPES/IBAD e o partido militar da Sorbonne é o fato de que o complexo IPES/IBAD chegou a financiar a campanha do General Magessi, pela Cruzada Democrática, à presidência do Clube Militar.

Dreifus afirma que existiam alguns militares integrantes do governo que na verdade fariam, secretamente, parte do complexo IPES/IBAD-ESG, trabalhando sigilosamente para a derrubada do governo. Indico nomes de alguns destes militares, ainda que não tenhamos encontrado na obra de Dreifus, *A Conquista do Poder*, comprovação documental de que realmente estes generais integrariam este núcleo

[130]Ibidem, p.365.

conspiracionista[131]: a) general Nelson de Melo – Ministro da Guerra de João Goulart em 1962 e b) general João Segadas Viana – Ministro da Guerra de João Goulart em 1961-1962.

Não apenas os militares ligados a Sorbonne/ESG estavam colaborando com o IPES, como também militares que eram anticomunistas, mas não tinham a formação intelectual que aqueles oficiais de alta patente que passaram pela ESG possuíam. Contudo, foi o setor diretamente ligado aos militares no IPES, o Grupo de Levantamento de Conjuntura, liderado pelo General Golbery Couto e Silva, que se mostrou importante em 1964, considerando os trabalhos do grupo entre 1962-1964.

> Com a colaboração de seus oficias militares, o IPES estabeleceu de 1962 a 1964 um sistema de informação para controlar a influencia "comunista" no governo e para distribuir suas descobertas de forma regular aos oficiais militares chaves e demais pessoas por todo o Brasil.[132]

O Grupo de Levantamento de Conjuntura era responsável pelo planejamento estratégico e pelas informações que seriam utilizadas pelos outros grupos existentes no IPES. Dreifus chega a afirmar que já em junho de 1962 o líder do grupo, general Golbery Couto e Silva, já tinha um plano de assalto ao poder[133].

No mês de janeiro de 1964, houve uma reunião, em Belo Horizonte, entre o general Carlos Luiz Guedes, que havia tomado ciência dos planos conspiracionistas com o general Olimpio Mourão Filho, e as principais lideranças empresariais e de profissionais liberais do IPES. Esta reunião ficou conhecida como "reunião do Acaiaca", na qual foi exposto pelo general Guedes que para um envolvimento maior seu os empresários deveriam "tomar as ruas de Jango", expressamente afirmando que uma vez que a opinião pública se movesse contra o governo, os militares poderiam enfim derrubá-lo[134]. Tal reunião colocou o Estado de Minas Gerais em clima político para desencadear um movimento militar contra o governo federal.

3.3 Fevereiro

[131]Ibidem, p.366
[132]Ibidem, p.188
[133]Ibidem, p.186.
[134]Ibidem, p. 395.

O mês de fevereiro de 1964 começou com as intenções públicas de Jango de aumentar em 100% o salário mínimo, o que pode ser visto como uma tentativa de agradara esquerda, e com uma novidade no meio militar nacionalista: o general Peri Bevilaqua, na CPI da Petrobrás que estava em funcionamento no Congresso, deu declarações contra as forças sindicais, havendo protestos de deputados ligados à ala nacionalista[135].

Os fuzileiros navais se reuniram em 3 de fevereiro no sindicato dos bancários reivindicando melhores condições de trabalho na Marinha. Aragão foi contra a realização da reunião e os dirigentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros que organizaram o encontro foram presos.

Na Marinha a crise de disciplina era grave. Havia uma suposta rusga entre o ministro Silvio Mota e o comandante dos fuzileiros navais, Candido Aragão, e, além disto, o Ministro da Marinha se recusava a receber os dirigentes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, pois os considerava subversivos. Para o ministro, a Associação "é um mero aglomerado de agitadores vermelhos em conluio com os comunistas"[136]. Havia também uma discordância da Marinha com a Aeronáutica a respeito dos aviões a bordo do porta-aviões Minas Gerais, se estes seriam de responsabilidade da Marinha ou da Aeronáutica. Esta disputa entre as forças era tamanha, que apesar de haver a suspeita de que o ministro Silvio Mota estaria para ser substituído, nenhum dos seus prováveis substitutos, almirantes: Araujo Suzano; Paulo Mário da Cunha Rodrigues e Dias Fernandes, aceitaria assumir o ministério sem que os problemas estivessem resolvidos.

No sul, o general Assis Brasil passou a acompanhar Brizola em visitas a algumas unidades do Exército, depois de Brizola ter sido barrado por um comandante quando ia visitar uma unidade militar[137].

No campo político partidário, parlamentares do próprio PTB, partido do governo, começaram a requerer investigações mais profundas a respeito dos escândalos da Petrobras. E San Tiago Dantas vinha criando um programa visando o apoio de uma frente formada por elementos à esquerda, a chamada "Frente Ampla".

Em Governador Valadares-MG, um choque entre fazendeiros e lavradores que se preparavam para invadir as fazendas dos primeiros levou a uma nova crise política,

[135] Última Hora, 1 de fevereiro de 1964, p.4.
[136] Jornal do Brasil, 09 de fevereiro de 1964, p.3.
[137] Tribuna de Imprensa, 3 de fevereiro, p.3

pois o PSD de Minas Gerais era ligado aos ruralistas. De acordo com o líder da bancada do PSD mineiro na Câmara dos Deputados: "Se o presidente confiscar as nossas propriedades ou se permitir que alguém as confisque, haverá também quem confisque seu mandato"[138]. A situação agravou-se de tal forma que foi feito o envio observadores do exército a Governador Valadares para analisar a situação e evitar derramamento de sangue, porquanto era sabido que os fazendeiros iriam defender suas terras com as armas que possuíam, armas que eram de uso exclusivo das forças armadas[139].

Podemos observar que para o próprio presidente da UDN, deputado Olavo Bilac Pinto, Goulart estava sendo utilizado pelos comunistas em sua guerra revolucionária. Em uma entrevista dada pelo deputado ao *Jornal do Brasil* em 9 de fevereiro de 1964, não taxa Goulart de comunista ou socialista, mas o colocava como um instrumento nas engrenagens da guerra revolucionária.

> Caso atenda a minha sugestão – afirmou – o Presidente da República poderá se inteirar pessoalmente sobre o mecanismo da guerra revolucionária: a respeito das várias fases do seu desenvolvimento; acerca das técnicas da guerra psicológica empregadas pelos comunistas para a destruição da ordem social, econômica e jurídica de um país(...) O presidente João Goulart – disse o Sr. Bilac Pinto – que sempre se utilizou, com êxito e sem riscos, do apoio dos comunistas na sua vida política, ainda não se deu conta que, no momento, está sendo utilizado por eles para acelerar a guerra revolucionária, no País, visando nos tornar um satélite soviético.[140]

Ainda em fevereiro, integrantes da "Frente Única" lançaram, em conjunto com o Comando Central dos Trabalhadores, Comando Geral dos Sargentos, Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais, União Nacional dos Estudantes e deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, um manifesto a favor da anistia aos sargentos que se haviam revoltado e de líderes da Associação dos Marujos e Fuzileiros Navais.

Posteriormente, Darcy Ribeiro, Chefe do Gabinete Civil do presidente João Goulart, em pronunciamento em rádio e televisão fez a defesa do governo sobre questões que estavam sendo discutidas nacionalmente, como os escândalos da Petrobras, a suposta distribuição de armas para sindicalistas, a política exterior do

[138] Declaração publicada na Coluna do Castello do Jornal do Brasil, em 7 de fevereiro de 1964.
[139] Jorna do Brasil, 7 de fevereiro de 1964, p. 6.
[140] Jornal do Brasil, 9 de fevereiro de 1964, p.3.

governo, dentre outros. Em determinado ponto da exposição, Darcy Ribeiro afirmou, quanto a uma suposta conspiração de Goulart, que:

> Realmente o Sr. João Goulart e o governo estão conspirando, mas com o povo e pela democracia. É um ato de conspiração, por exemplo, fechar o IBAD(...). Portanto, o Governo conspira a favor das instituições, a favor da democraciae a favor do povo brasileiro, quando fecha uma instituição destinada a comprar mandatos e fazer dos representantes do povo verdadeiros "paus mandados" dos donos do dinheiro. Mas há outras conspirações que o governo se envolve, a favor do futuro do País, da democracia e da liberdade. (...) As Forças Armadas estão unidas para levar avante, passo a passo, as medidas necessárias para alcançar as reformas de base, num processo que já está em curso e que nada pode interromper.[141]

Fazendeiros de Goiás, a exemplo dos fazendeiros de Governador Valadares, afirmaram que receberiam à bala quaisquer indivíduos que tentassem invadir suas terras. Esta atitude foi uma resposta a decisão de vários sindicatos rurais que, reunidos em Goiânia, decidiram que invadiriam à força as terras que julgassem improdutivas.

Conforme visto anteriormente, a situação econômica do Brasil era delicada e um de seus principais credores eram os Estados Unidos, onde João Goulart já tinha ido em visita para angariar verbas para seus projetos governamentais. Assim sendo, não é de se surpreender que no contexto de Guerra Fria os americanos estivessem acompanhando de perto a crise política brasileira, bem como tivessem informações sobre os conflitos ideológicos que aconteciam dentro das Forças Armadas.

3.4 Os Relatórios Da Cia[142]

No início do governo Goulart, os Estados Unidos já tinham enveredado na luta direta contra o comunismo no continente americano quando, em 1961, se envolveram na invasão frustrada da Baía dos Porcos para a tentativa de derrubar Fidel Castro.

As tensões com a União Soviética foram seriamente agravadas no ano seguinte, quando em 1962 ocorreu a Crise dos Mísseis, momento em que podemos dizer que a humanidade esteve mais próxima de um conflito nuclear, porque os Estados Unidos descobriram que Cuba estava sendo abastecida de mísseis soviéticos que poderiam atingir o solo americano.

[141] Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1964, p.3.
[142] Neste item realizei a tradução de todas as citações que estavam, originalmente, em inglês.

Esclarecidos pelos relatórios da inteligência americana, podemos observar que já em dezembro de 1962 os americanos acreditavam que Goulart poderia ser deposto. Naquela oportunidade foi creditada a conspiração ao general Amaury Kruel, e que o presidente tinha ciência dos planos conspiratórios[143].

Ainda em 1962, temos uma conversa esclarecedora entre o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon e o presidente americano John Kenedy. Esta conversa, datada de 30 de Julho de 1962, revela uma longa discussão sobre a posição do exército brasileiro e os supostos planos golpistas de Goulart. Em determinado ponto da conversa, Gordon conta que Goulart planejava um movimento inconstitucional e teria, o próprio presidente, avisado a Juscelino Kubitschek, que por sua vez levou o plano a 30 oficiais militares que afirmaram que ficariam contra qualquer plano inconstitucional que Goulart planejasse, chegando a assinar um manifesto neste sentido para que fosse entregue ao presidente. Goulart supostamente recuou[144]. Nesta mesma conversa outro ponto se mostra importante: o fato de que Gordon explica ao presidente John Kennedy sobre a divisão nas forças armadas.

> The military's not united. This is one of the things that make it complicated. There are a few officers who are strong left-wingers themselves, including a couple in quite high positions: commander of the first army, which is in the city Rio de janeiro ... a very dangerous fellow. Goulart toyed with the notion of making him minister of war and then withdrew because there was a hell of a lot of [unclear].[145]

[143] Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A006700520001-0.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

[144] Gordon: Exactly. And there is a lot of evidence that Goulart, willingly or unwillingly. has been [unclear] that. A few weeks ago just after Dantas was defeated in Congress, he [Goulart] had a specific plan, which he told Kubitschek. Kubitschek told me this firsthand. A plan to nominate a cabinet of his own without a prime minister. He told the Congress that he wouldn't expect this Congress to ratify [it]. but he hoped the next Congress would, which is going to be elected in October. And to call for a plebiscite now for a return to a presidential regime in October. Kubitschek took this to thirty high military officers and they told him unanimously that this was obviously unconstitutional and if Goulart tries it they would oppose him. He asked whether he could tell Goulart that They all said yes, and some said, "Well, it would be better to sign our names to a statement". And he went back to Goulart and Goulart withdrew. Disponível em: https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/docs/Document%201%20kennedy%20brazil%20meeting%20July%2030,%201962.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

[145]Tradução minha: "Os militares não estão unidos. Essa é uma das coisas que tornam isso complicado. Há alguns oficiais que são fortes esquerdistas, incluindo um casal em posições bem altas: comandante do primeiro exército, que fica na cidade do Rio de Janeiro ... um sujeito muito perigoso. Goulart brincou com a noção de torná-lo ministro da guerra e depois se retirou porque havia um monte de [incerto]". Ibdem.

No começo de 1963 a CIA formulou um relatório denominado "*The Character of the Goulart regime in Brazil*", onde foi trabalhada a situação financeira do Brasil e o caráter do governo Goulart. Sobre o próprio presidente João Goulart, o relatório afirma:

> President Goulart is essentially an opportunist. Although his political career has been based primarily on association with organized labor and radical nationalists, including associations with know and suspected Communists, there is little reason to believe that he is dedicated to a radical transformation of Brazilian society […].[146]

Posteriormente, em março daquele ano, a CIA elaborou um memorando com o título "Conspirações contra Goulart"(tradução minha), no qual identifica o marechal Odilio Denys como sendo o militar à frente da conspiração mais desenvolvida contra o governo. O plano se baseava no apoio de comandantes militares de alguns Estados-chave contra o governo e nestes Estados, aqueles governadores que fossem a favor do governo seriam substituídos com a deflagração do golpe[147].

Também consta no relatório que Denys necessitava de mais apoio do que os Estados Unidos poderiam oferecer ao marechal naquele momento. No entanto, tal apoio poderia ser concedido se Goulart nomeasse Osvino Alves para o Ministério da Guerra ou se utilizasse a presidência da República para substituir algum governador estadual. Importante notar que já neste momento, ainda em 1963, os Estados Unidos consideravam, conforme demonstrado no final do relatório, que seria possível que Denys, se desse um golpe, ficasse no poder até que estivesse preparado um governo conservador que o sucedesse.

Em agosto de 1963 no relatório da CIA denominado "Tendências políticas, militares e econômicas no Brasil"(tradução minha), diz-se que a despeito de Goulart ter remodelado o comando do exército para garantir a estabilidade de seu governo, o exército brasileiro não possuía quatro generais pró-Goulart com hierarquia apropriada para assumir os quatro exércitos.[148] Pelo lado nacionalista/legalista, o general Peri

---

[146] Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000013622.pdf. Acesso em 16 de Abril de 2018. Tradução minha: Presidente Goulart é essencialmente um oportunista. Apesar de sua carreira política ter sido baseada primeiramente na associação com organizações de trabalho e nacionalistas radicais, incluindo associações com conhecidos e suspeitos comunistas, existe pouca razão para acreditar que ele é dedicado a uma transformação radical da sociedade brasileira.

[147] Disponível em: https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/docs/Document%207%20Plotting%20against%20Goulart.pdf. Acesso em 16 de Abril de 2018.

[148] Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A004100100004-4.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

Bevilaqua, comandante na época do II Exército, chegou a ser referido no relatório como instável e até insano. Já o general Assis Brasil foi tido como um ultra-esquerdista que provavelmente estava sob controle do Partido Comunista. Por outro lado, o general Olímpio Mourão Filho foi identificado como sendo um antigo líder anti-Goulart e em um outro relatório também da CIA datado de junho de 1963, o ministro da Marinha Silvio Mota, foi dado como um oficial de centro, porém "fraco", e o general Jair Dantas Ribeiro, que substituía Kruel como ministro da Guerra[149], era tido como um oficial legalista que não concordava com nenhuma forma de extremismo[150]. Sobre este último relatório, é importante notar a afirmação da CIA de que o comando do IV Exército deveria ser dado para oficiais anticomunistas que pudessem dar trabalho ao presidente caso estivessem estrategicamente bem posicionados.

Em 1963 também temos uma nova conversa entre o embaixador americano e o presidente John Kennedy. Nesta conversa, Gordon conseguiu delimitar e aprofundar sua análise das Forças Armadas brasileiras que tinha dado ao presidente no ano anterior. Nesta oportunidade Gordon se manifestou a respeito de grupos de direita, de esquerda e de centro nas Forças Armadas, e identificou a maioria da força na posição legalista, vejamos:

> Now, strengthening these moderate forces includes working with the military. The military fall into several categories. There is a small, extreme right-wing group in the military mostly out of significant command position now, which would like to run the right-wing golpe. We don't think they have the capacity to do this, although they gain in friends as the situation deteriorates. There is a significant, strong left-wing group in the military. The principal name in this group is Osvino Alves, the former commander of the first army in Rio, who is retired, but whose name often--who is still actively politicking and whose name often appears as a possible minister of war if Goulart decides to opt for a left-wing group. Exactly how much support he has we don't know; we wish we knew more about this. We think it's minority, but it's spread around. There were eleven new generals created in July, including several immediate disciples of his, and he has friends at lower ranks and some significant number of friends in the air force, very few in the navy, except the head of the active marine-corps battal—marine-corps group in Rio, who's a very unpopular man, and in the sergeants. He was working with the sergeants on the organization of subversive elements in the sergeants. There again we

[149] Sobre esta substituição, é interessante notar que em outro relatório de junho de 1963, é dito que dificilmente a conspiração que estava em curso seria vitoriosa sem o apoio de Kruel. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A006700520001-0.pdf. Acesso em 17 de Abril de 2018.

[150] Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00429A001100050030-7.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

> don't think this is terribly extensive but it may be more than we realize. Certainly this Brasilia revolt was put down very quickly without too much difficulty.
> The bulk of the military I think is moderate, basically constitutionally oriented, loyal to the regime, increasingly troubled with Goulart, not anxious to throw him out (although they'd be happier if he weren't there), but probably drawing a line against deliberately unconstitutional action on his part against the Congress or against state governors, and especially drawing a line against encouragement on his part of politically-motivated labor disorder with a lot of communist participation in.[151]

Os relatórios americanos nos dão outras perspectivas dos eventos de março de 1964, pois com novas informações da inteligência americana, podemos observar que os militares estavam de fato mais divididos do que a imprensa brasileira, que já alertava para tal, nos fazia acreditar.

Em janeiro de 1964 a CIA, em um boletim secreto, afirmava que o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, tinha certeza de que João Goulart desejava se perpetuar no poder e não queria novas eleições[152].

Uma informação que nos parece de grande importância, revelada pela documentação americana, é a de que em 29 de março de 1964, o ex-presidente Juscelino Kubistchek procurou o ministro da Guerra de Jango, o general Jair Dantas Ribeiro, no Hospital dos Servidores do Rio de Janeiro, pois o ministro se encontrava acamado, e lhe

[151]Tradução: Agora, o fortalecimento dessas forças moderadas inclui o trabalho com os militares. Os militares se enquadram em várias categorias. Há um pequeno grupo de extrema-direita nas forças armadas, em geral fora de posição de comando significativa, que gostaria de fazer o golpe de direita. Nós não achamos que eles têm a capacidade de fazer isso, embora ganhem em amigos à medida que a situação se deteriora. Há um grupo de esquerda forte e significativo nas forças armadas. O principal nome desse grupo é Osvino Alves, ex-comandante do primeiro exército do Rio, aposentado, mas cujo nome é frequente - que ainda é ativamente político e cujo nome aparece frequentemente como possível ministro da guerra se Goulart decidir optar por um grupo de esquerda. Exatamente quanto apoio ele tem, nós não sabemos; nós desejamos saber mais sobre isso. Achamos que é minoritário, mas está espalhado por aí. Havia onze novos generais criados em julho, incluindo vários de seus discípulos imediatos, e ele tem amigos em escalões mais baixos e um número significativo de amigos na força aérea, muito poucos na marinha, exceto o chefe do batalão ativo de fuzileiros navais. - grupo de corpos de marinha no Rio, que é um homem muito impopular e nos sargentos. Ele estava trabalhando com os sargentos na organização de elementos subversivos nos sargentos. Novamente, não achamos que isso seja terrivelmente extenso, mas pode ser mais do que imaginamos. Certamente esta revolta de Brasília foi derrubada muito rapidamente sem muita dificuldade. A maior parte dos militares eu acho que é moderada, basicamente orientada para a constituição, leal ao regime, cada vez mais incomodada com Goulart, não ansiosa para expulsá-lo (embora eles ficariam mais felizes se ele não estivesse lá), mas provavelmente desenhando uma linha contra a ação deliberadamente inconstitucional da sua parte contra o Congresso ou contra os governadores de estado, e especialmente traçando uma linha contra o encorajamento da sua parte da desordem trabalhista politicamente motivada com muita participação comunista. Disponível em: https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/docs/Document%209%20brazil-jfk%20tapes-100763-revised.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

[152] Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A007400490001-6.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

disse que estava convencido que pelas atitudes de Goulart em apoiar a revolta dos marinheiros, Jango estava de fato decidido em apoiar a esquerda radical e que não retornaria deste posicionamento. O ex-presidente então teria incentivado Dantas Ribeiro a permanecer como ministro da Guerra, porque do contrário Goulart teria liberdade irrestrita. E mais, JK teria ido ao encontro de Dantas Ribeiro, pois o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, teria lhe dado indícios de que pelo fato da doença de Ribeiro o deixar acamado seria sugerido ao general que apontasse um ministro da Guerra interino. Quando JK terminou de mostrar sua preocupação com os atos de Goulart, Jair Dantas Ribeiro disse expressamente que "Se o presidente tentar uma ação ilegal, ele estaria depostos"[153]. Isso contradiz uma visão mais comumente exposta sobre a deposição de Goulart, em que Jair Dantas Ribeiro seria um tipo de apoiador irrestrito do governo.

Em um relatório datado de 30 de março de 1964 a CIA afirma que uma revolução anti-Goulart seria posta em prática, definitivamente, naquela semana. Negociações envolvendo os Estados oposicionistas, São Paulo e Minas Gerais, já estavam adiantadas. São Paulo seguiria Minas Gerais caso uma revolução começasse por lá, e depois que esta revolução começasse tropas de São Paulo e Minas iriam se dirigir para o Rio de Janeiro. A ameaça ao plano seria o coronel da força aérea Afranio Aguiar, que comandava uma base aérea em Belo Horinzonte-MG. A posição da Marinha era incerta e a Aeronáutica estava tão dividida que não seria um empecilho ao movimento, embora pudesse vir a ajudar Goulart[154].

Em um boletim da CIA de 31 de março de 1964, a agência de inteligência afirma que oposicionistas liderados pelo general Castello Branco iriam desencadear o plano de derrubada do governo, "possivelmente naquela semana". Indicava também que o movimento partiria inicialmente de São Paulo, onde o general Kruel já havia indicado sua simpatia pelo golpe, e teria colaboração de tropas de Minas Gerais. Considerando que neste boletim dizia-se que os governadores anti-Goulart iriam se encontrar em Porto Alegre-RS, com as forças militares oposicionistas de Castelo Branco, podemos dizer que Olímpio Mourão Filho quando se declarou revoltoso, ou se adiantou ao

[153]Advice of Kubistchek to Jair Dantas Ribeiro Regarding His Remaining as Minister of War. Central Intelligence Agency. Intelligence Information Cable. 31 de março de 1964.
[154] Disponível em: https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/bz04.pdf. Acesso em 17 de abril de 2018.

planejamento do grupo de Castelo ou estava realizando o planejamento de um grupo próprio seu[155].

3.5 O Mês Fatídico, Março De 1964.

Inicialmente quanto a este período, não encontrei, quando da análise dos jornais da época, do final de 1963 e começo de 1964, nenhuma insistência sistemática a uma comunização do país. De fato existiam algumas acusações, tanto de políticos quanto de alguns jornalistas, de que Goulart estava buscando implantar um regime sindical-comunista, entretanto muito aquém do que se imaginou para o período. Pelo contrário, o que existia muita das vezes era uma acusação de que Goulart iria atropelar o processo sucessório, ao exemplo de Vargas, porém este movimento não necessariamente o ligava ao comunismo. Tal análise é compartilhada por Jorge Ferreira: "Embora muitos jornais fizessem duras e sistemáticas críticas ao governo, não se encontra na imprensa, em geral, uma histeria anticomunista e/ou uma pregação golpista, como algumas analises tem acentuado."[156].

No início do mês de março de 1964 alguns generais que apoiavam o governo se reuniram com o presidente e expressaram sua preocupação com a sua segurança no comício que estava marcado para o dia 13 de março na Central do Brasil. Neste comício o governo planejava angariar apoio para suas reformas de base e também sustentação dos setores à esquerda para seu governo.

No dia 07 de março, aniversário de Goulart, a guarnição militar de Brasília realizou uma homenagem ao presidente no Palácio do Planalto, saudando o então chefe supremo das Forças Armadas e demonstrando apoio ao governo.

O PSD esperava que Goulart se manifestasse favoravelmente a candidatura de JK para a presidência da República em 1965. Como Jango não se manifestou neste sentido o PSD tendeu para a oposição. Goulart contava agora com apenas o apoio dos setores mais radicais: lideranças sindicais, Ligas Camponesas (lideradas principalmente

[155] Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A007600110001-5.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.
[156] FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1, p. 245.

por Francisco Julião), UNE, setores organizadamente nacionalistas e militares aliados de Jango.

O comício do dia 13 transcorreu em frente ao Ministério da Guerra, o que foi encarado por alguns setores militares como uma afronta às Forças Armadas mais conservadoras e, além disso, o inaceitável aconteceu: o próprio ministro da Guerra estava no palanque junto ao presidente. Isto seria um aviso aos oposicionistas de que o Ministro apoiaria o presidente até o fim.

Nesse mesmo comício Brizola mais uma vez discursou radicalizando, chegando inclusive a enfrentar de frente o Congresso Nacional, aventando a possibilidade de fechá-lo caso não cumprisse com sua "obrigação" para com o povo de aprovar as reformas de base. O discurso de Jango foi um pouco mais comedido, mas Goulart chegou a defender modificações e até a revisão da Constituição vigente à época. Antes do comício ambos os políticos estavam afastados, fruto do radicalismo de Brizola que constantemente atacava as instituições ou o próprio governo.

O resultado do comício foi empurrar Goulart para o seio dos radicais à esquerda e fortalecer o argumento daqueles que o acusavam de subversivo. Lacerda imediatamente o acusou de violar a Constituição, e nos bastidores JK dizia não querer mais ser apoiado publicamente pelo presidente.

A reação dos setores mais conservadores foi organizar uma marcha em resposta, marcada para o dia 19 de março, em São Paulo, que ficou conhecida como "Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade" e movimentou quase 800 mil pessoas. Quando a marcha se iniciou, na primeira linha estava um ex-ministro da Guerra de Jango, o general Nelson de Mello. No mesmo dia, depois de anos sem se manifestar publicamente sobre a situação política do país, o ex-presidente da República marechal Eurico Gaspar Dutra se pronunciou publicamente em um tom de crítica ao governo.

Apesar do ambiente político altamente instável, os militares golpistas estavam temerosos de enfrentar o "dispositivo militar" do presidente. O I Exército era chefiado pelo general Armando Morais Âncora, amigo pessoal do presidente; o general Oromar Osório comandava a 1ª Divisão de Infantaria, na Vila Militar; o II Exército era chefiado por Amaury Kruel, também amigo de longa data de Goulart; o III Exército era comandado pelo general Benjamin Rodrigues Galhardo, outro legalista e fiel ao governo; além dos Fuzileiros Navais que estavam sob as ordens do almirante Candido Aragão, militar nacionalista que apoiava do presidente. Segundo Jorge Ferreira:

> [...] os quartéis, desde 1961, viviam uma espécie de duplo comando, entre oficiais e sargentos. Os oficiais janguistas, os "generais do povo" e os "almirantes do povo" protegiam a "indisciplina" dos subalternos. Mas havia receio de enfrentar o "dispositivo militar", que resultaria em punição. Essa seria a razão para tolerarem uma situação, em tese, intolerável.[157]

No dia 20 de março o general Humberto de Alencar Castelo Branco, então chefe do Estado Maior do Exército, distribuiu um manifesto interno no qual alertava para o fechamento do Congresso através de um processo revolucionário e a possibilidade de uma ditadura. Para Hélio Silva, a manifestação de Castelo Branco foi de suma importância:

> A posição do general Humberto Castelo Branco era da maior importância, Chefe do Estado-Maior do Exército e, consequentemente, a segunda autoridade da hierarquia militar, ele ainda era, nesse momento, depositário da confiança do presidente da República e do ministro da Guerra. Por isso, nos meios oficias, seu pronunciamento causou forte impressão, mas foi admito, apesar da dureza de seus conceito, como um toque de reunir e um sinal de alerta. Nos círculos da conspiração, todavia, já o chefe do Estado-Maior era tido como o polo go movimento e o agente catalisador dos vários movimentos preparatórios. Assim, sua fala foi tida como o sinal de que a revolução ia ser deflagrada.[158]

No dia 22 de março alguns oficiais que apoiavam o governo e o ministro da Justiça se encontraram para discutir a situação política. Uma das maiores preocupações neste encontro foi o estado de saúde do ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, que seria submetido a uma intervenção cirúrgica. Discutia-se a possibilidade de ser apontado um ministro interino, e um dos nomes apontado foi o do general Oromar Osório, então comandante da Vila Militar[159].

No dia seguinte, marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra foram chamados ao Ministério da Educação para uma exibição do filme "O Encouraçado Potiônkim", onde receberam instruções sobre o cenário econômico e político da Rússia tzarista. Silvio Mota, ministro da Marinha, protestou junto ao governo, mas não obteve resposta.

Em seguida chegou ao conhecimento do ministro que marinheiros e fuzileiros também estavam organizando uma reunião em comemoração ao aniversário da

[157]FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit., p.81.
[158] SILVA, Hélio. Op. Cit, p.258
[159] Ibidem. p. 265.

Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, organização que, apesar de não ser oficialmente reconhecida pela Marinha, era de certa forma tolerada por sua alta hierarquia. Então em 24 de março o ministro, com o objetivo de impedir a realização da reunião que também teria o intuito de promover as reivindicações profissionais daqueles militares de baixa patente, emitiu uma ordem de prisão aos principais líderes. A Associação então resolveu realizar a reunião do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Os marinheiros convidaram para participar do evento, além de altos oficiais que identificavam-se com o governo e com suas próprias aspirações, também o presidente da República. Jango, no entanto, resolveu não comparecer e enviou seu ministro da Justiça como representante, além disso, também o instruiu a tentar amenizar a situação junto ao ministro da Marinha.

Silvio Mota recebeu o ministro da Justiça e afirmou que as reivindicações da Associação seriam atendidas, entretanto a reunião não deveria, sob forma alguma, ocorrer. Visava-se com isso o respeito à hierarquia e disciplina. Os marinheiros não acataram a ordem do ministro e mantiveram a reunião. Uma vez que os convidados, tanto o presidente da República quanto outros generais identificados com a causa, deixaram de ir, não havia no recinto uma voz com que os marinheiros pudessem dialogar.

O ministro da Marinha enviou um destacamento dos Fuzileiros Navais para prender os revoltosos, que chegando lá, se recusaram a cumprir as ordens de prisão e se juntaram aos rebelados. Isso foi demais para o ministro da Marinha, que apresentou sua demissão, que por sua vez foi aceita pelo presidente. Na confusa situação em que era escolhido um novo ministro - e as forças militares tinham de respeitar a hierarquia e a disciplina e prender os rebelados -, foi enviada uma tropa do exército para que fosse cumprida a ordem de prisão daqueles marinheiros que se encontravam no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Uma vez presos os marinheiros, o “Almirante do Povo” e comandante dos Fuzileiros Navais, almirante Candido de Aragão, começou a tratar com Jango uma anistia aos rebelados. Embora o almirante se identificasse com as reivindicações dos subalternos, a movimentação por anistia foi tida como um absurdo para o resto do almirantado que simplesmente se viu em uma posição de refém dos subalternos. Isso era inadmissível tanto para os oficiais mais conservadores da Marinha quanto para os

oficiais das outras forças que receavam que houvesse caso de quebra de hierarquia na sua respectiva instituição. E mais, considerando que o presidente concordou com o pedido de anistia, supunham aqueles militares, tanto oposicionistas quanto legalistas, que o presidente incentivava tal quebra de hierarquia e disciplina. Se aliar-se a elementos de esquerda, tais como comunistas, já era grave, incentivar a quebra de hierarquia nas forças armadas era inaceitável.

Tal foi o prestígio do almirante Candido Aragão que após a anistia ser aprovada ele foi carregado nos ombros dos subalternos, que o consideravam plenamente identificado com suas reivindicações.

Isto gerou uma grande inquietação entre a alta oficialidade, pois viam o presidente cada vez mais conivente com os praças e suas movimentações revoltosas. Os oficias teriam outra surpresa quando em 30 de março de 1964 o presidente da República compareceu a uma reunião de sargentos das policias militares realizadas no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro.

Ao término desta reunião, onde foram atacadas frontalmente a hierarquia e disciplina militares, a alta oficialidade ficou estarrecida com o que consideravam o ápice de um movimento contra as instituições militares: o próprio presidente da República se aliar a elementos de baixa patente e os atiçar contra a disciplina das forças armadas.

Uma vez que a reunião encerrou-se de noite, no dia seguinte, 31 de março, o general Mourão Filho, que participava de um grupo conspiracionista em Minas Gerais, deflagrou uma revolta contra o governo federal que acabou, dadas as posteriores adesões ao movimento, com a queda do presidente e um governo militar que duraria 21 anos.

3.6 Da quebra de hierarquia e da guerra revolucionária.

Levando em conta que o discurso anticomunista era frequente na época, podemos notar que os supostos atentados contra os fundamentos das Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina, eram tidos pelos altos oficiais como uma parte de um plano maior, a chamada Guerra Revolucionária, que como já visto, começou a ser estudada principalmente pelo partido da “Sorbonne”.

E em um cenário onde o partido militar "legalista", que compunha a massa dos oficias, não tinha se manifestado publicamente até 1964 como oposição ao governo janguista, o pronunciamento do marechal Dutra, que pode ser encarado como uma liderança desta facção, em tom de crítica ao governo Goulart deu-se como um sinal de que às forças legalistas não politizadas, a massa da oficialidade, já tinha a impressão de que a quebra de hierarquia e da disciplina e comunização do país tinha influência de Jango.

Para as lideranças militares do partido da "Sorbonne", bem como para os políticos civis conspiradores da oposição como o presidente da UDN, Bilac Pinto, Jango estaria envolvido na sublevação das Forças Armadas para a preparação de uma suposta "guerra revolucionária", conceito que não se confunde com a doutrina da Segurança Nacional, vinha principalmente da França, que elaborou esta concepção por ocasião da Guerra da Argélia. Conforme Leneide Duarte-Plon "Foi a doutrina francesa que serviu de alicerce ao edifício teórico que elaborou a tese do inimigo interno e redesenhou a Doutrina de Segurança Nacional"[160].

Temos, contudo, que comprovar o histórico do estudo da doutrina nas instituições superiores militares brasileiras. A ESG começa os estudos sobre a Guerra Revolucionária no final da década de 1950 e simultaneamente a ECEME também estudava o assunto. Um dos primeiros documentos da ESG que temos acesso da época é o *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*, de 1959, realizado por Augusto Fragoso, em que nos é dito que já em 1958 o Estado-Maior começou a traduzir alguns estudos franceses sobre a Guerra Revolucionária, e em 1959 nomeou uma comissão para estudar o assunto mais profundamente. A ECEME começa definitivamente a dar importância ao tema quando em 1958, onze dos doze grupos de estudo de oficiais instrutores da escola concluíram pela inclusão da matéria no currículo da escolar. Salientamos que em alguns estudos da época era comum que se utilizasse "Guerra Insurrecional" como sinônimo da Guerra Revolucionária.

Maud Chirio, historiadora francesa que dedicou-se a esta questão da Guerra Revolucionária no Brasil, demonstra que:

[160] DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra – Da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.37.

> Antes de 1961, a introdução e a disseminação da teoria da guerra revolucionária no Brasil limitam-se a certas revistas militares, bem como ao espaço da ESG e à Eceme. Em 1961, a alta hierarquia começa a organizar o doutrinamento. Em julho, o Estado-Maior das Forças Armadas, dirigido pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias, pede que sejam oficialmente definidos os termos: guerra insurrecional, guerra revolucionária, subversão, ação psicológica, guerra psicológica.[161]

No entanto, oque de fato é a Guerra Revolucionária? Em síntese, a "Guerra Revolucionária" é: "Esse tipo de guerra seria a forma encontrada pelo comunismo de inspiração marxista para vencer a civilização ocidental cristã, por meio da doutrinação das populações dos países onde atua e com o emprego da guerra de guerrilhas"[162]. Já para a ECEME o conceito desta guerra, em um manual produzido em 1961, quando o chefe do Estado Maior das Forças Armadas era o general Oswaldo Cordeiro de Farias , é:

> Doutrina de guerra elaborada pelos teóricos marxistas-lenistas e praticada por movimentos revolucionários diversos, que visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com ajuda de técnicas particulares, apoiados numa mística e seguindo um processo determinado[163].

Já no referido estudo de Augusto Fragoso de 1959, é dada a devida preocupação a Guerra Revolucionária na América Latina: "A América Latina, provavelmente em futuro próximo, será teatro de guerras revolucionárias"[164]. Temos, posteriormente, outros estudos que também seriam realizados tanto pelas instituições de ensino militares quanto pelo próprio Estado-Maior do Exército: Ação Educativa Contra a Guerra Revolucionária(publicação de curso do EME em 1963); Conferências da ESG C-85-59; C-55-60; C-11-61; C2-11-61; C-15-62 e C-23-63, e por fim destacamos o trabalho Assalto ao Parlamento, de autoria de Jan Kosak, publicado pelo IBAD em 1961/1962.

---

[161] CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 23.
[162] MARTINS FILHO, João Roberto. *A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia*. DOSSIÊ: RELAÇÕES CIVIS MILITARES E SEGURANÇA NACIONAL. Varia hist. vol.28 no.48 Belo Horizonte July/Dec. 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000200003. Acesso em: 24 de maio de 2018.
[163] ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Conceituação de guerras insurrecional, de guerra revolucionária, de subversão (guerra subversiva), ação psicológica, de guerra psicológica e de guerra fria*. FA-E-01/61, 1ª ed, 1961, p.5. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/DocumentosGuerraRevolucionaria/Conceitua%C3%A7%C3%A3o%20de%20Guerra%20Insurreicional.pdf. Acesso em 24 de maio de 2018.
[164] FRAGOSO, Augusto. Op. Cit., p, 11.

Por outro lado, entendo que, através dos anos, o papel da ESG foi supervalorizado, de modo que esta instituição se tornou comumente vista como se fossem verdadeira trincheira de doutrinação contra o governo. A realidade é um pouco diferente do que se pensava no início da década de 1960.

Conforme a documentação proveniente do próprio Exército, a ESG em 1961 contava com 80 funcionários subordinados ao Estado Maior do Exército e oferecia dois cursos, o "Curso Superior de Guerra" e o "Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas". Nestes dois cursos, em 1961, dentre os 74 estagiários do Curso Superior de Guerra, 33 eram civis. O Curso Superior de Guerra constava de nove semanas de estudo de doutrina, 25 de análise de problemas nacionais contemporâneos e seis de orientação política e metodologia de planejamento; tinha o dobro de estagiários do que o outro curso, o de Estado-Maior do Exército, que possuía 32 militares, além de promover mais conferencias e trabalhos de grupo do que o curso de EME, respectivamente, 55 contra 42 conferencias, e 24 contra oito trabalhos de grupo. Já em 1962, a documentação proveniente do Exército nos mostra que o número de civis no Curso Superior de Guerra era de 39 contra 19 miliares do Exército.

Em que pese a tese de que a ESG seria um foco de rebelião contra o governo federal, João Goulart abriu a cerimônia de entrega de diplomas aos estagiários da escola dos anos de 1962 e 1963, em dezembro daqueles anos. Questionamos inclusive esta intensidade de repulsa da ESG como instituição ao governo, pelo fato do presidente ter sido agraciado com o título de "doutor *honoris causa*" pela instituição, na mesma oportunidade em que abriu a sessão dos diplomados. Para que não se imagine que tal relação entre a Presidência da República e a ESG fosse pontual, em março de 1964, o presidente João Goulart novamente compareceu a ESG e pronunciou a conferencia denominada "O Panorama Mundial e a Segurança Nacional"[165].

Em 1961, durante o breve período do governo Jânio, o Conselho de Segurança Nacional e o Estado-Maior das Forças Armadas organizam as "Diretrizes Governamentais SI-1" para segurança interna, que já previa "um sério período de agitações sociais, com possíveis perturbações graves da ordem interna."[166] que

[165] Correio da Manhã, 11 de março de 1964, p.5.
[166] SG/CSN-EMFA. DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS SI-1. Exemplar nº 2, Brasília, 4 de maio de 1961, p.1. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1125812&v_aba=1. Acesso em: 04 de Set de 2018.

poderiam gerar uma guerra insurrecional da qual explicitamente o documento colocava como uma variante:

> Variante 3
> Agitações no meio militar (Exercito, Marinha, Aeronáutica, Forças Policiais dos Estados), caracterizadas por sucessivos pronunciamentos individuais com manifestações de solidariedade, memoriais de oficiais ou praças e manifestos dos clubes da classe, podendo chegar a atos de indisciplina coletiva e mesmo sublevação em unidades ou guarnições.[167]

Um dos militares envolvido com a conspiração contra o governo e que passou pelos quadros da Escola Superior de Guerra foi o general Hugo de Andrade Abreu, que em 1962 fez o Curso de Comando e Estado-Maior e que em março de 1964 ocupava o cargo de chefia da subseção da Diretoria Geral de Ensino do Exército. O general Hugo de Andrade Abreu publicou na revista *Síntese Política Econômica Social*, nº 21, de Janeiro-Março de 1964, portanto antes do golpe, um artigo intitulado "Guerra Revolucionária", onde podemos observar um exemplo dos militares que estudaram a guerra revolucionária na ESG ou ECEME e que identificavam a quebra de hierarquia nas forças armadas como uma preparação para tal guerra:

> Um dos objetivos imediatos destas investidas é a ação sobre as forças armadas tendente a debilitar nelas sua estrutura hierárquica e seu espírito de disciplina. Isto porque as forças armadas não minadas podem vir a tornar-se um obstáculo sério na última fase da guerra revolucionária, quando se tratar já de passar para a ação militar.[168]

Do ponto de vista da política externa, do exército brasileiro e do próprio governo, existia, em que pese à aproximação de Goulart com os governos da China comunista e de Cuba através de sua política externa independente, uma real preocupação com uma guerra revolucionária advinda destes países, lembrando que este tipo de guerra era visto como um tipo de guerra marxista.

[167] Ibidem, p.2
[168] LYRA TAVARES, Aurélio de. *Guerra Revolucionária*. SÍNTESE POLÍTICA ECONÔMICA SOCIAL. V. 6, N. 21 (1964), p. 8-23.

Em documento[169] datado de 24 de julho de 1962, o Chefe do Gabinete do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, se dirigindo e ao Diretor do Departamento de Ordem Política e Social e ao Ministro das Relações Exteriores, afirma categoricamente que por ordem do General Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, deveriam ser enviados, semanalmente, os nomes dos estrangeiros que entrassem no país advindos dos países comunistas(URSS, Cuba, Bulgária, China, Hungria, Polônia, República Democrática Alemã, Romênia, Iugoslávia e Tcheco-Eslováquia).

Cabe ainda a transcrição de parte do documento OF/reservado nº 67-Gab/1116/62, de 30 de julho de 1962, na qual o general Kruel, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, afirma ao então Ministro da Relações Exteriores que:

> Logo após o reatamento de relações entro o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o então Ministro das Relações Exteriores, embaixador Francisco Clementino San Tiago Dantas, sentiu necessidade de fossem tomadas medidas preventivas contra possíveis ações ilegais ou subversivas, que pudessem vir a ser desenvolvidas pelos agentes ou funcionários pertencentes aos novos estabelecimentos diplomáticos, que por força do ato, viriam a ser instalados em nosso país. Em consequência, o antigo titular desta pasta solicitou a cooperação do Conselho de Segurança Nacional, cabendo a este a tarefa de interceptação de informações clandestinas. [170]

Posteriormente, em 28 de setembro de 1962, o Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional enviou ao Coronel Chefe do Gabinete do Estado-Maior das Forças Armadas remeteu oficialmente um exemplar do livro "La Guerre Revolutionnaire" de Theodor Arnold[171]. No mesmo dia também remeteu um exemplar do livro ao General Chefe do Gabinete do Estado-Malor do Exército[172].

---

[169] OF SECRETO nº 65 –Gab/3114/62. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1125912&v_aba=1. Acesso em: 04 de Set de 2018.
[170] OF/reservado nº 67-Gab/1116/62. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1125912&v_aba=1. Acesso em: 04 de Set de 2018.
[171] OF SECRETO nº 90 –Gab/3152/62. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1125912&v_aba=1. Acesso em: 04 de Set de 2018.
[172] OF SECRETO nº 91 –Gab/3153/62. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1125912&v_aba=1. Acesso em: 04 de Set de 2018.

No mesmo sentido segue a posição de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes sobre a percepção dos militares da época sobre uma possível Guerra Revolucionária:

> Para os estrategistas da ESG, os "inimigos internos" desenvolviam a Guerra Revolucionária ou Guerra Insurrecional. As atuações das Ligas Camponesas, do movimento sindical, dos comunistas e das organizações de esquerda provavam que a Guerra Revolucionária já estava em curso. A partir de 1963, os estrategistas da ESG preocupavam-se com a sistemática quebra das regras que regiam a vida militar, como a hierarquia e disciplina. Tratava-se, para eles, da Guerra Revolucionária chegando e tomando os quartéis. O enfraquecimento das Forças Armadas e da cadeia de comando fazia parte da estratégia insurrecional dessa guerra, desenvolvida, em especial, pelos comunistas.[173]

Por fim, cabe analisar como a questão da Guerra Revolucionária foi tratada publicamente ao longo destes anos de 1961-1964. Em junho de 1963, o general Antonio Carlos da Silva Murici assim se manifestou: "se impõe o estado de sítio no Brasil, por estar o País em guerra revolucionária."[174]. Murici era comandante da guarnição do Exército de Natal e subordinado a Castelo Branco, então chefe do IV exército, que já tinha passado tanto pela ESG quanto pela ECEME. Murici esclarece mais do que foi a Guerra Revolucionária para o exército brasileiro nos idos de 1961-1964 em entrevista ao CPDOC-FGV:

> L.H. - De qualquer forma, sentia-se uma tentativa de normalização da vida do país.
> A.M. - Havia interesse na normalização e todos nós a queríamos, porque sentíamos que dentro do problema político - isso é que é fundamental - nós estávamos acompanhando, e não era de hoje, o problema ideológico crescente. E aí é que o problema ideológico começou a montar. Aí entrou uma fase de grande responsabilidade, onde as autoridades militares uniram o Exército através do trabalho de preparação contra a guerra revolucionária. A Escola Superior de Guerra fez uma porção de conferências sobre ela, definindo o que é guerra revolucionária. O Estado-Maior do Exército fez uma série de conferências e as distribuiu pelos comandos. Eu, pessoalmente, que estava interessado em me aprofundar no assunto, consegui muita documentação, inclusive com o Golberi.
> (...)
> A.C. - E essa documentação chegou ao senhor via general Golberi?
> A.M. - Nós estamos dando um pulo para a frente. Nesse período em que nós sentimos o comunismo cada vez mais cercando o Jango, que não era comunista, mas não tinha nenhuma qualidade de mando nem

[173] FERREIRA, Jorge; CASTRO GOMES, Angêla. Op. Cit., p, 138.
[174] Jornal do Brasil, 4 de junho de 1963, p.4.

> capacidade de perceber o que estava acontecendo, as forças armadas começaram a se unir e se preparar para enfrentar a maré montante, que vinha fatalmente. E, nesse particular, houve um trabalho intenso em todos os setores. Coletaram-se dados e documentos para estudo. Na Escola Superior de Guerra há uma série de conferências. É só procurar lá. Fizeram-se conferências: o que é guerra revolucionária, como combatê-la, quais são suas técnicas. No Estado-Maior, a mesma coisa, buscando-se outros elementos. E no estrangeiro foi-se pesquisar, inclusive, a documentação russa. Nessa ocasião tomei conhecimento, por exemplo, da cartilha revolucionária de Lenin, que foi o primeiro grande revolucionário. Tomei conhecimento do trabalho de Mao Tsetung, na Escola da Criméia. Foram dois anos - de 62 a 64 - em que as forças armadas trabalharam intensamente, em todos os setores, para compreender o problema que estava se passando no Brasil e noutros países do mundo. Houve a conquista do poder na Checoslováquia: pela primeira vez se utilizou a conquista do poder por meios pacíficos. Aquilo foi analisado por nós. Nós tivemos uma porção de documentação e eu fiz referência a isso dentro daquela minha palestra. Foram feitos vários livros sobre a conquista pacífica do poder. (...)
> A.M. - Mas estava se formando nessa ocasião, nas forças armadas, um espírito, uma consciência de luta contra a guerra revolucionária bolchevista, sem o menor espírito político-partidário. Nessa hora, o que se estava enfrentando era a ideologia, que estava num montante.[175]

Também em 1963 o Subchefe do Estado-Maior da Aeronáutica, brigadeiro Martinho Cândido Santos, em discurso na Escola de Estado-Maior da Aeronáutica, no dia 9 de abril, alertou os presentes militares para o perigo da Guerra Revolucionária[176].

Em 10 de Janeiro de 1964 o governo gaúcho denunciava publicamente a existência de uma Guerra Revolucionária no país através de seu secretário de segurança interino, Antônio Pires, que assim se manifestou na imprensa: "Vários elementos existem que provam e evidenciam um esquema de guerra revolucionária à base de organizações rotuladas como Frente de Mobilização Popular, subsidiada por outros organismos espúrios já denunciados pelo General Peri Beviláqua."[177]

Posteriormente, em 25 de janeiro de 1964, um editorial do Jornal do Brasil denominado "Anarquia e Revolução" demonstrava como foram sérias as acusações que o presidente da UDN, Bilac Pinto, fazia ao presidente, por seu envolvimento em uma preparação de guerra revolucionária:

> O PTB, partido do Presidente da República, faz o Presidente saber que continua a apoia-lo como Presidente democrático da República mas não como chefe de qualquer tentativa de desencadear no País a

[175] MURICY, Antônio Carlos da Silva. Op. Cit., p. 434-435.
[176] Jornal do Brasil, 9 de abril de 1963, p.3.
[177] Jornal do Brasil, 10 de janeiro de 1964, p. 10.

> "guerra revolucionária" da denúncia do Deputado Olavo Bilac Pinto, Presidente da UDN[178].

Transcrevemos ainda a informação constante no *Jornal do Brasil* de 6 de fevereiro de 1964 que atestava o crescimento da influencia do conceito de guerra revolucionária:

> Um grupo de oficiais, vinculados ao Estado-Maior do Exército, empenha-se há alguns anos no estudo, em relação ao Brasil, do que se convencionou denominar guerra revolucionária. De acordo com os analistas, a guerra revolucionária está sendo meticulosamente realizada pelos comunistas, para a conquista do Poder, sem armas e sem luta (...)Os políticos da Oposição, que se colocam a par dessa pesquisa, assinalam que nos dois últimos anos os comunistas brasileiros já completaram praticamente a etapa de preparação psicológica e de infiltração no Poder, assinalando que agora eles passam a etapa dos armamentos, embora na verdade o grande desejo seja alcançar o domínio político sem disparar tiros. A guerra revolucionária – observam os civis que tinham acesso a esses estudos – é uma realidade que se verifica em todo mundo subdesenvolvido, mas assinalam no Brasil uma peculiaridade que agrava o perigo pressentido: é o que denominam de estímulo do próprio Governo. A oposição sabe que o Sr. João Goulart não tem qualquer vinculação com o plano comunista, mas está certa de que ele não recusa a aliança, por que pretende tirar proveitos políticos dela. É aí que a Oposição suspeita: Acha que Goulart serve mais aos comunistas do que eles ao presidente.[179]

Por fim, contrasto tais esclarecimentos realizados sobre este assunto com a opinião de Maud Chirio, de que:

> (...) a transmissão da teoria da guerra revolucionária do centro (os estados-maiores e as escolas militares) para a periferia (o corpo dos oficias e as categorias abastadas da sociedade civil) não explica, por si só, a oposição crescente ao poder vigente. A construção da imagem de uma "iminência revolucionária" no corpo dos oficiais resulta, na verdade, de uma campanha de propaganda mais complexa e multiforme da qual o doutrinamento interno, mais particularmente o ensino da GR, não passa de uma entre as muitas peças[180]

Apesar de Chirio debruçar-se sobre a promulgação do conceito de Guerra Revolucionária e sua promulgação entre os militares brasileiros advinda dos franceses, creio que, apesar de entender que existem diversos outros fatores políticos, econômicos e sociais, a Guerra Revolucionária teve uma participação maior no imaginário dos

[178] Jornal do Brasil, 25 de janeiro de 1964, p.6.
[179] Jornal do Brasil, 6 de fevereiro de 1964, p.8
[180] CHIRIO, Maud. Op. Cit., p. 26.

militares da época do que supõem a autora. Conforme visto pelos depoimentos de Antonio Murici, a percepção de que o país estava, em 1964, em uma "iminência revolucionária", não advém apenas de uma "campanha de propaganda", mas principalmente de estudos realizados pelos oficiais brasileiros que tinham grande interesse e preocupação com o tema. Assim, acredito que o partido da "Sorbonne" pode influenciar o partido "legalista" quando das frequentes ameaças a hierarquia e disciplina utilizando-se, principalmente, de um discurso de que tais afrontas seriam parte de um plano de Guerra Revolucionária incentivada pelo próprio presidente da República.

CONCLUSÃO

A hipótese do presente trabalho é a de que o anticomunismo não foi o fator determinante para a deposição de Goulart, mas sim a quebra de hierarquia e disciplina, que teriam influenciado os militares do chamado partido legalista, o que os levou a apoiar o golpe contra o governo, que viam como uma a intervenção militar relativamente passageira. Creio ter levantado elementos para confirmar tal hipótese.

Conforme visto no primeiro capítulo, apesar dos militares terem concepções de mundo diferentes dentro das próprias instituições militares, estas visões ou ideologias são sobrepujadas pelo compromisso com os princípios da própria instituição. No entanto, este compromisso tem relação direta com o tipo e duração de treinamento que recebem, justamente para se tornarem profissionais do Exército, Marinha ou Aeronáutica.

Em vista deste corporativismo formado pelas características adquiridas quando entram para as instituições militares, quando analisamos os anos de 1961-1964 podemos observar a possibilidade de que os partidos militares de que fala Rouquié possam abandonar suas visões do mundo em prol da união das instituições militares, se algo ameaçar seus valores e sua própria existência.

Em 1961, vimos um exército rachado pela iniciativa dos ministros militares de barrar a posse de João Goulart na presidência, depois da renúncia de Jânio. Tal movimentação não foi acompanhada do consenso das Forças Armadas e o III Exército se revoltou contra os comandantes militares. Em 1961 acredito que o anticomunismo, o anti-sindicalismo e o anti-getulismo foram as características mais importantes a serem destacadas. Podemos observar a falta de um pensamento doutrinário da ESG nesse movimento, pois em momento algum foi aventada a possibilidade de que Goulart estaria relacionado a uma guerra revolucionária. O que se pretende demonstrar com isso é que o pensamento militar do partido autoritário/Sorbonne foi crescendo durante esta época, ainda que o número de oficiais envolvidos no Curso Superior de Guerra em 1961 tenha sido diminuto.

No ano de 1962 notamos que Jango se preocupou em fortalecer um dispositivo militar que o garantisse no poder, mas as divisões entre os militares se aprofundaram e os altos oficiais mostraram-se em conflito publicamente. Exemplo disto foi a punição

que o ministro da Guerra de Jango, Segadas Viana, infligiu ao general Pery Bevilaqua, que então era ligado ao partido nacionalista das Forças Armadas.

Podemos notar que as posições de alguns militares mudariam nos anos seguintes, demonstrando que a oposição a Jango, apesar de ter começado entre os militares quando foram exonerados os ministros militares em 1961, foi crescendo ao longo do início da década, enquanto Jango pressionava o Congresso e demonstrava certo apoio a reivindicações dos militares de baixa patente, o que era visto como apoio a quebra de hierarquia e disciplina. O próprio Costa e Silva, comandante do IV Exército em 1962, apoiou o general Osvino Ferreira Alves quando este último colocou suas tropas de prontidão em julho de 1962 quando Jango tentava formar um gabinete.

Já no ano de 1963, os praças aumentam suas manifestações políticas em público e começam a sofrer as devidas represálias por parte da oficialidade que encarava tais manifestações como atentados à hierarquia e a disciplina. Para coibir este tipo de atentado aos próprios fundamentos da instituição, os militares do partido nacionalista/legalista, apoiadores de Jango, trataram de punir os praças para coibir tais manifestações políticas.

Em 1964 temos o aprofundamento do que os militares viam como um apoio de quebra da hierarquia e disciplina por parte do presidente João Goulart. Podemos também observar que na imprensa surgiram discursos de políticos civis que identificavam Goulart como participante de uma "guerra revolucionária". Dentro desta perspectiva, identificavam o apoio do presidente aos praças e sua busca de apoio no setor comunista como uma preparação do terreno político para a implantação da guerra revolucionária para a tomada do poder.

Também em 1964 o complexo IPES/IBAD se juntou aos militares oposicionistas da ESG e começaram a propagar ideias contra o governo através de filmes e campanhas educacionais dentro das organizações militares. Os militares que trabalhavam para o complexo IPES/IBAD contavam com aqueles que participavam ativamente da conspiração contra o governo, tais como o general Carlos Guedes e o general Olimpio Mourão Filho.

Neste ano também podemos observar, através da documentação produzida pela inteligência americana, que os militares estavam mais divididos do que a imprensa da época nos fazia acreditar. Inclusive existiam núcleos conspiracionistas espalhados pelos

Estados e a inteligência americana identificou nos anos interiores, o general Denys como sendo um dos principais conspiradores contra o governo.

Apesar da mítica formada ao entorno da ESG, podemos observar, através da documentação pesquisada, tal como relatórios sobre a ESG vindo do próprio Exército, que a escola, no início dos anos de 1960, estava passando por dificuldades financeiras Além disto, o próprio presidente era convidado anualmente a ministrar uma aula na escola. Deste modo, visamos desconstruir a imagem da ESG como uma usina de formulação de militares conspiradores, influenciados pela "doutrina de segurança nacional". Na verdade, a ESG tinha começado a estudar a "guerra revolucionária" no final dos anos 1950.

A conclusão do presente trabalho é a de que os militares legalistas foram influenciados pela doutrina da "guerra revolucionária" quando os militares de alta patente e políticos influenciados diretamente pela ESG começaram a identificar as posições de João Goulart como a de preparação desta guerra. Tal identificação não se confunde com a oposição que os setores mais conservadores faziam às posições mais progressistas de João Goulart, como a reforma agrária e o voto dos analfabetos. Identificamos que as posições do presidente, que de algum modo atingiam questões militares, tais como atender as reivindicações dos militares de baixa patente, eram vistas como preparação para o começo da guerra revolucionária, em que as forças armadas seriam neutralizadas e seria instalada uma ditadura com apoio dos sindicatos e dos setores comunistas.

Deste modo, uma vez que em 1961 não havia a mobilização em torno deste conceito de "Guerra Revolucionária", os militares legalistas se posicionaram firmemente contra a quebra das regras constitucionais. Por outro lado, em 1964 os militares que não estavam ligados aos setores nacionalistas, viam uma Guerra Revolucionária se instaurando no país e uma forma de preparação desta guerra era a quebra de hierarquia e disciplina das forças armadas. Por isso concluo que o partido legalista das forças armadas não se posicionou firmemente contra o golpe de 1º de abril de 1964, que tinha, dentre outros objetivos, a manutenção da hierarquia e disciplina das instituições militares, ameaçadas, supostamente, por Goulart.

BIBLIOGRAFIA

1) Livro:

ALMORÉ ZOCH, Cavalheiro. *A legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos.* Porto Alegre, RS: AGE, 2011.

ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. *Direito Administrativo Militar*. Rio de Janeiro: Forense: São Paulo : MÉTODO, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*: ambiguidades do

liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor (Org.) ; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto, 2004.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* / Edmundo Campos Coelho. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na. América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

DREIFUS, René Armand. *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra – Da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro .*1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia, uma reflexão política*. 3ª ed. Rio de Janeiro,J. Olympio, 1978.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado : teoria e política das relações entre civís e militares.* Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social :elementos para uma análise marxista* In LÖWY, Michael,-19ª. ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

MARKUN, Paulo. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

MORAIS FERREIRA DE, Marieta. *História Oral: um inventário das diferenças. In ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral* /Marieta de Moraes Ferreira (Coordenação); Alzira Alvesde Abreu.... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p. il.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEDROSA, José Fernando de Maya. *A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil, 1930-1968*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do. Exército brasileiro (1905-1946).* São Paulo: Paco Editorial, 2011,p.29.

SANTOS, Antonio Duarte dos. *Almirante Aragão: fragmentos de uma vida.* Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p 288.

SILVA, Hélio. *A Renúncia de Jânio - 1961 - nº 17*. São Paulo: Editora Três.1ªEd, 1998.

_____. *1964: Golpe ou contragolpe?* 4ª Ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

2) Capítulo de livro:

CARLOS PEIXOTO, Antonio. EXÉRCITO E POLÍTICA NO BRASIL. Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

_____. O Clube Militar e o confronto no seio das Forças Armadas (1945-1964), In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p. 86.

_____. Da história militar à "nova" história militar. p, 19. In *Nova história militar brasileira* / Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. 460p

_____. *Os Processos políticos nos partidos militares no Brasil*. In: ROUQUIÉ, Alain (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p.12.

3) Artigo de revista:

MARTINS FILHO, João Roberto. *A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia*. DOSSIÊ: RELAÇÕES CIVIS MILITARES E SEGURANÇA NACIONAL. Varia hist. vol.28 nº.48 Belo Horizonte July/Dec. 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000200003. Acesso em: 24 de maio de 2018.

LYRA TAVARES, Aurélio de. *Guerra Revolucionária*. Síntese Política Econômica Social. V. 6, N. 21 (1964), p. 8-23.

NEEDLER. C. Martin. *Political Development and Military Intervention in Latin America*. The American Political Science Review, Vol. 60, nº3 (Set., 1966), p.616-626

PUTNAM. Robert D..*Toward Explaining Military Intervention in Latin American Politics*.World Politics [Internet]. 1967;XX (October 1967): p.83-110.

ARRUDA DE, Antônio. *A Escola Superior de Guerra: Origens.* In: Revista da Escola Superior de Guerra. — v. 28, n. 57 (jul./dez.) 2013 – Rio de Janeiro: ESG, 2015, p.17.

4) Tese e dissertação:

CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*/ Rachel Motta Cardoso. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2008.

CRUZ OLIVEIRA, Eduardo da.*A INFLUÊNCIA DA DOUTRINA NORTE-AMERICANA NA ESAO. ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS.* Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). ESAO, Rio de Janeiro, 2017.

5) Documentos de arquivo

Com autoria:

CANTALUPO, Roberto. Carta a Gustavo Capanema. Arquivo Gustavo Capanema, série Correspondência; Rolo 2, f. 341 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro). 15 de jan de 1935.

DANTAS RIBEIRO. Jair. Extrato de Prontuário de Jair Dantas Ribeiro. APGCS/HF, f.3. 8 de jun de 1964. Disponível em: Disponível em: http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/jango-planejou-sequestrar-carlos-lacerda#pagina-3. Acessoem 10 de Janeiro de 2018.

HERSHBERG, James G. Excerpts from John F. Kennedy's conversation regarding Brazil with U.S. Ambassador to Brazil Lincoln Gordon on Monday, October 7, 1963 (Tape 114/A50, President's Office Files, John F. Kennedy Presidential Library, Boston).Disponível em: https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/docs/Document%209%20brazil-jfk%20tapes-100763-revised.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

Sem autoria:

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY.Advice of Kubistchek to Jair Dantas Ribeiro Regarding His Remaining as Minister of War.Central Intelligence Agency.(Intelligence Information Cable).31 de março de 1964.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY.Plans of Revolutionary Plotters in Minas Gerais.(Intelligence Information Cable).31 de março de 1964.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY.Current Intelligence Memorandum.Office of Current Intelligence.OCI nº 0503/63. Subject: Plot Against Goulart. Disponível em:

https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB465/docs/Document%207%20Plotting%20against%20Goulart.pdf. Acesso em 16 de abril de 2018.
CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY.Current Intelligence Memorandum.Office of Current Intelligence.OCI nº 1572/63.Subject: The New BrazilianCabinet. 18 de junho de 1962. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00429A001100050030-7.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Special Report: Political, Military, and Economic Trends in Brazil. Office of Current Intelligence.OCI nº 0293/63C.Disponívelem: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A004100100004-4.pdf. Acesso em: 17 de abril de 2018.
CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY.Special National Intelligence Estimate.The Character of the Goulart regime in Brazil.SNIE 93-63.27 de fevereiro de 1963.Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000013622.pdf. Acessoem: 16 de Abril de 2018. Original: President Goulart is essentially an opportunist. Although his political career has been based primarily on association with organized labor and radical nationalists, including associations with know and suspected Communists, there is little reason to believe that he is dedicated to a radical transformation of Brazilian society […].

CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN.Daily Brief.31 de dezembro de 1962. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A006700520001-0.pdf. Acesso em: 17 de abril de 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN.Daily Brief.20 de janeiro de 1964. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A007400490001-6.pdf.Acesso em: 17 de abril de 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN.Daily Brief.31 de março de 1964. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A007600110001-5.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2018.

6) Obras sem autor mencionado ou com entidade como autor

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico / Escola Superior de Guerra*. – Rev., atual. - Rio de Janeiro, 2014.4 v, p.81

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Conceituação de guerras insurrecional, de guerra revolucionária, de subversão (guerra subversiva), ação psicológica, de guerra psicológica e de guerra fria*. FA-E-01/61, 1ª ed, 1961, p.5. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/DocumentosGuerraRevolucionaria/Conceitua%C3%A7%C3%A3o%20de%20Guerra%20Insurreicional.pdf. Acesso em 24 de maio de 2018.

RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general de divisão Eurico Gaspar Dutra, ministro do estado da guerra em maio de 1938. Imprensa Militar, Rio de Janeiro – 1938, p.7.

7) Entrevistas:

CARNEIRO DE PAULA, Luiz. *Entrevista concedida a Enio Viterbo*. 2017. Universidade Salgado de Oliveira, Rio de Janeiro.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. *Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat, p. 434-435.

ANEXOS

ANEXO 1 – Ofício CONFIDENCIAL nº 12 -2S/2109/62

CONFIDENCIAL

(149)

Ofício CONFIDENCIAL
Nº 12 -2S/2109/62

Rio de Janeiro, GB.,
Em 12 de julho de 1962

Do: Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional

Ao: Exmº. Sr. Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Assunto: Associações Sindicais.

As associações horizontais de entidades sindicais estão, há algum tempo, se tornando mais fortes e numerosas e aumentando a intensidade de suas atividades.

Trata-se das organizações do tipo do "Pacto de Unidade e Ação", da "Comissão Permanente de Organizações Sindicais" e dos "Foruns Sindicais de Debates".

2. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê e considera lícito "a associação para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interêsses econômicos ou profissionais, de todos os que... exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissão similares ou conexas" (art. 511).

Por outro lado, "é facultado aos sindicatos ... organizarem-se em federação" (art. 534), sendo "as federações constituidas por Estados, podendo o Ministro do Trabalho autorizar a constituição de federações interestaduais ou nacionais" (art. 534, § 2º).

As federações, por sua vez, podem se organizar em confederações, cujas sédes ficarão sempre na capital da República (art. 535).

As federações e confederações são as únicas "associações sindicais de grau superior" admitidas na CLT (art. 533).

CONFIDENCIAL

Assim sendo, aquelas associações sindicais horizontais não têm existência legal; já se tornaram, entretanto, amplamente conhecidas e suas atividades têm sido aceitas pelas diversas Administrações do país, sem que se tenha atentado para o perigo que começam a apresentar, do ponto de vista da Segurança Nacional.

Realmente, tôdas as informações do SFICI e os estudos efetuados nesta Secretaria-Geral indicam que tais Pactos Intersindicais visam como objetivo final a criação de uma Central Sindical ou de uma Confederação Geral de Trabalhadores, abrangendo todos os sindicatos de trabalhadores.

Cumpre acentuar que vários sindicatos já estão bastante infiltrados -- quando não dominados mesmo -- por elementos subversivos, que, justamente, são os que maior atividade desenvolvem na organização de tais associações sindicais não previstas nas nossas leis.

Por outro lado, não seria preciso recorrer a exemplos -- a última greve geral, embora fracassada em parte, e a recente paralização de Santos, em solidariedade aos trabalhadores petroquímicos, são exemplos frizantes! -- para avaliar o perigo que representaria, para a Segurança do país e do povo, uma Central Sindical de caráter nacional e mesmo, embora em menor escala, os Pactos Intersindicais já existentes.

Pois, se hoje, de um modo geral, tais associações apoiam o Presidente JOÃO GOULART, não é impossível que a ambição de determinado grupo trabalhista ou de algum lider eventualmente forte, conduza a um desafio à autoridade do Presidente, ameaçando paralizar a nação. O mesmo pode ocorrer se um grupo interessado em subversão se infiltrar na cúpula dêsses Pactos Intersindicais, o que poderia levar o país a grave convulsão interna.

E, já na greve geral, há poucos dias, o noticiário deu conta de que emissários pessoais do Presidente da República teriam

transmitido ao"Comando da Greve" apêlo do Chefe de Estado para que não fôsse ela deflagrada, sem que, entretanto, fôssem atendidos.

Finalmente, é mister considerar o aspecto das greves de solidariedade a que tais Pactos Intersindicais conduzem natural e inevitàvelmente e que são precìpuamente condenadas pelo Decreto-Lei nº 9070, de 15.3.1946, que é o diploma legal vigente relativo ao direito de greve, enquanto não fôr aprovado pelo Congresso Nacional outra legislação a respeito. A greve de Santos, já citada, teve, nìtidamente, êsse caráter.

Data vênia, parece que a legislação trabalhista brasileira, inspirada pelo Presidente GETÚLIO VARGAS, foi sábia quando estabeleceu o princípio da pluralidade sindical, apenas atenuado pelas Federações e Confederações para atividades similares e conexas.

As associações sindicais horizontais, portanto, não são reconhecidas pela legislação vigente e representam -- bem como o movimento em prol da criação da Central Sindical -- uma séria ameaça à Segurança Nacional.

Haveria, pois, conveniência e mesmo necessidade de uma atitude clara e enérgica do Govêrno a êsse respeito.

3. Dentro dêsse quadro, ainda com a devida vênia, sugere-se que esta Secretaria-Geral faça sentir à Alta Administração que as seguintes medidas são necessárias:

a) combater os Pactos Intersindicais não reconhecidos pela legislação vigente, emitindo uma declaração pública categórica a respeito;

b) não deliberar -- e nem sequer estudar -- reinvidicações apresentadas por tais associações sindicais horizontais;

c) negar apoio financeiro do Fundo Sindical a quaisquer Conferências Sindicais, cujo temário inclua a criação de Central Sindical em nosso país;

d) estudar a possibilidade de aplicar as penas previstas no artigo 555 do CLT aos sindicatos que se mantiverem nos Pactos Intersindicais.

CONFIDENCIAL

(132)

4. É obvio que não se pretende que o Presidente JOÃO GOULART -- cuja vida pública é tôda marcada pela dedicação aos trabalhadores e ao sadio movimento trabalhista -- se volte agora contra o movimento sindical. Apenas, e ainda com a devida vênia, parece haver conveniência em alertá-lo para a ameaça que o desvirtuamento do movimento sindical apresenta para a Segurança Nacional e para a sua própria autoridade, afim de que, com seu iniludível prestígio, possa por têrmo a uma situação que tende a se deteriorar com sério prejuízo de todo o povo, restabelecendo a pluralidade sindical preconizada pelo Presidente GETÚLIO VARGAS.

ALMÉRIO DE CASTRO NEVES
Coronel - CHEFE DO GABINETE

Aprovo
Cmdo.
11.7.62

CONFIDENCIAL

SS/ABV

Anexo 2 - Advice of Kubistchek to Jair Dantas Ribeiro Regarding His Remaining as Minister of War. Central Intelligence Agency. Intelligence Information Cable

SECRET

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY • ROUTINE

Intelligence Information Cable

COUNTRY BRAZIL

TDCS -3/577,405

DATE OF INFO. 29 MARCH 1964

DISTR. 31 MARCH 1964

SUBJECT

ADVICE OF KUBITSCHEK TO JAIR DANTAS RIBEIRO REGARDING HIS REMAINING AS MINISTER OF WAR

LIBRARY Mandatory Review Case # NLJ 94-254 Document # 15

PLACE & DATE ACQ. [redacted] (29 MARCH 1964)

REF IN 50373

FIELD REPORT NO. [redacted]

SOURCE AND APPRAISAL: [redacted]

BUNDY-SMITH
ALEXANDER
BELK
BRUBECK
CHASE
DINGEMAN
DUNCAN
FORRESTAL
JESSUP
JOHNSON
KLEIN
KOMER
SAUNDERS
SMITH, WM.

1. ON 29 MARCH 64 JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA VISITED MINISTER OF WAR GENERAL JAIR DANTAS RIBEIRO AT THE HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO IN RIO DE JANEIRO. KUBITSCHEK TOLD RIBEIRO THAT THE RECENT EVENTS SURROUNDING THE MUTINY AT THE NAVY MINISTRY HAD NOW CONVINCED HIM ONCE AND FOR ALL THAT PRESIDENT JOAO GOULART HAD GIVEN IN COMPLETELY TO THE LEFTISTS AND COMMUNISTS AND THAT GOULART "WILL NOT TURN BACK." KUBITSCHEK SAID THAT IT WAS ESSENTIAL THEREFORE THAT RIBEIRO REMAIN AS MINISTER OF WAR SINCE WITH RIBEIRO OUT OF THE WAY GOULART "WOULD HAVE A FREE HAND." KUBITSCHEK SAID THAT HE HAD BEEN TOLD OF

E0 12958 1.5(c)<10Yrs
E0 12958 3.4(b)(1)>25Yrs (C)

This material contains information affecting the National Defense of the United States within the meaning of the Espionage Laws, Title 18, U.S.C. Secs. 793 and 794, the transmission or revelation of which in any manner to an unauthorized person is prohibited by law.

SECRET

STATE/INR DIA ARMY/ACSI NAVY AIR JCS SECDEF NSA NIC AID USIA OCI ONE OCR ORR OO [redacted]
FBI

APPROVED FOR RELEASE
DATE: MAY 1997

MINISTER OF JUSTICE ABELARDO JUREMA'S SUGGESTION THAT RIBEIRO APPOINT AN "INTERIM MINISTER." (FIELD COMMENT SEE [redacted] (TDCS-3/577,192)

.) KUBITSCHEK SAID THAT JUREMA "HAS JOINED GOULART AND THE LEFTISTS ONE HUNDRED PERCENT" (FIELD COMMENT: JUREMA WAS CONSIDERED A * "KUBITSCHEK IMPLORED RIBEIRO TO REFUSE TO APPOINT AN INTERIM MINISTER AND TO INSIST ON REMAINING AS MINISTER OF WAR.

E0 12958 1.5(c)<10Yrs E0 12958 3.4(b)(1)>25Yrs (C)

2. RIBEIRO SAID THAT HE HAD NOT YET COMPLETED AN ANALYSIS OF THE RECENT EVENTS BUT THAT SO FAR HE DIDN'T LIKE WHAT HE SAW. HE SAID THAT IN HIS OPINION IT APPEARS THAT GOULART IS REACHING THE POINT OF RESORTING TO ILLEGAL ACTION AND "IF THE PRESIDENT ATTEMPTS AN ILLEGAL ACTION, I WILL SEE THAT HE IS OUSTED." RIBEIRO SAID THAT IN ANY CASE, HE WOULD REMAIN AS MINISTER OF WAR" UNTIL I AM ORDERED TO LEAVE. I WILL NOT AGREE TO THE APPOINTMENT OF AN INTERMIM MINISTER."

3. RIBEIRO THEN DISCUSSED AN INCREASE IN PAY FOR THE MILITARY. HE SAID THAT KUBITSCHEK SHOULD TELL CONGRESS TO VOTE AN INCREASE IN PAY AT ONCE SINCE GOULART IS USING THIS FAILURE OF CONGRESS TO VOTE A PAY INCREASE AS A TRUMPCARD. "GOULART WILL AUTHORIZE A PAY INCREASE AND CONGRESS WILL LOOSE FACE IN THE EYES OF THE ARMY." RIBEIRO SAID THAT CONGRESS SHOULDN'T WORRY ABOUT WHERE THE MONEY WILL COME FROM SINCE" GOULART CERTAINLY DOESN'T."

4. RIBEIRO AND KUBITSCHEK ALSO DISCUSSED THE AMNESTY FOR

THE SERGEANTS INVOLVED IN THE BRASILIA REVOLT. KUBITSCHEK SAID THAT HE UNDERSTOOD WELL HOW RIBEIRO FELT ABOUT THIS (FIELD COMMENT: RIBEIRO HAS STEADFASTLY OPPOSED AN AMNESTY FOR THE SERGEANTS.) BUT THAT "GOULART IS MAKING CONGRESS LOOK LIKE AN ENEMY OF THE SERGEANTS." KUBITSCHEK SAID THAT CONGRESS SHOULD PASS THE AMNESTY PROPOSAL AT ONCE AND THEREBY TAKE THE WIND OUT OF GOULART'S SAILS. RIBEIRO SAID THAT HE UNDERSTOOD THE POLITICAL REASONING AND ACCEPTED IT; HOWEVER AS HE SAID THAT AS A MILITARY MAN, HE COULD NOT GO ALONG WITH THE PROPOSAL.

5. FIELD DISSEM:STATE ARMY NAVY AIR FBI CINCSO CINCLANT.

6. *HEADQUARTERS COMMENT: PORTION BEING SERVICED. MISSING PORTION WILL BE DISSEMINATED ONLY IF IT MATERIALLY AFFECTS THE SENSE OF THIS REPORT.

END OF MESSAGE

Anexo 3 - SG/CSN-EMFA. DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS SI-1. Exemplar nº 2

ULTRA SECRETO

10

616

DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

S U M Á R I O

1. FINALIDADE

2. CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESE

   2.1 - Definição

   2.2 - Variantes

   2.3 - Agentes principais

   2.4 - Principais áreas de incidência

   2.5 - Prazo crítico

3. CAMPO DA AÇÃO FEDERAL

4. OBJETIVOS E IDÉIA GERAL DE MANOBRA

5. AÇÕES A EXECUTAR E ATRIBUIÇÃO DE ENCARGOS DE PLANEJAMENTO

6. SISTEMA GERAL DE COORDENAÇÃO DAS AÇÕES A EXECUTAR

7. SALVAGUARDA DO SIGILO

ULTRA SECRETO

617

ULTRA SECRETO

SG/CSN-EMFA

Brasília, 4 de maio de 1961.

Exemplar n. 2. (corrigido para nº 8 datilog.)

DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS SI-1

(para a segurança interna)

1. FINALIDADE

As presentes Diretrizes têm por finalidade estabelecer as bases da coordenação necessária ao planejamento e execução das medidas a serem tomadas pelos diversos escalões governamentais, com vistas à manutenção da ordem interna, no quadro da Hipótese que, a seguir, se configura.

2. CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESE

2.1 - Definição

Em face das medidas de contenção e austeridade administrativa adotadas pelo Govêrno, sobretudo no campo econômico-financeiro, para saneamento e recuperação do país, bem assim como da nova orientação imprimida à política externa - o que já vem despertando vivos antagonismos da parte de grupos políticos, econômicos e militares - é de admitir-se, a curto prazo, se inicie um sério período de agitações sociais com possíveis perturbações graves da ordem interna.

2.2 - Variantes

A Hipótese considerada assumirá, ao desdobrar-se, a forma de um processo em evolução, a despeito de prováveis pausas, de recuos e avanços, de alargamentos ou contrações em sua base territorial. Tal processo poderá vir a culminar, se não detido a tempo, em guerra insurrecional regional - ou, menos provàvelmente, geral - até mesmo com ponderável auxílio vindo do exterior (material e agentes especializados).

No quadro da Hipótese, cabem as seguintes variantes:

a - Variante 1

Agitações em centros urbanos, começando por uma sucessão de greves com motivações econômicas ou políticas (de sindicatos iso-

ULTRA SECRETO

ULTRA SECRETO

(618)

Continuação do exemplar nº 8
Acrescido pelo nº 8 datilografado

-lados, de ligas intersindicais, de frentes mais amplas - operários, estudantes, funcionalismo, classes liberais) e manifestações pacíficas de rua; evoluindo para distúrbios e ações de massa, acompanhadas ou não de saques e depredações de bens públicos ou privados; e podendo culminar em insurreições de bairros ou cidades.

b - Variante 2

Agitações em zonas rurais, principalmente com lutas entre posseiros e grileiros, podendo evoluir para "marchas da produção", a invasão e depredação ou detenção de propriedades, e até mesmo insurreição nos campos (bandos armados e guerrilhas).

c - Variante 3

Agitações no meio militar (Exército, Marinha, Aeronáutica, Fôrças Policiais dos Estados), caracterizadas por sucessivos pronunciamentos individuais com manifestações de solidariedade, memoriais de oficiais ou praças e manifestos dos clubes da classe, podendo chegar a atos de indisciplina coletiva e mesmo sublevação em unidades ou guarnições.

Qualquer das variantes acima poderá concretizar-se em bases:

- meramente locais;
- regionais, com amplitude variável;
- ou, menos provável e, de qualquer forma, mais remotamente, de âmbito nacional.

Concomitância das Variantes

- deve ser prevista, também, como possível, ainda que se apresentem estas, em estágios diferentes.

2.3 - Agentes principais

Pela sua coesão, atividade, radicalismo, disciplina e uniforme inspiração ideológica, os comunistas devem ser considerados como agentes principais, sobretudo nas Variantes 1 e 2.

Assinalem-se, também:

a - quanto à Variante 1 - alas extremadas de partidos políticos da oposição e grupos econômicos descontentes;

b - quanto à Variante 2 - as Ligas Camponesas, com atuação sobretudo no Nordeste;

c - quanto à Variante 3 - grupos militares oposicionistas, dotados extremadas em questões militares da

SECRETO

Continuação do exemplar nº 2
borrifado para nº 8
destruído mg.

ULTRA SECRETO

619

atualidade (Aviação Embarcada, Ministério da Defesa) e frações líderes de reivindicações das Polícias Estaduais (São Paulo, Rio e Rio Grande do Sul, principalmente).

2.4 - Principais áreas de incidência

Por ordem de importância:

a - para a Variante 1

(1) Região industrial dos estados da Guanabara - Rio de Janeiro - São Paulo e Minas Gerais;

(2) Rio Grande do Sul - região portuária (Pôrto Alegre - Rio Grande - e Pelotas) e centros ferroviários (Santa Maria, em particular);

(3) Santa Catarina - região carbonífera;

(4) Centros industriais e populosos do Nordeste (Recife, Natal, Salvador, Campina Grande, Paulo Afonso);

(5) Distrito Federal e adjacências (núcleos de "candangos").

b - para a Variante 2

(1) Nordeste (em particular, interior de Pernambuco, Paraíba e Alagoas);

(2) Triângulo Mineiro e Sul de Goiás;

(3) Oeste Paranaense e interior de São Paulo;

(4) Região do cacau na Bahia.

c - para a Variante 3

(1) Guanabara e Rio de Janeiro;

(2) São Paulo;

(3) Pôrto Alegre e arredores;

(4) Recife - Natal.

2.5 - Prazo crítico

Qualquer das Variantes pode ter início desde já.

O clímax do processo poderá ocorrer ainda no 2º semestre de corrente ano, dependendo do êxito que alcancem as medidas preventivas ado

ULTRA SECRETO

Continuação do exemplar nº 2 dirigido para nº 7 -tadas.

ULTRA SECRETO

(620)

3. CAMPO DA AÇÃO FEDERAL

Dentro dos preceitos constitucionais, a ação federal far-se-á sentir:

- preventivamente, em íntima coordenação com as autoridades estaduais e municipais, nos quadros prescritos pela legislação em vigor;

- repressivamente,

a - seja de forma direta e imediata, quando ameaça grave ou ocorrência de perturbação da ordem se dê em organizações, próprios ou áreas da União (aí incluído o Distrito Federal);

b - seja mediante prévia solicitação do govêrno estadual interessado;

c - seja, ainda, em caso de intervenção federal ou decretação de estado de sítio.

Quanto a essas ações repressivas e de modo a evitar tanto o emprêgo prematuro, como tardio, da fôrça federal, o Ministério da Justiça elaborará, desde já, instruções bem definidas para orientação das autoridades militares, cabendo a difusão de tais instruções, com a necessária salvaguarda rigorosa do sigilo, aos próprios Ministérios militares.

4. OBJETIVOS E IDÉIA GERAL DE MANOBRA

A fim de garantir o regime constitucional, assegurar o pleno exercício das leis e manter a ordem, a ação governamental - preventiva e repressiva - buscará:

a - evitar a concretização da Hipótese sob qualquer de suas Variantes (prioridade quanto às Variantes 3 e 2, nesta ordem);

b - limitar dentro das exigências da manutenção da ordem pública e circunscrever territorialmente qualquer das Variantes que se concretize, impedindo-a de se avolumar ou alastrar, tanto pela intervenção oportuna e enérgica contra os principais focos de agitação, como pelo pronto insulamento dêstes, acompanhado de medidas preventivas, em

SECRETO

Continuação do exemplar nº 2 corrigido para nº 7

ULTRA SECRETO

621

particular de vigilância ativa, em tôda a circunvizinhança imediata;

c - impedir qualquer articulação entre Variantes distintas que se manifestem simultâneamente;

d - em qualquer caso, assegurar a satisfação das necessidades mínimas de reabastecimento da população, os transportes vitais (do ponto de vista econômico ou social), o funcionamento dos serviços essenciais (água, energia, etc.) e o pleno uso de comunicações rápidas e seguras pelas autoridades interessadas.

5. AÇÕES A EXECUTAR E ATRIBUIÇÃO DE ENCARGOS

5.1 - As ações a executar comportarão:

a - ações preventivas:

(1) gerais, isto é, que atendam ao conjunto das Variantes previstas;

(2) específicas para cada uma dessas Variantes e complementares das ações gerais;

b - ações repressivas, tôdas específicas a cada uma das Variantes.

5.2 - Ações preventivas gerais

Terão em vista, particularmente:

a - o esclarecimento oportuno da opinião pública, explicando e justificando os principais atos do Govêrno e desmascarando as campanhas de agitação (propaganda e contra-propaganda);

b - vigilância atenta e ininterrupta da evolução da conjuntura nacional e, em especial, da atuação dos prováveis agentes de perturbação da ordem (organizações e líderes), com prioridade para as áreas mais sensíveis e possíveis focos de agitação (informação e contra-informação);

ULTRA SECRETO

ULTRA SECRETO

Continuação do doc. plan nº 2 (corrigido para nº 3 datilografado)

c - observação continuada, também, da evolução da conjuntura internacional, no que se refere a acontecimentos que possam ser explorados, no país, para motivação de agitações das massas;

d - afastamento de elementos suspeitos que ainda ocupem postos-chaves na administração pública, inclusive e em especial no aparelhamento repressivo do Estado(Polícias e Fôrças Armadas);

e - medidas de emergência (efeito a curto prazo)bem coordenadas, visando a eliminar, sobretudo no campo econômico, ou pelo menos atenuar, a níveis suportáveis, as principais causas gerais de insatisfação e desassossêgo da população (alta do custo de vida, crise do abastecimento ou de transporte, atraso de pagamentos, condições desfavoráveis de trabalho, falhas da assistência social, etc.);

f - criação da indispensável base política na esfera federal e junto a Estados da Federação, bem como a adoção das necessárias medidas preparatórias, tudo com vistas a futuras intervenções julgadas prováveis;

g - preparo intensivo e realista do aparelhamento policial e, em especial, das Fôrças Armadas para o cumprimento de missões repressivas em cidades ou nos campos (intervenção em distúrbios de rua ou luta contra guerrilhas), assim como para a manutenção, em casos de emergência, do funcionamento, com seus próprios meios, de serviços públicos vitais (comunicações,transportes, energia, etc.).

5.3 - <u>Ações preventivas específicas</u> (para cada Variante)

Dentro da mesma finalidade das ações preventivas gerais (item 5.2 anterior), orientar-se-ão:

a - de um lado, para o atendimento de causas específicas à modalidade de agitação considerada (reivindicações trabalhistas ou teses políticas, questões de posse da terra, problemas militares, conforme o caso);

b - de outro lado, para a consideração das peculiaridades regionais ou locais (zona urbana, área rural,or-

ULTRA SECRETO

Continuação do exemplar nº 2 (corrigido para nº 1 do texto original)

ULTRA SECRETO

(623)

-ganizações militares).

5.4 - Ações repressivas (sempre específicas)

A cargo das polícias municipais ou estaduais, num primeiro tempo, e das Fôrças Armadas, a seguir, terão em vista:

a - a imediata ocupação de pontos sensíveis, entendidos êstes como, em ordem de prioridade:

(1) os que sejam indispensáveis ao cumprimento subseqüente das demais missões;

(2) os que se recomendem para o isolamento imediato da área de agitação;

(3) aquêles que, por seu valor intrínseco, convenha pôr a salvo de depredações ou assaltos;

b - a intervenção oportuna nos centros de comando das agitações, desde que identificados e localizados;

c - a garantia do funcionamento dos serviços essenciais à população - transportes, fornecimento de energia e combustíveis, abastecimento de água, comunicações, etc. -, assumindo os elementos militares, se fôr o caso, em trechos ou zonas vitais, o contrôle e a própria execução dos mesmos;

d - isolamento e, se necessário, redução pela fôrça dos focos de agitação, evitando-se sempre o emprêgo prematuro, e conseqüente desgaste, da fôrça federal.

5.5 - Atribuição de encargos

a - Planejamento da Informação e Contra-Informação

- à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, pelo seu Serviço Federal de Informações e Contra-Informações.

b - Planejamento das ações preventivas (âmbito nacional)

- a cargo dos Ministérios, cada um em sua esfera de ação e sob coordenação de uma Comissão do Conselho de Segurança Nacional (item 6).

ULTRA SECRETO

Continuação do esquema nº 2
corrigido para nº 8
datilografia ilegível

ÚLTRA SECRETO

624

c - Planejamento das ações repressivas (âmbito nacional)

- a cargo dos Ministérios militares, sob coordenação inicial do Estado Maior das Fôrças Armadas.

5.6 - Prazos

Os planos ministeriais serão encaminhados à Comissão coordenadora (item 6), por intermédio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, onde deverão dar entrada até o dia

Independentemente da final aprovação presidencial e dos reajustamentos que, em conseqüência, venham a ser determinados, os planos ministeriais poderão ser convertidos, desde logo, em diretrizes ou instruções - sempre de caráter sigiloso - aos diversos escalões subordinados.

6. SISTEMA GERAL DE COORDENAÇÃO

6.1 - No âmbito nacional

A coordenação geral das ações a executar, tanto preventivas como repressivas, caberá, sob orientação direta do Presidente da República e com audiência, sempre que necessária, do plenário do Conselho de Segurança Nacional, a uma Comissão dêsse Conselho assim constituída:

- membros permanentes:	-	Ministro da Justiça (como presidente);
	-	Ministro do Trabalho;
	-	Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas;
- membros convocados :	-	(quando necessário)
	-	qualquer dos demais Ministros de Estado;
- secretário :	-	Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- secretário-adjunto :	-	Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- assessôres :	-	qualquer autoridade civil ou militar que a Comissão julgar de-

ÚLTRA SECRETO

Continuação do exemplar nº 2
corrigido para nº 7
datilografado

ULTRA SECRETO

(625)

-ver convocar para prestar informações ou esclarecimentos.

O Chefe do Estado Maior das Fôrças Armadas, enquanto êste órgão não tiver sua sede no Distrito Federal, poderá designar um delegado seu, com permanência na Capital.

Qualquer membro poderá fazer-se representar em reuniões da Comissão, no caso de impedimento ocasional.

Incumbirá a essa Comissão:

a - coordenar todo o planejamento ministerial para a segurança interna;

b - acompanhar a evolução de qualquer das Variantes previstas que se concretize;

c - propor o desencadeamento de ações repressivas que se fizerem mister, e coordenar-lhes a execução, podendo delegar esta última responsabilidade quando julgar mais conveniente.

A Comissão deverá apresentar Relatórios mensais, dando conta do progresso alcançado no planejamento e dos resultados obtidos pelas ações preventivas adotadas nos diversos setores.

Como órgão de trabalho, a Comissão disporá da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e seu Serviço Federal de Informações e Contra-Informações.

6.2 - <u>Em âmbito regional</u>

O planejamento regional considerará as seguintes áreas:-

a - Centro-Leste:- Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo;

b - Sul :- Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

c - Nordeste :- da Bahia ao Maranhão, inclusive;

d - Amazônia :- Amazonas, Pará, Territórios e Norte de Goiás;

e - Centro-Oeste:- Mato Grosso;

f - Brasília e Sul de Goiás.

ULTRA SECRETO

Continuação do exemplar nº 2
dirigido para nº 3
Aluísio

ULTRA SECRETO

626

Para as ações preventivas, a mesma Comissão do item 6.1 anterior promoverá a necessária coordenação entre os Govêrnos Estaduais, através do Ministério da Justiça, e as autoridades federais em cada região, por intermédio dos respectivos Ministérios.

Para as ações repressivas - planejamento e execução -, a Comissão poderá delegar a tarefa de coordenação à mais alta autoridade militar com sede em cada região, cabendo, então, a esta, os necessários entendimentos com os Governos Estaduais e os representantes dos vários Ministérios.

6.3 - No âmbito estadual

Para as ações preventivas - como no item 6.2 anterior.

Para as ações repressivas - planejamento e execução -, a tarefa de coordenação caberá à mais alta autoridade militar com sede em cada Estado, incumbindo-lhe promover os necessários entendimentos com o Govêrno Estadual e os representantes, no Estado, dos diversos Ministérios.

6.4 - Em âmbito local

Para as ações preventivas - como nos itens anteriores (6.2 e 6.3).

Para as ações repressivas - planejamento e execução -, a tarefa de coordenação caberá à mais alta autoridade militar, incumbindo-lhe promover os necessários entendimentos com as demais autoridades locais.

7. SALVAGUARDA DO SIGILO

De acôrdo com o "Regulamento para Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional" (Decreto nº 27.583 de 14 de dezembro de 1949), o presente Documento recebe a classificação de ULTRA-SECRETO, devendo ser relacionados, em cada Ministério, os elementos, em número restrito ao mínimo indispensável, que dêle tomem conhecimento.

As Diretrizes ou Instruções decorrentes deverão salvaguardar-lhe, ao máximo, o sigilo.

JANIO QUADROS

Distribuição:

Presidência da República (Gab.Mil.)	- Exemplar n. 1
Ministérios: - da Aeronáutica	- Exemplar n. 2
- da Agricultura	- Exemplar n. 3 (extrato)
- da Educação e Cultura	- Exemplar n. 4 (extrato)
- da Fazenda	- Exemplar n. 5 (extrato)
- da Guerra	- Exemplar n. 6
- da Indústria e Comércio	- Exemplar n. 7 (extrato)

(cont.)

ULTRA SECRETO

Continuação do exemplar nº 2.
Dirigido para nº 8

ULTRA SECRETO

(627)

Distribuição: (continuação)

Ministérios (cont.):-

- da Justiça e Negócios Interiores	- Exemplar n. 8
- da Marinha	- Exemplar n. 9
- de Minas e Energia	- Exemplar n. 10 (extrato)
- das Relações Exteriores	- Exemplar n. 11 (extrato)
- da Saúde	- Exemplar n. 12 (extrato)
- do Trabalho	- Exemplar n. 13
- da Viação e Obras Públicas	- Exemplar n. 14 (extrato)
Estado-Maior das Forças Armadas	- Exemplar n. 15
Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional	- Exemplar n. 16

TOTAL:- 16 exemplares numerados.

GCS/cmc.

ULTRA SECRETO

Anexo 4 - OF SECRETO nº 65 –Gab/3114/62

SECRETO

Classificado pelo CH. GAB SG/CSN
Carimbado pelo PROTOCOLO SIGILOSO
Em 24 de 7 de 1962

(157)

V

OF SECRETO
Nº 65 -Gab/3114/62

Rio de Janeiro - GB
Em 24 de julho de 1962

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÃO PERTINENTE À DEFESA NACIONAL DO BRASIL. SUA ENTREGA OU A REVELAÇÃO DO SEU CONTEÚDO, DE QUALQUER MANEIRA, A UMA PESSOA DESAUTORIZADA ACARRETARÁ PENALIDADES PREVISTA EM L[illegible]" (Decreto n.º 27-583 de 14 -12-[illegible]. Cap. II, letra b do n.24)

Do Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

Ao Exmº Sr Diretor do Departamento de Ordem Política e Sdoial

Assunto:- Remessa de relação de estrangeiros

Incumbiu-me o Exmº Sr General Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, de dirigir-me a V Exª, a fim de solicitar a valiosa cooperação dêsse Departamento, no sentido de que seja remetida a esta Secretaria-Geral, semanalmente, a relação dos estrangeiros que entrarem no BRASIL, naturais dos seguintes países:

- URSS
- CUBA
- BULGÁRIA
- REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
- HUNGRIA
- POLONIA
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ
- RUMÂNIA
- IUGUSLÁVIA
- TCHECO-ESLOVÁQUIA

2. É de suma importância para a Segurança Nacional que:-

- essa relação seja remetida semanalmente;
- inclua todos os estrangeiros das nacionnalidades citadas, entrados em qualquer ponto do país;

REFERÊNCIA
- continua -
ORIGEM 369-62/E-07
Doc. n.º de /19
Espécie Secreto

SECRETO

SECRETO

(138)

Continuação do OF Sec Nº 65 -Gab/3314/62 - 2 -

- contenha, além do nome completo, os seguintes dados: número do passaporte, data e local de nascimento, procedência, nacionalidade, profissão, validade do visto consular, data e local de entrada no BRASIL.

3. Haverá casos em que os dados mencionados acima não serão suficientes. Para êsses casos, teremos de nos valer das fichas consulares, cujos dados constantes no verso poderão ser de grande valia. Sabemos que, muitas vêzes, essas fichas são preenchidas apressadamente e não há grande preocupação na exatidão ou no preenchimento completo dos dados. Em conseqüência, solicito também os bons ofícios de V Exª no sentido de serem os fiscais da Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, em todos os postos de entrada no País, instruídos com o devido sigilo, na imperiosa necessidade do preenchimento completo e exato do verso das fichas consulares dos estrangeiros-naturais dos países citados.

4. Devo ainda solicitar de V Exª se digne a enviar a esta Secretaria um levantamento do serviço de Registro de Estrangeiros, de todos os naturais dos países já mencionados, que entraram no Estado de São Paulo no primeiro semestre do corrente ano.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V Exª os protestos de minha estima e consideração.-

ALMÉRIO DE CASTRO NEVES
Coronel Chefe do Gabinete

SECRETO

RESERVADO

159

OF RESERVADO
Nº 67-Gab/1116/62

Em 30 de julho de 1962

Do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional

Ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores

Logo após o restabelecimento de relações entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Francisco Clementino de San Tiago Dantas, sentiu necessidade de que fôssem tomadas medidas preventivas contra possíveis ações ilegais ou subversivas, que pudessem vir a ser desenvolvidas pelos agentes ou funcionários pertencentes aos novos estabelecimentos diplomáticos, que por fôrça do ato, viriam a ser instalados em nosso país. Em consequência, o antigo titular dessa Pasta solicitou a cooperação do Conselho de Segurança Nacional, cabendo a êste a tarefa de interceptação de informações clandestinas.

Do exame da nova missão atribuida ao Conselho de Segurança Nacional assentou-se, com o Excelentíssimo Senhor Ministro, ser necessário:

- a designação de um Oficial de Gabinete do Ministério das Relações Exteriores para executar as tarefas de ligação entre o Ministério e a Secretaria Geral do Conselho, de modo a serem transmitidas com oportunidade todas as informações clandestinas obtidas pela Secretaria;
- que o Ministério das Relações Exteriores destinaria à Secretaria Geral, mensalmente, uma verba auxilio para tal mister, uma vez que a atribuição dêsse novo encargo exigirá recursos que esta Secretaria não dispõe, pelas suas dotações.

Função desses entedimentos feitos, a Secretaria Geral

RESERVADO

do Conselho deu início aos trabalhos tendo em vista a execução de sua nova missão: seleção e obtenção de pessoal e meios especiais de investigação e funcionamento de curso especializado em técnica de ação comunista. Com a renúncia do Conselho de Ministros as ligações Secretaria Geral - Ministério Relações Exteriores sofreram interregno em sua continuidade ainda não estando normalizadas.

2. Face ao acima exposto e certo de que Vossa Excelência está de acôrdo com a orientação já tomada por seu antecessor, solicito providências no sentido de ser designado o Oficial de Gabinete que executará a tarefa de ligação, bem como tenham andamento as medidas administrativas concernentes à verba auxílio, indispensável à obtenção dos objetivos que se desejam alcançar.

Aproveito o ensêjo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alto aprêço e distinta consideração.

Gen Div AMAURY KRUEL
Secretário Geral CSN

Anexo 6 - OF SECRETO nº 90 –Gab/3152/62

SECRETO

Classificado pelo CH GAB SG/CSN
Carimbado e pelo Protocolo sigiloso
Em 28 de 9 de 1962

(204)

OF SECRETO
Nº 90 -Gab/3152/62

Rio de Janeiro - GB
Em 28 de setembro de 1962

Do Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

Ao Coronel Chefe do Gabinete do Estado-Maior das Fôrças Armadas

Assunto:- "La Guerre Revolutionnaiere"

Anexo:- 1 (um) exemplar

Tenho a honra de remeter-lhe um exemplar - "La Guerre Revolutionnaire" de Theodor Arnold.

Ao ensejo, renovo a V Sª meus protestos de elevada estima e distinta consideração.-

ALMÉRIO DE CASTRO NEVES
Coronel Chefe do Gabinete

WM/ZMF

SECRETO

Anexo 7 - OF SECRETO nº 91 –Gab/3153/62

SECRETO

Classificado pelo CH GAB SG/CSN
Carimbado pelo Protocolo sigiloso
Em 28 de 9 de 1962

205

OF SECRETO
Nº 91 -Gab/ 3153/62

Rio de Janeiro - GB
Em 28 de setembro de 1962

Do Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

Ao Exmº Sr General Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército

Assunto:- Campo internacional - informes

Anexos:- Um Informe com 3 fls;
Um Informe com 2 fls e
Um exemplar "La Guerre Revolutionnaire".

Incumbiu-me o Exmº Sr General Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional de remeter a V Exª dois informes sôbre "Campo internacional" e um exemplar de "La Guerre Revolutionnaire".-

Ao ensejo, renovo a V Exª os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.-

ALMÉRIO DE CASTRO NEVES
Coronel Chefe do Gabinete

SECRETO

WM/ZMF